

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TIAGO DA SILVA COELHO

**MIGRAÇÃO NORDESTINA NO
BRASIL VARGUISTA:
DIFERENTES OLHARES SOBRE A
TRAJETÓRIA DOS RETIRANTES**

Prof. Dr. René Ernaini Gertz
Orientador

PORTO ALEGRE

2012

TIAGO DA SILVA COELHO

**MIGRAÇÃO NORDESTINA NO BRASIL VARGUISTA:
DIFERENTES OLHARES SOBRE A TRAJETÓRIA DOS RETIRANTES**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Porto Alegre

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C672m Coelho, Tiago da Silva.

Migração nordestina no Brasil varguista : diferentes olhares sobre a trajetória dos retirantes / Tiago da Silva Coelho; orientador: René Ernaini Gertz. -- Porto Alegre : Ed. do autor, 2012.

153 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre (RS), 2012.

1. Migração – Brasil, Nordeste. 2. Secas – Brasil, Nordeste – Aspectos sociais. 3. Secas – Brasil, Nordeste – Política governamental. I. Título.

CDD. 22^a ed. 304.80981

Bibliotecária Rosângela Westrupp – CRB 364/14^a -
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

TIAGO DA SILVA COELHO

MIGRAÇÃO NORDESTINA NO BRASIL VARGUISTA:
DIFERENTES OLHARES SOBRE A TRAJETÓRIA DOS RETIRANTES

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 29 de março de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – PUCRS (Orientador)

Prof. Dra. Núncia Santoro de Constantino – PUCRS

Prof. Dr. João Henrique Zanelatto – UNESC

Porto Alegre

2012

Dedico este trabalho aos meus pais e irmãos,
em especial a Manoel Francisco da Silva – Vô Nelo

In Memoriam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus familiares, ao meu pai e à minha mãe, Lucas e Márcia, meus irmãos Camile e Mateus, suas palavras de incentivo foram fundamentais para a realização deste trabalho, sem o suporte, o carinho e o incentivo de vocês este trabalho se tornaria incompleto. Nos momentos de preguiça, foram um puxão de orelha, nos momentos de dificuldades foram um ombro amigo, durante a escrita foram a compreensão que se fez sentir nos momentos de ausência. A vocês meus mais sinceros agradecimentos. Também não poderia deixar de agradecer ao amigo e cunhado Guilherme Monteiro Raupp, que sempre incentivou, em conversas amistosas, a prosseguir com a escrita da dissertação. Aos meus familiares de modo geral, gostaria de dedicar especial atenção. Tios, tias, primos, primas, meus queridos avôs e avós, sempre buscaram auxiliar proferindo palavras de incentivo, a todos sou grato.

Gostaria de tecer imensuráveis agradecimentos a minha companheira Michele Gonçalves Cardoso. Juntos passamos por duas dissertações, e muitos foram os momentos de ausência, de cansaço, mas foram maiores os momentos de carinho e compreensão, de risos, de sinceras gargalhadas, de ajuda, de descobertas, de crescimento mútuo. De tudo a Michele sou grato, esta dissertação que passou muitas vezes por seu olhar crítico e inteligente esta pronta, mas como você mesma diz, não está finalizada, e sei que com sua parceria posso contar sempre para realizações de muitos sonhos futuros. Um beijo muito grande no seu coração com todo o meu amor. Estendo meu agradecimento aos pais de Michele, seu Valdeci Cardoso e Ezanete Gonçalves Cardoso, que me apoiaram, mesmo sentindo minha ausência, compreenderam e torceram para o meu sucesso.

Gostaria de agradecer também aos professores e colegas da PUCRS, aqueles com quem tive grandes lições que me engrandeceram de forma profissional e pessoal, um especial agradecimento dedico aos professores Luciano Aronne de Abreu, Ruth Chittó Gauer, Arno Alvarez Kern, Núncia Santoro de Constantino e Charles Monteiro, que com sábias palavras trouxeram grandes reflexões para minha vida. Um muito obrigado mais que especial ao professor René Gertz, que aceitou orientar-me por veredas estreitas e muitas vezes pouco conhecidas, ouvinte atento e grande conhecedor da História do Brasil, que por vezes dedicou seu tempo de folga para me ajudar com as muitas dúvidas que surgiram durante o caminho da dissertação, contudo ter o professor como guia fez com que este caminho fosse de grandes conhecimentos, muito obrigado.

Aos colegas de mestrado da PUCRS, em todos encontrei palavras amigas e discussões sinceras, além, é claro, de grande amizade, que levarei por todos os caminhos que trilhar, nunca esquecendo que após viagens cansativas sempre haveria um sorriso sincero para me recepcionar em Porto Alegre.

A direção da SATC, assim como todos os professores, colegas de profissão e amigos em tempo integral, agradeço por todas as formas de apoio, não citarei nomes, pois muitos foram os que ajudaram, de uma maneira ou de outra, justificando ausências, cobrindo momentos dedicados à dissertação, a eles endereço sinceras palavras de agradecimento.

Não poderia deixar de agradecer aos professores e colegas de trabalho que encontrei no Departamento de História da UNESC. Com eles, percorri os primeiros anos desta profissão, neles me espelhei muitas vezes, e com eles percorro no momento este novo desafio de minha vida profissional, agradeço a todos, mas em especial aos professores Paulo Sérgio Osório, Marli de Oliveira Costa, Carlos Renato Carola, e João Henrique Zanelatto, que acompanhou meus passos desde a graduação até o mestrado, grande incentivador e ótimo profissional com que tenho o prazer de conviver.

Agradeço também à CAPES, pelo financiamento nestes dois anos de mestrado, sem o apoio financeiro esta caminhada seria muito mais difícil.

Balneário Gaivota, janeiro de 2012.

Desde menina
Caprichosa e nordestina
Que eu sabia, a minha sina
Era no Rio vir morar
Em Araripe
Topei como chofer dum jipe
Que descia pra Sergipe
Pro Serviço Militar
Esse maluco
Me largou em Pernambuco
Quando um cara de trabuco
Me pediu pra namorar
[...]
Uma cigana revelou que a minha sorte
Era ficar naquele Norte
E eu não queria acreditar
[...]
Juntei a prole e me atirei no São Francisco
Enfrentei raio, corisco
Correnteza e coisa-má
Inda arrumei com um artista em Pirapora
Mais um filho e vim-me embora
Cá no Rio vim parar
[...]
E não tem tira
Nem doutor, nem ziguizira
Quero ver que é que tira
Nós aqui desse lugar
Será verdade
Que eu cheguei nessa cidade
Pra primeira autoridade
Resolver me escorraçar
Com tralha inteira
Remontar a Mantiqueira
Até chegar na corredeira
O São Francisco me levar
[...]
Tem cabimento
Depois de tanto tormento
Me casar com algum sargento
E todo sonho desmanchar
Não tem carranca
Nem trator, nem alavanca
Quero ver que é que arranca
Nós aqui desse lugar.

A Violeira – Chico Buarque e Tom Jobim.

RESUMO

Os quinze anos de governo do presidente Getúlio Vargas compreendidos entre 1930 e 1945 incutiram no país profundas modificações políticas e sociais. A história tradicional, ao nomear os momentos históricos do Estado brasileiro como República Velha e República Nova, repercute, respectivamente, os acontecimentos anteriores ao golpe de estado de 1930 e os acontecimentos que vieram após esta data. Ao mesmo tempo em que esta nomenclatura visava a diferenciar as formas de se fazer política no país entrava em confronto com as práticas empreendidas pelo governo, muito do que era de praxe nos governos anteriores manteve-se na era Vargas. Um exemplo são as políticas públicas de combate à seca organizadas pelo Estado, e que neste período pouco diferiram das empreendidas por governos anteriores. Algumas destas ações não surtiram o efeito desejado, e muitas outras nem foram colocadas em prática, obrigando os sertanejos a migrar. Tal situação levou a sociedade a criar um imaginário de que todos os migrantes nordestinos saíam de sua região única e exclusivamente por conta da seca, não evidenciando outros fatores que o impulsionavam a realizar tal ato. Contudo, este trabalho visa a problematizar a relação estabelecida entre a seca e a migração nordestina, objetivando compreender através das produções culturais de Graciliano Ramos e Candido Portinari as concepções de migração presentes nos espaços urbanos. Igualmente buscando entender os processos migratórios estabelecidos em momentos de seca demonstrando também a ocorrência do fenômeno migratório em épocas de chuvas. Assim, a seca não pode ser compreendida, em última instância, como o fenômeno impulsionador das retiradas, havendo muitas outras questões a serem consideradas.

Palavras-chave: Migração; Nordeste; Era Vargas; Graciliano Ramos; Candido Portinari.

ABSTRACT

The fifteen-year government of President Getúlio Vargas of between 1930 and 1945, the country instilled deep political and social changes. The traditional story, by naming the historical moments of the Brazilian state as the Old Republic and New Republic reflected respectively the events prior to the coup of 1930 and the events that came after this date. At the same time that this nomenclature was intended to differentiate the forms of doing politics in the country came into confrontation with the practices implemented by the government, much of what was the practice in previous governments remained in the Vargas era. One example is the public policy of combating drought organized by the State and who in this period did not differ from the activities carried out by previous governments. Some of these actions do not have the desired effect and many others were not put into practice forcing the backlanders to migrate. This led the society to create an imaginary that all migrants move out of their northeastern region solely because of the drought, finding no other factors that propelled him to perform such an act. Yet this present work aims to problematize the relation between migration and northeastern drought in order to understand through the cultural productions of Graciliano Ramos and Candido Portinari present the concepts of migration in urban areas. Also seeking to understand migration processes established in times of drought have also demonstrated the occurrence of migration in times of rain. So the drought can't be understood ultimately as the booster phenomenon of withdrawals, there are many other issues to consider.

Key-words: Migrations; Northeast; Vargas Era; Graciliano Ramos; Candido Portinari.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	O CAMINHO DE TERRAS RACHADAS: A MIGRAÇÃO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A INDÚSTRIA DA SECA.....	26
2.1	A ERA VARGAS E A SECA DO NORDESTE.....	40
2.2	AÇÕES EMERGENCIAIS PARA A SECA DE 1932.....	47
3	E A REGIÃO SE FEZ NORDESTE: REPRESENTAÇÃO DA MIGRAÇÃO E DA SECA NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	60
3.1	O NORDESTE INVENTADO E POSTO À PROVA.....	70
3.2	NAS PALAVRAS DE GRACILIANO RAMOS.....	77
3.3	EXPRESSÃO, INTENÇÃO E FORÇA: DISCUSSÕES DE GRACILIANO RAMOS E CANDIDO PORTINARI.....	86
4	O CAMINHO DAS PEDRAS OU DAS ÁGUAS?: A RETIRADA ENQUANTO DENÚNCIA E ESPERANÇA DE UMA VIDA MELHOR.....	96
4.1	NAS TINTAS DE CANDIDO PORTINARI.....	101
4.2	A SECA, O RETIRANTE, A GUERRA E AS “BATALHAS” NO ANO DE 1942.	108
4.3	A BATALHA DE PRODUÇÃO E OS SOLDADOS DO CARVÃO.....	125
4.4	A MIGRAÇÃO COMO ALTERNATIVA.....	127
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
	REFERÊNCIAS.....	138

1 INTRODUÇÃO

*É hora, em que a morte é certa / Mas ninguém deserta se for pra lutar
No peito, coração aberto, / esperança perto, sem querer chegar
coragem mansa eu tive até partir / pra não morrer de morte igual, fugi
e andei errando, pela vida afora / sempre indo embora, dei volta no mundo / vim morrer aqui.
Ave Maria dos Retirantes – Carlos Coqueijo e Alcivando Luz*

Há no Brasil um grande espaço para personalidades políticas emblemáticas, pessoas que, teoricamente, possuiriam pequenas possibilidades de ascender aos maiores cargos políticos do país, mas o conseguem. É o caso emblemático de um deputado das eleições parlamentares do ano de 2010, com 1.350.438 votos, Francisco Everardo Oliveira Silva marca a política do seu país como o deputado mais votado de todas as eleições já ocorridas na história do Brasil. Eleito com sobra de votos o palhaço “Tiririca”, como é conhecido, protagonizou um dos maiores escândalos, e, porque não, uma das maiores reflexões do universo político e eleitoral brasileiro da atualidade.¹

Voltando um pouco mais no tempo, tem-se, no ano de 2002, o pleito vitorioso do primeiro presidente que tem origens nas camadas sociais mais humildes, Luis Inácio Lula da Silva, ou somente “Lula”, como ficou conhecido, eleito em 2002, reeleito no pleito seguinte, em 2006, apontado como uma das pessoas mais influentes do mundo. Reconhecido internacionalmente, o torneiro mecânico de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, apresentou suas propostas para a melhoria do país, assim como conseguiu encaminhar uma sucessora, colega de partido, para o seu cargo.

Qual a relação que se pode estabelecer entre o presidente Lula e o deputado Francisco Everardo, vulgo “Tiririca”? Ambos, Lula e “Tiririca”, assim como muitos outros moradores dos grandes centros urbanos, são migrantes, retirantes da seca e/ou da miséria que afligem o sertão nordestino. A mesma relação que pode ser estabelecida entre os dois, vale para milhares, para não dizer milhões, de moradores dos grandes centros urbanos brasileiros, como aquelas das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Em 1969, Brasil foi dividido em cinco regiões político-administrativas, pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), cada uma congregando vários estados, como um país de dimensões continentais é marcado por uma diversidade biológica e geográfica – o Sul subtropical, o Norte úmido, o Centro-Oeste de clima seco, o Sudeste chuvoso e o Nordeste semi-árido.

¹ BIOGRAFIA de Francisco Everardo Oliveira Silva (Tiririca). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=189219> Acesso em: 26 abr. 2011.

A região do Nordeste é composta pelas unidades federativas de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Berço da civilização luso-brasileira possui a terceira maior cidade do país, Salvador, capital do estado da Bahia, possui também o segundo maior colégio eleitoral do Brasil, perdendo apenas para a região Sudeste, compreendida pelos estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, onde estão situadas a maior e a segunda maior cidade do país, respectivamente São Paulo e Rio de Janeiro.²

Tais cidades não são maiores por acaso, possuidoras de um parque industrial muito desenvolvido atraem muitas pessoas com a promessa de uma vida melhor, como o caso do ex-presidente Lula e do Deputado Federal Francisco Everardo. São cidades-polo, são vitrines do país, tanto para o exterior quanto para o interior. As principais agências de notícias e emissoras de rádio e televisão estão situadas nessas localidades, os principais filmes e as mais destacadas novelas têm como pano de fundo a grande e cosmopolita São Paulo, ou a bela e maravilhosa Rio de Janeiro.

Já o Nordeste, localidade de origem de milhões de moradores do Sudeste, é uma região que transita entre os problemas que possui no seu interior, e as belezas naturais das suas costas. Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil em suas praias, a primeira capital foi uma cidade situada na região, o primeiro grande empreendimento econômico do Brasil gestou-se nas suas terras, porém é também nessas terras que viveram e vivem milhões de brasileiros que sofrem incisivamente com as grandes secas, que vêm e vão, em épocas distintas, quase impossíveis de prever e de contrapor-lhes resistência.

É também por causa dessas secas que ocorreu e ocorre na região Nordeste, a migração. Migração responsável por uma evasão significativa da mão de obra nordestina, no decorrer dos séculos XIX e XX. É por causa dela e da ausência de políticas que ataquem diretamente o problema da falta de água que milhões de brasileiros perderam suas vidas nas piores condições de existência.

É com a seca que o governo atualmente busca acabar, ao iniciar um grande plano, já vislumbrado por D. Pedro I e D. Pedro II. Iniciado pelo nordestino presidente Lula, tal projeto visa a transferir as águas do grande São Francisco para alimentar os menores rios que vão em direção ao interior do sertão, fornecendo água para que estes não sequem durante as épocas de maior estiagem ou seca.

² IBGE, *Resultados do Censo – 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm> Acesso em: 26 abr. 2011.

Tal ambição fora projetado para iniciar no ano de 2004, com grande oposição. A novela da transposição do rio São Francisco gerou vários capítulos, entre todos, aquele com maior repercussão foi o do bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio. O bispo manteve-se em greve de fome, durante o ano de 2005, objetivando a interrupção das obras de transposição do rio. Após receber emissários do governo e apelos por parte dos movimentos sociais, o bispo encerrou a sua greve de fome, acreditando nas negociações que estavam em andamento.³

Para compreender melhor a intenção do projeto, há de se entender as principais modificações a serem realizadas pelas obras governamentais. O rio São Francisco nasce no interior do estado de Minas Gerais, região Sudeste, seguindo na direção norte do país. Passando pelo oeste do estado da Bahia, cortando o estado de Pernambuco, prosseguindo pela divisa entre os estados de Alagoas e Sergipe, até a sua foz na região Nordeste. O projeto prevê a retirada de 26 metros cúbicos de água por segundo do rio, de forma continuada, podendo chegar até 63m³/s.⁴ Ao todo, o volume estimado do rio que é passível para retirada é de 360m³/s, destes, de acordo com o engenheiro agrônomo e pesquisador – especialista na bacia hidrográfica do velho Chico – João Suassuna, 335m³/s já estão alocados a outros serviços, como irrigação e usinagem.⁵

O governo argumenta que há disponibilidade de muitos metros cúbicos para a transposição.⁶ Mesmo com todas as alegações governamentais, foram, e continuam sendo, realizadas diversas manifestações pelo encerramento dos trabalhos e pela rediscussão da obra. Em 2007, mais uma vez o bispo Dom Luiz Cappio entrou em greve de fome, esta teve de ser paralisada quando o bispo foi internado na UTI por agravações em sua saúde debilitada decorridas da falta de alimentação.⁷

Há ainda hoje muitos críticos à transposição do velho Chico, que argumentam existir outras saídas melhores e mais baratas para o problema do semi-árido nordestino. Um desses críticos é o teólogo e ambientalista Leonardo Boff, que aponta para a existência de projetos

³ GLASS, Verena. Bispo faz greve de fome para protestar contra a transposição. *Carta Maior*. 27 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3845> Acesso em: 26 abr. 2011.

⁴ NÚMEROS do Rio. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/pt/numeros-do-rio>> Acesso em: 30 abr. 2011.

⁵ DO Rio para o Sertão. *Revista Nossa História*. Abril de 2005 ano 2, n. 18, p. 22-24.

⁶ NÚMEROS do Rio. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/pt/numeros-do-rio>> Acesso em: 30 abr. 2011.

⁷ CARVALHO, Cleide. ‘Lula não faz mais jus ser chamado de nordestino’, diz Dom Cappio no 14º dia de jejum contra a transposição do rio São Francisco. *Extra*. 10 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/lula-nao-faz-mais-jus-ser-chamado-de-nordestino-diz-dom-cappio-no-14-dia-de-jejum-contra-transposicao-do-rio-sao-francisco-641757.html>> Acesso em: 30 abr. 2011.

mais baratos e com um maior aproveitamento das águas existentes no semi-árido, sem precisar do rio São Francisco:

Entre muitos, três projetos são notáveis: o da construção de um milhão de cisternas de bica que recolhem água da chuva dos telhados, conduzindo-a diretamente para o reservatório de 16.000 litros hermeticamente fechado. O outro é "uma terra e duas águas" (o "1+2"): visa garantir a cada família uma área de terra suficiente para viver com decência, uma cisterna para abastecimento humano e outra para a produção. Por fim, o Atlas do Nordeste, proposta da Agência Nacional de Águas para beneficiar 34 milhões de nordestinos do meio urbano, custando a metade da transposição. Esse projeto se opõe à transposição, qualificada como "a última obra da indústria da seca e a primeira do hidronegócio".⁸

Os manifestantes contrários à obra ainda argumentam que tal estrutura faraônica beneficiará quem menos precisa da água, que é o latifundiário. A população, "cerca de 12 milhões de pessoas" que sofrem com a seca, como exemplo as "34 comunidades indígenas e os 153 quilombolas" que vivem nas proximidades da transposição do rio e que, muitas vezes, têm como única alternativa a migração para outros lugares não foi beneficiada no projeto.⁹

Paralelamente o governo insiste no benéfico impacto social que a obra irá acarretar, onde serão amparados por esse projeto milhões de nordestinos para que os mesmos não tenham de realizar a migração, existem órgãos governamentais, como a Agência Nacional de Águas (ANA), o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e a Fundação Joaquim Nabuco, que não concordam com a obra de transposição, oferecendo, como o caso da Fundação Joaquim Nabuco e da ANA, alternativas à transposição.¹⁰

Todavia, mesmo com todas as ações contrárias, manifestações, greves de fome, paralisações, o projeto está saindo do papel, e vários pontos das obras de transposição, mesmo atrasadas, estão ficando prontas, e em pouco tempo, afirma o governo, serão colocadas a funcionar, levando água para os rios menores e beneficiando a população nordestina, seja ela a rica ou a pobre.¹¹ A obra surtindo o efeito necessário deverá barrar os milhares de retirantes que saem das suas residências e partem em busca de esperança nas grandes cidades,

⁸ BOFF, Leonardo. *O semi-árido: o mais chuvoso do planeta*. 19 de Out. de 2007. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/vista/2007/out19.htm>> Acesso em: 26 abr. 2011.

⁹ BETTO, Frei. O Natal de Dom Cappio. *Eco Debate*. 17 de dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2007/12/17/natal-de-dom-cappio-artigo-frei-betto/>> Acesso em: 26 abr. 2011.

¹⁰ CAPPIO, Dom Flávio. A transposição do Rio São Francisco. Entrevista. *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Ano XIX n. 36. Jan./jun. de 2011. p. 255. Para saber mais sobre as argumentações contrárias a transposição do Rio São Francisco, Cf.: <<http://www.fundaj.gov.br/>>; <<http://www.saofrancisco.cbh.gov.br/>>; <<http://www.ana.gov.br/>>. Para considerações a favor das obras governamentais Cf.: <<http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/index.asp/>>; <<http://www.dnocs.gov.br/>>.

¹¹ FREIRE, Sílvia. Pronta, transposição do rio São Francisco em Alagoas não funciona. *Folha.com*. 25 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/906904-pronta-transposicao-do-sao-francisco-em-alagoas-nao-funciona.shtml>> Acesso em: 30 abr. 2011.

umentando assim os problemas sociais citadinos, como a favelização no Rio de Janeiro, em São Paulo e nos outros centros urbanos.

Na última análise do IBGE (2009), havia mais ou menos 19.429.000 pessoas vivendo fora do seu local de nascimento, de uma população de mais de 189 milhões de habitantes que tem o Brasil. Mais de 10% da população nacional vive fora do seu estado natal. Se observarmos esses números em relação à população do nordeste, veremos que 9,8% que habita no Norte do país nasceram na região Nordeste, na região Centro-Oeste esse número é de 12,7%. Já na região Sudeste, a mais populosa do país, os nordestinos são 9% de toda a população da região. Isso em números absolutos resulta em mais de 7 milhões de pessoas que habitam a região e nasceram em algum estado do nordeste do Brasil.

Tomando em conta o número de pessoas que saíram do nordeste nos últimos anos, temos o número de 10,819 milhões de pessoas, desses 14,1% foram para o Norte, 2,6% para o Sul, 16,4% para o Centro-oeste e 66,9% para a região Sudeste.¹² São números gigantescos e assombrosos, mesmo com todo o potencial industrial que possui a região Sudeste, principalmente o estado de São Paulo. Tal número de migrantes não é absorvido da noite para o dia, sem contar que esse problema não é de hoje. Há, desde a década de 1930 do século XX, um aumento significativo da migração de nordestinos para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

No século XIX, São Paulo recebia italianos, alemães, árabes, japoneses, que vão se configurar como mão de obra do café. Com a ascensão de Getúlio Vargas, na década de 1930, e as leis de cotas para a imigração, o grande contingente de cidadãos europeus e asiáticos que entravam no país irá diminuir rapidamente. E em seu lugar, servindo de incentivo à produção agrícola e industrial, surgirá o nordestino, retirante da seca, como figura a suprir a necessidade de mão de obra nas empreitadas desenvolvidas nos estados de SP e RJ.¹³

Uma das grandes questões históricas levantadas por esta situação, além, é claro, da relação do nordestino com a sua própria terra, das relações patrão/empregado baseadas ainda em suportes coloniais do tempo do coronelismo, do surgimento dos bandos de cangaceiros, ora acreditados como bandidos, e outras como heróis do sertão, um dos maiores temas que envolve o nordeste é a migração por causa da seca. Ou em quais circunstâncias esses retirantes migram? Incentivados pelo governo ou com suas próprias pernas? A pé ou

¹² IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2009. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2010/tabelas/aspectosdemo.zip> Acesso em: 30 abr. 2011.

¹³ FERRARI, Monia de Melo. *A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951-1954) - Seca e desigualdades regionais*. 2005. 160 f.. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005. p. 72.

motorizados? Para onde vão? Será que voltam? E uma das principais perguntas é, por que vão? Perguntas nada fáceis de se obter respostas. Mas ao ser utilizada uma análise reducionista, a primeira e mais óbvia resposta é a “seca”. Como se sozinha a seca pudesse obrigar milhões de pessoas a sair de seus lares, como se a sociedade nada pudesse contra ela.

Nada pode contra ela por uma questão social, balizada pela perda de poder de uma oligarquia agrária em tempos de crise da sua cultura, ou deve-se dizer, monocultura, seja ela do açúcar ou do algodão. É com a falta de água e a calamidade pública que a mesma classe dominante vislumbra uma saída para seu decréscimo de poder, para falta de investimentos no seu setor. É essa classe dominante que, oportunamente, verá ser criada a “indústria da seca”.

A seca sempre castigou o nordeste do Brasil, há indícios da falta de água, da aridez do solo, nos relatos dos primeiros viajantes pela colônia portuguesa da América, no século XVI, durante todo o século XVII, quando a economia do açúcar era centrada na capitania de Pernambuco, ela já açoitava o sertão. Porém, só seria vista como calamidade pública nos anos 70 do século XIX. A grande seca dos “três setes” (1977-79) inaugura as grandes remessas de verba para combater a seca e amparar os nordestinos que sofrem com as mazelas da natureza.¹⁴

Em tempos em que o envio de verbas de amparo àqueles que morriam de fome e de sede, era alvo de grande disputa por parte dos deputados do império. A grande questão levantada era se havia a real necessidade de amparar as províncias, ou se havia corrupção para lucrar com tal calamidade pública. A ajuda vinha muitas vezes de grandes campanhas organizadas pela sociedade civil em prol dos despossuídos do nordeste, e o papel desempenhado pelos governos sempre contava com valores abaixo do necessário compactuando com a tragédia anunciada.¹⁵

Acabando o tempo da seca, acabava-se também a preocupação do governo com os homens, as mulheres e as crianças que sofreram com o fenômeno natural, ampliado em muitas vezes a sua dimensão pela falta de políticas públicas para o combate a todas as secas que ocorriam de tempos em tempos, no semiárido nordestino. Ações governamentais haviam, porém sem o planejamento necessário, serviam muito mais para dar visibilidade ao governo do que viabilidade no combate a seca. A principal era a construção de açudes. Se os rios, naturalmente, secavam, com os açudes, por maiores ou mais profundos que fossem, aconteceria a mesma coisa.

¹⁴ VILLA, Marco Antonio. Que brasileiro, que fornalha. *Nossa História*. Rio de Janeiro: Vera Cruz, v. 18, p. 15, abril de 2005.

¹⁵ ALBUQUERQUE Jr., Durval M. “Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 15, n. 28, p. 111-120, 1995.

Essas medidas são (de uma certa forma, até hoje [vide sítio eletrônico do DNOCS]) pensadas segundo a lógica de que para combater a seca, é necessário acumular água: a chamada “solução hidráulica” que remonta aos tempos do Império. As estruturas de sobrevivência dos camponeses sertanejos jamais foram pensadas em sua fragilidade crônica, em termos de uma brutal concentração de terras e de recursos d`água. [...]. Não basta construir açudes ou barragens, isto é, acumular água para os períodos de seca; mas o problema central é: a quem serve a água acumulada?¹⁶

No auge das mazelas causadas pela estiagem, quando não havia mais como abrigar tantas pessoas, a saída encontrada pelos governantes era tirar as pessoas dali, pois grande concentração de famintos causava agitações nas cidades, e aqueles que ainda tinham condições de suportar a seca de uma maneira consideravelmente digna temiam pela cólera proveniente daqueles que não tinham tais condições, e dependiam das benesses do Estado. A forma mais fácil de eliminar o problema era levá-lo para outros lugares, os retirantes e suas famílias embarcavam em navios e eram levadas, na maioria das vezes, para áreas inóspitas e desconhecidas. Eram transportados a lugares em que não se adaptavam ao ambiente, seja a floresta amazônica ou a outras regiões do país.¹⁷

Nessa área da migração, não havia planejamento governamental, a ordem era retirar o máximo de pessoas das cidades litorâneas, primeiro destino dos cidadãos sedentos do interior. A migração acontecia, planejada ou não, as pessoas eram obrigadas a sair, migrar para novos lugares, decorrendo deste acontecimento outra série de problemas a serem sanados. As migrações se configuram dentro da formação de uma nação como atividades muito importantes, sendo que redimensionam o contingente populacional em um determinado espaço geográfico. Essas migrações de nordestinos aconteciam fora do período da seca, ou somente quando esta se apresentava?

Como a colonização do país foi iniciada pela região nordeste, esta sempre teve uma densidade populacional mais elevada em relação às demais regiões do país. Com o fim do ciclo da cana-de-açúcar, essa densidade vai se dispersando para outras regiões, principalmente a das minas. Neste momento, a migração será principalmente de escravos vendidos das fazendas de cana para as minas de ouro.¹⁸ Tal atividade migratória viria a ser amplificada na

¹⁶ No sítio eletrônico do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, as principais ações empreendidas e divulgadas na capa do site são a construção de açudes e barragens. NEVES, Frederico de Castro. A seca e o Homem: Políticas anti-migratórias no Ceará. *Travessia: revista do migrante*. Ano IX, n. 25, p. 18-23, Maio/Ago de 1996.

¹⁷ GRAHAM, Douglas H., HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de. *Migrações internas no Brasil: 1872 -1970*. São Paulo: IPE/USP/CNPQ, 1984.

¹⁸ GRAHAM; HOLLANDA FILHO, op. cit.

grande seca dos “três setes”, quando, com medo de perder o investimento em escravos, os fazendeiros nordestinos vendem seu contingente.

Dentro desse panorama geral de migração, coube ao governo indicar os locais de destino. Até 1930, esse local é a floresta amazônica, para o trabalho com os seringais. Em relação à borracha, no fim do século XIX e durante os anos da primeira grande guerra, devido à necessidade dos países do ocidente, ocorre uma ampla circulação e venda do látex extraído no norte do país. Após a data fatídica de 1929, com a queda da bolsa de Nova York, os preços do café e da borracha decaem abissalmente, fazendo com que essa atividade migratória para a região norte não tenha mais o sentido que tinha até o momento.

É também no ano de 1930 que há uma significativa reviravolta política no país. Após ser derrotado nas urnas para o cargo de presidente do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas articula, a “revolução de 1930”, ou o “golpe de 1930”, decretando o fim da política café-com-leite e o fim do domínio oligárquico de São Paulo e Minas Gerais. O presidente Vargas governa o país até 1945, quando renuncia ao cargo que ocupou por 15 anos.

Nos anos decorrentes do governo Vargas, são realizadas consideráveis mudanças nas políticas adotadas pelo Estado em relação ao nordeste. Há, neste período, duas grandes secas, uma em 1932, nos primórdios do governo Vargas, e outra em 1942, às vésperas de sua despedida. São duas secas, dois modos distintos de ação desempenhados pelo governo no auxílio às populações nordestinas.

Durante o governo Vargas, surge no Brasil o princípio daquilo que podemos chamar de industrialização, no mesmo momento em que cessam as entradas de imigrantes estrangeiros, comuns desde as últimas décadas do século XIX. Porém, a necessidade de mão de obra muda o seu foco, não mais virão moradores de terras longínquas, a atenção é para atrair trabalhadores nacionais. Para suprir a ausência dos imigrantes, virão os migrantes, sem estrangeiros entrando no país o número de nacionais que se movimentam no território é muito maior. E nesses números podemos enquadrar o migrante nordestino afugentado das suas terras pela seca, mas não só por ela.

Além da seca, as relações sociais de sua terra também o expulsam, mas a questão central é: de onde migram? E para onde migram? Além do que, vale observar também, se migram por motivos de expulsão; e a seca seria um dos grandes motivos; ou migram por motivos de atração, como oportunidades e esperança? O que, a priori, pode ser apresentado é um dos principais destinos, a cidade grande como São Paulo e Rio de Janeiro, o “sul maravilha” imortalizado pelos traços de Henfil e sua graúna.

Nesses 15 anos que compreendem o governo Vargas, passaram-se três fases distintas, o governo provisório (do ano de 1930 até o ano de 1934), o governo constitucional (até o ano de 1937) e o Estado Novo (até o ano de 1945). As secas aconteceram no primeiro e no último período. Concomitantemente a seca de 1932, acontecera a “Revolução Constitucionalista”, na qual o estado de São Paulo rebelou-se contra o governo central, ante a inexistência de uma constituição, e a existência de um governo proveniente de um golpe de estado. Em 1942, durante a seca desse ano, acontecia em plena Europa a segunda grande guerra, e o Brasil, neste momento, estava em plena negociação com ambos os grupos para a tomada de uma posição oficial.

Ao passar dos anos de governo de Vargas, há, nas grandes cidades, uma preocupação insistente sobre as ações governamentais em relação à seca. Desde os anos 1877-1879, quando repórteres foram enviados para cobrir os acontecimentos da estiagem no nordeste, a imprensa da capital e de São Paulo envia, nos anos de grande seca, correspondentes que remetem às redações suas observações sobre os acontecimentos na região. Foi assim em 1877-79, em 1915, 1920, não sendo diferente em 1932 e 1942. A população dessas cidades se vê à volta com muitas notícias, e, porque não, com os migrantes recém chegados das zonas de secas.

Entre estes habitantes das cidades, os artistas muitas vezes se tornam sensíveis aos acontecimentos, transmitindo em suas obras ações e emoções contemporâneas. Dois deles em especial, amigos e denunciadores dos problemas da seca, produzem, durante os quinze anos do primeiro governo Vargas, algumas de suas principais obras, o escritor Graciliano Ramos, e o pintor Candido Portinari. Respectivamente, com o livro *Vidas Secas*, e a série de pinturas *Retirantes*.

A obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos foi publicada pela primeira vez no ano de 1938, quando o autor tinha 46 anos de idade. Natural de Quebrangulo, no estado nordestino de Alagoas, Graciliano teve uma vida movimentada, na qual publicou 12 obras literárias. Político, foi prefeito de Palmeira dos Índios, também no estado de Alagoas. Preso em 1936, e solto em 1937, escreve as suas *Memórias do Cárcere*, sobre a experiência na cadeia, livro publicado após o seu falecimento. Morre em 1953.¹⁹

Candido Portinari é filho de imigrantes italianos que chegam ao Brasil no fim do século XIX, para trabalhar nas fazendas de café do interior paulista. A família se dirige para a cidade de Brodowski. Nasce em 1903, torna-se pintor reconhecido nacionalmente, e

¹⁹ Para saber mais Cf.: <<http://www.graciliano.com.br>>

internacionalmente em 1934. Pinta a série *Retirantes* durante o ano de 1944, aos 41 anos. Morre aos 58 anos, em 1962.²⁰

Presentes na sociedade e contemporâneos aos acontecimentos históricos, os artistas tendem a retratar o mundo em que vivem, e as atividades pelas quais passam. São parecidos a casos ilustres como os de Goya, Tolstoi e Delacroix, um denunciando a invasão francesa em terras espanholas durante as guerras napoleônicas, o outro exaltando a formação de uma sociedade livre e sem reis.²¹

As obras de arte, sejam elas escritas ou pintadas, não são uma cópia dos acontecimentos reais, porém nelas há indícios de como essa realidade foi interpretada. A princípio, nem o escritor, nem o pintor, apresentam-se como cronistas de acontecimentos reais para que a posteridade possa observá-los. No Brasil, tanto Graciliano Ramos quanto Candido Portinari não buscavam absorver uma condição real e inalterada dos acontecimentos, procuravam, sim, retratar aquilo que viam à sua volta, de uma forma denunciante, nesse caso aos problemas climáticos, políticos e sociais, decorrentes da estiagem. Há para se vislumbrar nas obras de Graciliano e Portinari indícios de um passado, que devem ser recolhidos e analisados frente às discussões teóricas sobre o período histórico vivenciado e retratado por esses dois artistas.

Reflexões em torno dos acontecimentos históricos podem e devem ser feitas utilizando produções culturais. No caso em questão, há de se analisar os pormenores e as relações em torno da História e das artes, escritas ou visuais. No diálogo estabelecido entre os seres humanos e a sociedade que os cerca, a cultura tem papel fundamental para a observação desse universo, metaforicamente a cultura se torna o prisma no qual o historiador vislumbra o passado, recorrendo a métodos dos mais diversos para compreender e problematizar esse passado distante no tempo, do qual recebemos somente os ecos.

A História, há muitos anos – para não dizer séculos – trava um grande diálogo com a literatura, conversa necessária para se estabelecer os campos de atuação de cada uma. Quando o passado chega ao presente o faz através de uma produção escrita, mas, devido à análise e ao corpus documental do historiador, ela é diferente do universo literário. Ambos podem escrever “verdades”, mas a do historiador tem de ser complementada com argumentos próprios e concretos. Porém a história não pode perder de vista que seu campo é do verídico, e

²⁰ Para saber mais Cf.: <<http://www.portinari.org>>

²¹ Francisco de Goya pintou os terríveis atos dos franceses na invasão à Espanha comandados por Napoleão, sua série *Los desastres de la Guerra*. Eugène Delacroix pintor francês que pinta *La Liberté guidant le peuple*, ou a liberdade guiando o povo, pintada anos após a revolução de 1789, mas que servia para exaltar esses acontecimentos e os que se seguiram, em 1830, com a exigência do fim da restauração monárquica. Ambos são casos muito comuns na história, seja como denúncia aos acontecimentos, seja como elogio a eles.

há de se apropriar *macunaimamente* dos artifícios literários usados pelos escritores. “A história é *um romance verdadeiro* [disse o iconoclasta Paul Veyne, no início da década de ’70]. Verdadeiro porque aconteceu, mas romance porque cabe ao historiador explicar o *como*”.²² Deve-se

inventar um caminho que afaste, ao mesmo tempo, a ideia de que a história não seria mais que uma produção de ficção dentre outras (e não é porque a história utiliza as figuras e formas narrativas da ficção que não se define como um conhecimento, um saber, e daí a vinculação possível entre a história como um saber crítico em uma dimensão cívica), e, por outro lado, pensar que esta dimensão crítica e de conhecimento não se pode estabelecer segundo os modelos tradicionais de uma ciência positiva, que se pensava como a adequação do discurso ao real.²³

O papel do historiador é re-criar esse passado, de modo que ele seja entendível ao presente, é retirar das fontes informações valiosíssimas, que por si só seriam mais difíceis de serem acessíveis aos interessados sobre o tema. Ser historiador, nesse momento, é ser detetive, e buscar os mínimos detalhes, em pequenos indícios, em documentos oficiais ou não, é buscar em produções culturais como a literatura, como bem disse Carlo Ginzburg, *fiões e rastros* desses tempos idos. O papel da história de vislumbrar o passado e seu encontro com o modo de ver o mundo da literatura se faz na junção do estudo desse tempo decorrido juntamente com as produções dessa mesma época.

A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. Por vezes, a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu.²⁴

Através da literatura é possível ao historiador observar a relação da população com os acontecimentos de seu contexto histórico. As obras literárias falam de uma época para a sua época, e assim vislumbram-se as relações culturais e mesmo as relações sociais presentes em determinado momento. Literatura e imagem são duas das principais fontes culturais às quais as populações tem acesso, juntamente com a música, são as formas mais acessíveis da arte para os cidadãos, com a popularização dos jornais e o surgimento de fotografias,

²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma *velha-nova* história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>> Acesso em: 5 maio 2011.

²³ CHARTIER, Roger. Literatura e História. *Topoi*. Rio de Janeiro. v. 1, p. 212. Jan-Dez de 2000.

²⁴ PESAVENTO, op. cit.

reproduções de pinturas nos folhetins e nas revistas ilustradas as imagens chegam aos espectadores de uma forma mais simplificada, e é com elas que faz-se possível analisar uma gama de ilustrações e visualidades de uma época.

No século XX iniciou-se uma grande reviravolta no universo editorial, as imagens passaram a fazer parte das publicações impressas ainda com técnicas pouco desenvolvidas, anteriores a impressão em *OFFSET*. O surgimento destas tecnologias fazem com que as ilustrações invadam as publicações de todos os tipos, torna-se muito mais fácil veicular informações, chegando ao ponto de que, em muitos jornais, as notícias sejam apresentadas através das figuras de forma muito mais privilegiada do que os escritos. Havendo ainda a possibilidade das imagens serem manipuladas de uma forma menos perceptível que os textos escritos.²⁵

Para a história, as imagens são valiosíssimas, através delas é possível observar e analisar diferentes visões de mundo, sem contar que elas transitam em um universo paralelo aos textos escritos. Até mesmo as pessoas que não dominam os sinais gráficos da linguagem escrita tem acesso ao universo composto pelas imagens. A própria vivência no mundo é uma escola que ensina a observar essas representações pictográficas do mundo. Em hipótese alguma a imagem deve ser encarada como algo puro, ou desprovido de intenção, somente o fato de se capturar visualmente determinado momento já representa uma das muitas e possíveis intenções. Contudo, há determinadas reflexões acerca das imagens que devem ser respeitadas, como:

1. As imagens dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim a visões contemporâneas daquele mundo. [...]. Os historiadores não podem dar-se ao luxo de esquecer as tendências opostas dos produtores de imagens para idealizar e satirizar o mundo que o representam. Eles são confrontados com o problema de distinguir entre representações do típico e imagens do excêntrico.
2. O testemunho das imagens necessita ser colocado no 'contexto' [...], incluindo as convenções artísticas para representar as crianças (por exemplo) em um determinado lugar e tempo, bem como os interesses do artista e do patrocinador original ou do cliente, e a pretendida função da imagem.
3. Uma série de imagens oferece testemunho mais confiável do que imagens individuais.
4. No caso de imagens, como no caso dos textos, o historiador necessita ler nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos mas significativos – incluindo ausências significativas – usando-os como pistas para informações que os produtores de imagens não sabiam que eles sabiam, ou para suposições que eles não estavam conscientes de possuir.²⁶

²⁵ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

²⁶ BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru: EDUSC. 2004. p. 237-238.

As imagens agem como atores de um universo muito importante para ser deixado de lado, são portadoras de visões de mundo, criaturas de seus criadores, possibilidades infinitas para a análise historiográfica. Não somente como olhos para um tempo que não se encontra mais, mas assim como os outros documentos, as imagens abrem um leque inovador de observações e problematizações acerca do passado.

A História como disciplina tem um encontro marcado com as fontes visuais. Esse certamente pode ser um caminho para rever a própria memória disciplinar e, ao mesmo tempo, revalorizar sua própria tradição erudita, ultrapassando as fronteiras do conhecimento estabelecidas. Nesse encontro há um laço a ser fortalecido entre a história da imagem e a história da arte para definir que o conceito de arte é histórico. O olhar sobre a história é capaz de deixar isso claro, mesmo que nossa experiência diante do fato artístico nos conduza a valores extemporâneos.²⁷

História e imagem se relacionam na urgência de propiciar as mais diversas formas de observar o passado, o estudo dos homens, e de suas ações no tempo, não pode ficar relegada a um único caminho, é dever do historiador tentar contemplar todas as ações humanas e seus desdobramentos. A arte, seja ela literária ou imagética, pode ser mais um objeto de estudo da história, principalmente contextualizada e servindo para compreensão melhor do universo de possibilidades que é o passado.

Estes relacionamentos tendem a ser profícuos quando apresentam confluências entre determinadas fontes culturais e seu momento histórico. E para a empreitada desenvolvida nestas páginas utilizar-se-á destes componentes para inserções sobre o ambiente político e cultural do Brasil durante o período denominado era Vargas. Este período será encarado como recorte histórico para a compreensão da migração através das produções culturais e dos documentos oficiais, criados e veiculados, contidos de uma interpretação do fenômeno da migração impulsionada pela seca. Assim, para melhor compreensão do contexto histórico, este trabalho divide-se em três capítulos, apresentados segundo uma ordem cronológica, tentando seguir uma análise sintonizada com os acontecimentos históricos.

No primeiro capítulo, será apresentado um histórico das secas registradas no Brasil, de modo a contextualizar a ocorrência deste acontecimento climático. Contudo, apresentar-se-ão também as relações sociais que permeiam estes eventos, de modo a ressaltar o papel desempenhado pelos distintos governos durante a ocorrência do fenômeno das secas. As primeiras notícias aparecem já no século XVI, e vão se sucedendo uma após outra até a década de 1930. As relações estabelecidas com o golpe dado por Getúlio Vargas irão

²⁷ KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: Arte e Cultura Visual. *ArtCultura*. v. 8, n. 12, Uberlândia: EDUFU. Jan.-Jun. 2006. p. 115.

transformar as condições sociais dos espaços urbanos. Contudo, o campo ficaria sem a mesma atenção, e as zonas atingidas pela seca registrariam grandes estiagens, sem muitas ações para amenizar o flagelo. Há de se ressaltar também a presença de campos de concentração, em que os retirantes eram induzidos a entrar através de falsas promessas, e impedidos de sair, ficando reservados até a ocorrência das chuvas.

Nas primeiras palavras do capítulo 2, buscasse apresentar a região de ocorrência das secas e como se dá sua representação através dos tempos até a atualidade, com a transformação da antiga região Norte em duas novas regiões, uma de mesma nomenclatura, restrita à área úmida da floresta Amazônica, e outra chamada de Nordeste, região da ocorrência das secas. A criação da região Nordeste foi antes de tudo um ato político, que viria a diferenciar uma classe dominante destronada de sua posição de prestígio, em contraposição às outras regiões, principalmente o Sul do país representado pelo estado de São Paulo. De certa maneira, esta criação não fora tramada enquanto plano de Estado, ela se dá no âmbito político-cultural e é pensada por uma oligarquia letrada que tem, por assim dizer, um saudosismo de sua época áurea.

Os confrontos intelectuais que permearam esta diferenciação regional estão presentes na gênese do movimento modernista e na oposição São Paulo x Nordeste, tratando o movimento regionalista de Recife como precursor de um imaginário difundido sobre a região. Estas ações transformaram, de certo modo, a maneira de se pensar o nordeste e influenciaram muitas gerações futuras com sua concepção. Em plena década de 1930, durante o governo Vargas, estas produções culturais figurarão como síntese do conhecimento naquilo que diz respeito ao país. Assim, a literatura, como expressão da uma parcela da sociedade, representa também uma visão difundida para a população dos acontecimentos do país. Neste caso em particular, o livro *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, além de tratar da região Nordeste apresenta à população brasileira uma interpretação do problema da seca, tratando também das questões relativas à migração de nordestinos para os centros urbanos. Tal deslocamento de grandes proporções iniciou-se nos primórdios do século XX, porém foi intensificado durante o período de governo de Getúlio Vargas.

A literatura não é a única forma de comunicação da intelectualidade brasileira com a população nacional, a música, o cinema, o teatro, o rádio também o são. Porém, neste trabalho, será focado principalmente o relacionamento entre as artes plásticas, na figura de Candido Portinari e sua série de obras representativas da migração de nordestinos fugidos da seca. Assim, as telas da série *Retirantes* dialogam com as produções até então realizadas, e,

principalmente, com o livro de Graciliano Ramos, derivada da amizade existente entre o escritor e o pintor.

No terceiro capítulo, é onde será aprofundada esta análise sobre as obras de Portinari, visto que elas são realizadas durante a década de 1940, na emergência de outra seca enfrentada pelo governo Vargas. As ações desencadeadas pelos órgãos governamentais, assim como as visões de mundo concebidas por Portinari e por Graciliano Ramos entrarão em conformidade nas pinceladas que compõem os quadros. Tanto Graciliano quanto Portinari irão se inserir na escola do expressionismo, assim, participam de um movimento internacional que tinha como ponto-chave a expressão do sentimento, do sofrimento, da dor, da alegria, da felicidade, em uma tentativa de apresentar ao público sensações verdadeiras. E os artistas brasileiros vão além, apresentam também estes sentimentos relativizando-os com um acontecimento real, experimentado por muitos. É o momento crucial da arte engajada socialmente no Brasil.

Estas obras compõem uma crítica à sociedade moderna, e também às ações governamentais, que pouco realizaram para atacar esta problemática. Contudo, em um momento de grande pressão política vivenciada pelo país em pleno Estado Novo, estas críticas são reelaboradas no órgão responsável por difundir a propaganda governamental, o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda. Ele irá, também, utilizar-se das obras de Graciliano Ramos e de Candido Portinari para realizar uma publicidade benéfica ao governo, objetivando criar uma imagem de progresso para o país. E esta representação pode ser bem observada quando da ocorrência da segunda guerra mundial, conflito que transformou o cotidiano dos brasileiros das cidades e de grande parte do campo.

O responsável por esta agitação na região foi a ocorrência de uma nova seca. As ações que envolviam o país na guerra entraram nos planos de ajuda aos flagelados da seca, e como alternativa aos problemas desta região surgia novamente a migração. Entra em cena um novo personagem que é o Conselho de Imigração e Colonização através de sua produção periódica, a *Revista de Imigração e Colonização*. Esta publicação foi responsável pela apresentação das ações governamentais e sua relação com a seca. O motivo da utilização desta revista era a sua conexão com a sociedade, pois nela os conselheiros publicavam suas percepções sobre imigração e colonização do país. Contudo o órgão tornou-se responsável também pelo auxílio aos flagelados da seca tratando de cuidar para que as ações de ajuda surtissem o efeito necessário, e também para que fosse difundida uma ideia e uma representação oficial sobre este assunto. Assim, uniu-se o “útil ao agradável”, e os retirantes

da seca foram levados aos campos de borracha para a extração do látex necessário aos exercícios de guerra dos países aliados, principalmente dos Estados Unidos.

Neste trabalho, e através das questões apresentadas, busca-se compreender a migração, e como ela foi encarada pelos órgãos governamentais e pela sociedade, através das composições de Graciliano Ramos e Candido Portinari, observando também de que maneira as ações empreendidas chegavam até a população. Pois em alguns momentos a migração de nordestinos é vista como benéfica e em outros ela é combatida como portadora do atraso e da precariedade. O retirante nordestino seria positivado e negativado, nestes quinze anos de duração do governo de Getúlio Vargas, sendo retratado pela sociedade e transmitido ao povo sob a forma de um ícone que se mantém até os dias atuais.

Fato é que a seca infringiu duras penas aos habitantes da região nordeste, e não somente nos anos que compõem o governo Vargas, contudo, neste momento histórico, o país vivenciava um momento de transformação política e social, e os habitantes do universo rural, principalmente aqueles centrados na região nordeste, são inseridos neste mundo, e, ao mesmo tempo, excluídos dele. A fascinação e as possibilidades elencadas por estas novas concepções empreendidas pelo governo irão atrair para a cidade o migrante nordestino, que, motivado pela existência da seca buscará na cidade uma possibilidade melhor para a sua vida.

A sociedade urbana centrada na sua visão de país entraria em choque com esta população proveniente do campo e da região da seca, e este encontro foi representado pelos artistas da época, em especial por Graciliano Ramos e por Candido Portinari, pois ao mesmo tempo em que estavam inseridos nos ambientes oficiais do governo Vargas, tomavam para si o compromisso da denúncia social. Neste sentido, criticando as ações e a falta de ações do governo no qual estavam inseridos. É importante compreender como as diferentes correntes políticas/culturais/sociais compreendem os migrantes, ou seja, de que modo estes artistas apresentam os retirantes de seca, relacionando-os com as ações e concepções oficiais, neste caso pelo Conselho de Imigração e Colonização, através de sua *Revista de Imigração e Colonização*. As muitas imagens dos retirantes nordestinos são disseminadas na sociedade através da propaganda e da mídia, contribuindo para a concepção de retirante e de migrante que a sociedade cristalizou como realidade.

2 O CAMINHO DE TERRAS RACHADAS: A MIGRAÇÃO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A INDÚSTRIA DA SECA

*Eu me lembro muito bem do dia em que eu cheguei
Jovem que desce do norte pra cidade grande
Os pés cansados e feridos de andar légua tirana.. nana
E lágrima nos olhos de ler o Pessoa
e de ver o verde da cana..
Em cada esquina que eu passava
um guarda me parava, pedia os meus documentos e depois
sorria, examinando o três-por-quatro da fotografia
e estranhando o nome do lugar de onde eu vinha.
Pois o que pesa no norte, pela lei da gravidade,
disso Newton já sabia! Cai no sul grande cidade
São Paulo violento, Corre o rio que me engana...
Fotografia 3x4 - Belchior*

O Nordeste é tema recorrente na mídia e no circuito cultural brasileiro há muitos anos. Seja pela ampla gama cultural que possui, ou por um viés histórico, reconhecido como o berço daquilo que se pode chamar de Brasil. Porém, nos dois últimos séculos a presença da região Nordeste vem sendo destacada pelo “grande problema” que é a seca. Seja pelas vidas ceifadas, ou mesmo pela exigência de ações emergenciais por parte do governo, ou ainda pelas milhares de pessoas que saem de suas residências em busca de algo melhor para seu futuro e dos seus. A região é presença certa nos noticiários de décadas em décadas.

As histórias de retirantes, coronéis, cangaceiros, monges e padres santificados pelo povo, registram grande recorrência no imaginário brasileiro. Virgulino Lampião, padre Cícero, Antônio Conselheiro, ou mesmo o retirante Fabiano, Sinhá Vitória, os meninos e a cachorra Baleia, de Graciliano Ramos, permeiam os círculos culturais, e, de tempos em tempos, vem à tona para respirar e voltar aos holofotes. Edições comemorativas de clássicos, trabalhos acadêmicos, trabalhos jornalísticos são exemplos dos momentos em que estas figuras nordestinas retornam às prateleiras das livrarias, às telas dos cinemas e das televisões.

É essa região geográfica composta por nove unidades da federação, de 1.558.196 quilômetros quadrados, com mais de 53 milhões e meio de habitantes e que é formada por tantos povos diferenciados. É essa terra com muitos sotaques e modos de viver que é constantemente apresentada e representada para o resto do país. Como compreender o nordeste do Brasil, é uma questão que te de ser problematizada. A união desses nove estados só acontece em 1969, quando o IBGE re-divide as regiões administrativas do país, mas o que une e o que separa essas unidades do resto da federação? Ou melhor, o que faz do nordeste o Nordeste?

Descoberto, ou encontrado, por Pedro Alvarez Cabral e seus marujos no dia 22 de abril de 1500, teve muitos nomes e muitas outras serventias a mais, porém algumas coisas não mudaram nesses mais de 500 anos: as suas belezas naturais e o castigo que sofre pelo seu clima semi-árido. Com anos de chuvas torrenciais e outros tantos de seca, é possível achar na literatura de viagem dos europeus ao Brasil, relatos sobre as dificuldades encontradas pelos indígenas nas épocas de estiagem, do mesmo modo há relatos sobre a migração feita por esses povos caracterizando-os como seminômades em tempos de seca. “É muito provável que uma das razões da movimentação espacial dos indígenas antes da chegada dos portugueses esteja relacionada com períodos de estiagem e secas e com a disputa pelas terras com abundância de água”.²⁸

Por volta dos anos 1580, um padre viajante português chamado Fernão Cardim escreve em seus *Tratados da terra e gente do Brasil* mais uma passagem sobre a movimentação dos indígenas:

O anno de [15]83 houve tão grande secca e esterilidade nesta província (cousa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de cannaviaes e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos 4 ou 5 mil índios. Porem passado aquelle trabalho da fome, os que poderam se tornaram ao sertão, excepto os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade.²⁹

Aqueles que ficaram no litoral, ou aqueles que retornam ao sertão, são vítimas dos flagelos da seca desde os tempos mais remotos da colonização do Brasil. O “problema” da seca não é uma coisa atual, tem caráter histórico. Durante todos os séculos do período colonial houve notas, apontamentos e crônicas sobre a seca no interior de Pernambuco.

Sem contar também a dura luta da coroa portuguesa no intuito de povoar as regiões mais interioranas dos seus territórios d'além mar. Com as Entradas, o objetivo do Rei de Portugal era encontrar ouro e metais preciosos, mas também povoar o interior da colônia. Muitas Entradas obtiveram êxito naquilo que tange à conquista de novos territórios, todavia aquela que nos anos 1603-1605 se dirigia ao que corresponde atualmente o território do estado do Ceará, chefiada por Pero Coelho, não teve êxito.³⁰ Muitos crêem que o explorador não obteve êxito por causa da terrível seca que grassava na região, outros acreditam que é por

²⁸ VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000. p. 17.

²⁹ CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Editores J. Leite e Cia, 1925. p. 331.

³⁰ As Entradas eram expedições financiadas pela Coroa portuguesa com o objetivo de, enfim, reconhecer as posses do rei de Portugal e do Brasil, encontrar especiarias, ouro e pedras preciosas.

causa da falta de recursos, como comida e água, “no entanto, a nota marcante do trágico descolamento foi a fome e a sede, através dos sertões jaguaribanos e riograndenses do norte, o que significa esterilidade e abandono”.³¹

Ao todo houve, segundo as crônicas de viajantes dos seiscentos, “seis grandes secas: 1603, 1605-1607, 1614, 1645, 1652 e 1692, que afetaram principalmente a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará”.³² Fato interessante é que no decorrer dos anos 1600 existem poucas passagens escritas sobre a seca. Isso se deve ao fato de que havia pequena presença de homens brancos no interior do sertão, diferentemente daquilo que aconteceu no século XVIII. No alvorecer dos setecentos, há novamente a presença de um aspecto muito ligado à seca, o ato de *migrar*. Como ressaltado pelo padre Cardim, os indígenas realizavam pequenos processos de migração durante os grandes períodos de seca, sendo que viviam em áreas com grande presença de água. Porém, com a crescente ocupação do interior, os indígenas entraram em grande confronto com os portugueses, as confederações indígenas disputam as terras com os soldados do senhor da Casa da Torre.

É interessante o fato de que os conflitos, a expulsão dos indígenas de suas terras e a ocupação dessas terras pelos homens brancos, dê-se também na relação violenta ocorrida durante os períodos de seca dos setecentos. Nas sete grandes secas ocorridas no século XVIII³³, muitas delas correspondem exatamente ao momento de maior ataque de indígenas às possessões dos colonizadores, “examinando-se o quadro das secas que devastaram os sertões do Nordeste naqueles tempos, verificamos a incidência das mesmas, nos períodos de maior intensidade de predações dos índios”,³⁴ fato que pode demonstrar mais uma ocorrência da obrigatoriedade da migração impulsionada pela seca, que além de impulsionar os indígenas à migração, os fez também caçar o gado português nas pastagens, gerando assim cada vez mais conflitos.

É triste constatar que a seca, além de ter como sua decorrência a fome e morte, gerou ainda mais conflitos, sendo que, muitas vezes, levou as pessoas a deixar de lado sua dignidade, para não penar até a morte. Mais uma vez, devido à tomada das melhores terras indígenas pelos portugueses, os primeiros habitantes dessa terra tem de recorrer à ajuda do homem branco para sua sobrevivência. Mesmo quando “as sucessivas secas enfraqueceram o

³¹ ALVES, Joaquim. *História das secas (século XVII a XIX)*. Acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria. p. 5. Disponível em: <http://www.colecaoossoroense.org.br/pics/Historia_das_secas.pdf>. Acesso em: 04 maio 2011.

³² VILLA (2000), op. cit., p. 18.

³³ Segundo o autor, existiram as secas de: 1710-1711, 1721, 1723-1727, 1736-1737, 1745-1746, 1777-1778 e 1791-1793. VILLA (2000), op. cit., p. 19.

³⁴ ALVES, op. cit., p. 24.

processo de ocupação do sertão (...). Diversas vezes, nos períodos mais intensos de seca, comunidades indígenas foram obrigadas a se vender para os conquistadores em troca simplesmente de comida”.³⁵ Abandonando o modo de vida que tanto prezavam, destruídos por anos de estiagem, como eram recorrentes no sertão para o qual foram forçados à migrar.

Das sete secas do século XVIII, a mais violenta foi a dos anos 1791 e 1793,

atingindo Ceará, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e até o Piauí. No Ceará, segundo Joaquim Catunda, “no ano de 1792 as águas desapareceram completamente em grande parte da Capitania. Morreram os gados, os vaqueiros, muitos fazendeiros e os animais domésticos e bravios. As estradas juncadas de cadáveres, famílias inteiras mortas de fome e sede e envolvidas no pó dos campos; o interior deserto; a população esfaimada e dizimada pela peste nos povoados do litoral; atulhadas de retirantes as Capitánias vizinhas, esmolando uns, furtado outros, trabalhando poucos”.³⁶

Seguem-se a esse, outros tantos relatos de diversas capitanias, apresentando as mazelas terríveis da seca, o alto número de mortos e os milhares de retirantes. Por certo, era comum aos moradores da província do Ceará o ato de locomover-se em tempos de seca, reação contra a estiagem utilizada tanto pelos índios quanto pelos homens brancos que ocupavam a região, sendo que “a população mais pobre procurava auxílio no litoral: ‘É espetáculo lastimozo em taes annos [de seca] encontrar pelas estradas poucos passos corpos mortos de pessoas, que do interior fogem a beira mar; retirada em que perecem em caminho exaustos de forças, pela falta de mantimentos”³⁷, tais processos de fuga e luta pela sobrevivência serão recorrentes por toda a história da seca no nordeste do Brasil, organizando e reorganizando a ocupação populacional do território.

A seca se estabelecia enquanto componente da formação e reformulação de grupos familiares. Apesar da inconstância de uma única forma de migração, um ponto pode ser afirmado: o deslocamento era a principal estratégia adotada pelas famílias cearenses diante das secas, e isso poderia gerar domicílios provisórios e uma reconstrução dos arranjos familiares, interferindo diretamente no habitar e no sentido da vida familiar.³⁸

Os relatos são da província do Ceará, porém podem ser estendidos pelos diversos locais do Nordeste. A família migra com a esperança de fugir da estiagem, e muitas vezes não

³⁵ VILLA (2000), op. cit., p. 21.

³⁶ VILLA (2000), op. cit., p. 20.

³⁷ PAULET, Antonio José Silva; VIEIRA Jr., Antonio Otaviano. Descrição geográfica da capitania do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1898, tomo XII, p. 10.

³⁸ VIEIRA Jr., Antonio Otaviano Vieira. O Açoite da Seca: Família e Migração no Ceará (1780-1850). Trabalho apresentado no *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002. p. 15.

volta mais. Ocorreram casos de empregados de grandes fazendas fugirem, e o dono ter de arcar com sua manutenção, tendo de acudir os animais nas fazendas do sertão e como eles acabava morrendo de fome e sede.³⁹ A seca não escolhia classe social, quem mais tinha, melhor poderia suportar as dificuldades, porém em muitas vezes acabava tendo de pedir socorro como os que pouco tinham.

As grandes estiagens dos oitocentos são as mais documentadas dentre todas que ocorreram entre os séculos XVI e XIX. Desde a primeira seca do pós-proclamação da independência, em 1824-1825, até a do alvorecer dos novecentos 1898-1902, passando pela grande seca dos “três setes” de 1877 até 1879 (77-79) e dos “dois oitos” no ano de 1888. Não era somente o Brasil que sofria com as grandes secas, em geral toda a região de clima tropical teve grande estiagem no século XIX, principalmente na década de 70.

Foi um desastre de magnitude verdadeiramente planetária, notificando-se a seca e fome também em Java, Filipinas, Nova Caledônia, Coréia, Brasil, África do Sul e o Magreb. Ninguém até então suspeitara ser possível tal sincronia extrema na escala de todo cinturão das monções tropicais, mais o norte da China e o norte da África. Nem havia qualquer registro histórico de a fome atingir de modo simultâneo tantas terras diferentes entre si.⁴⁰

O problema não ocorreu somente no Brasil, dispersou-se pelo mundo todo, as semelhanças não pararam por aí, não foram somente as chuvas que cessaram, pode-se vislumbrar as mesmas calamidades, falta de comida e água, migração, mortes. Cada local teve as suas particularidades, porém a desgraça foi generalizada. Somando o número de mortes dos três principais países, na época, as colônias inglesas da Índia e China e o Império do Brasil, foram contabilizadas mais baixas que em muitas guerras modernas somadas. O número fica entre 30 e 60 milhões de pessoas, somente nos anos que vão de 1876 até 1902.⁴¹

A morte passou a ser companheira de toda uma região, espreitava pelos cantos, atrás dos galhos das vegetações secas pela falta de água e pelo sol escaldante, quando ela vinha, acabava o sofrimento, findava a sede e a fome. De algum modo, essas províncias, sofridas com os fenômenos naturais e com a intervenção humana, ardeu em muitas épocas, mas especialmente na grande seca dos “três setes”. Milhares de mortos, milhares de migrantes, milhões em sofrimento, os números não conseguem computar o tamanho da calamidade que

³⁹ “Um dos casos notórios foi o do fazendeiro chamado Francisco Nobre de Almeida, que morava em Recife. Este foi pessoalmente com sua família combater as consequências da seca (1791-3) em suas fazendas no Ceará e Piauí: morreu de fome ele e parte de seus familiares”. VIEIRA Jr., op. cit., p. 9.

⁴⁰ DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 16.

⁴¹ DAVIS, op. cit., p. 17.

se instalou na região, porém através deles é possível imaginar monumental desafio às classes governantes.

O Brasil era governado então pelo imperador D. Pedro II, e, exatamente no início da grande seca, estava vossa majestade viajando à Europa. No alvorecer do ano de 1877, pouquíssimas chuvas caíram no território da região Nordeste, porém era de costume do sertanejo esperar até o dia de São José para iniciar qualquer manobra migratória. Quando se passaram os meses de março e abril e as notícias começaram a sair da região chegando até a capital do império, a situação já estava calamitosa.⁴²

Quando já não existiam muitas esperanças de que pudesse cair a água das monções daquele ano, as estradas começaram a se encher de espectros feitos de homens, mulheres e crianças que vagavam sem saber para onde. O caminho muitas vezes já era conhecido de outros tempos, mas o destino nem sempre era sabido. A primeira parada em busca de ajuda seria em algum polo comercial, mas, se não caíssem as chuvas, dali partiriam novamente a pé para outras paragens.

Os retirantes fugindo dos efeitos devastadores da seca, buscavam as cidades maiores do sertão, que serviam como entrepostos comerciais, à procura de ajuda. Pequenos e médios proprietários também foram atingidos pelo flagelo. Abandonaram suas terras – que naquele momento não possuíam nenhum valor comercial –, reuniram seus pertences, trocaram seus escravos – quando os tinham – por farinha para se alimentar no percurso até a cidade onde pudessem encontrar outra forma de sobreviver. Pelas estradas perambulavam milhares de retirantes, famintos e com sede.⁴³

Não havia qualquer tipo de política para manter as pessoas em suas terras, para evitar a migração, não havia apoio nenhum de governo, seja distrital, provincial ou imperial, a única solução encontrada pelos sertanejos em todas as secas da história fora a migração em busca de auxílio. Os resultados eram cidades lotadas e cadáveres pelas estradas. Os ajuntamentos urbanos vão provocar sérios problemas às classes dominantes e aos governantes, além de milhares de desempregados esperando qualquer tipo de auxílio estatal. A falta de comida e água, ou a péssima qualidade das mesmas, disseminava entre os espaços urbanos casos de doenças e de criminalidade.

Doenças como cólera, febre amarela, beribéri e varíola, assolaram estradas e cidades. As enfermidades não atacavam somente os migrantes, aqueles que tinham melhores condições de vida também foram contaminados, mostrando aos governantes e às classes dominantes que

⁴² VILLA (2000), op. cit., p. 44.

⁴³ VILLA (2000), op. cit., p. 47.

alguma coisa deveria ser feita rapidamente. As cidades tinham seus números de habitantes dobrados, quando não triplicados, havendo casos extraordinários em que, devido às migrações, a população de algumas cidades aumentara mais de 1000%!⁴⁴ Deixando claro que essas cidades não possuíam nenhuma infraestrutura para abrigar tal número de flagelados.

A instauração da criminalidade se dá no contexto da falta de auxílio proveniente dos governos, sem contar as ações corruptas dos homens responsáveis pela distribuição dessa pequena ajuda. Foi lamentavelmente comum a existência de relatos denunciando os distribuidores de rações diárias por desvio de alimentos. Houve inúmeros casos como os de funcionários públicos, padres, políticos, donos de padarias, terem seus nomes computados nas listas de necessitados. Escândalos noticiados pelos jornais, mas que acabaram sem investigações mais profundas ou punições. Muitas vezes o alimento destinado aos flagelados era vendido nos mercados das maiores cidades.

Sobre os acontecimentos de 1877-1879, o historiador Marco Antonio Villa definiu muito bem em sua análise sobre a história das secas, “a sociedade acostumou-se com o sórdido espetáculo. Como numa guerra, a seca eliminou os mecanismos sociais de controle e repressão e estabeleceu novas regras”.⁴⁵ Entretanto as abomináveis ações de violência contra os homens e as mulheres atingidos pelas secas não param em desvios e corrupções. Os horrores vão mais além.

Os inúmeros atos de prostituição em troca de alimento ou mesmo água não são restritos a um determinado local, foram disseminados por todo o nordeste durante a estiagem. Mulheres, jovens ou velhas e até crianças, se prostituíam por comida. Muitas vezes pais tornaram-se aliciadores de seus filhos menores. Nas cidades dos refugiados “era rotineiro encontrar meninas de 12, 13 anos prostituindo-se pelas ruas em troca de alimentos”. Vale ressaltar que a migração feita pelos retirantes era, na esmagadora maioria dos casos, em família, sendo muito comum que essas fossem desfeitas por mortes ou quando cada membro tomava um caminho diferente para lutar por sua sobrevivência. Houve casos como os de “mulheres, abandonadas pelos seus maridos, [que] não encontravam outra forma para alimentar seus filhos a não ser a venda do próprio corpo em troca de comida”.⁴⁶

Isso quando não eram os pais que fugiam ou morriam deixando inúmeras crianças órfãs circulando pelas cidades em busca de alimento. Segundo Villa, a descrição que José do

⁴⁴ Na cidade de Fortaleza, estimasse em setembro de 1878 uma população de 130 mil habitantes, sendo que desses 110 mil estavam fugindo da seca. Aracati, no litoral do Ceará, possuía uma população regular, anterior à seca, de 5 mil habitantes, e no fim de 1878 recebia mais de 60 mil retirantes. VILLA (2000), op. cit., p. 70.

⁴⁵ VILLA (2000), op. cit., p. 67.

⁴⁶ VILLA (2000), op. cit., p. 66-67.

Patrocínio faz destas cenas “é suficiente para expor o quadro desolador: ‘nuas ou seminuas, com rostos encaveirados (...) vagam sozinhas ou em grupos tossindo a sua anemia e invocando, com voz fraquíssima, o nome de Deus em socorro da orfandade’”.⁴⁷ Os estupro foram outra forma de violência praticada contra as mulheres (crianças, adolescentes ou adultas), e como se já não fosse sórdido o bastante, os atos eram cometidos pelos responsáveis em dar auxílio aos desamparados, “pela imprensa foram denunciados diversos casos de jovens defloradas pelos dirigentes das comissões de socorro, responsáveis pela distribuição dos víveres (...). Em Quixadá, Ceará, o acusado não era um cidadão comum, mas o pároco da cidade, o padre João Scaligero”.⁴⁸

Talvez o ato mais vil praticado contra os retirantes fosse a fome. Ela poderia levar ao desespero, e quando as ações como roubo, prostituição, não eram suficientes para conseguir o sustento, ou por haver medo das ações repressoras, os flagelados recorriam a atos que iriam certamente contra o modo de vida “cristão” levado no nordeste. Existiram durante os três anos de seca, documentados pelos jornais e pela polícia, casos de canibalismo; “diversos casos de antropofagia foram revelados pela imprensa e acabaram por fazer parte da literatura sobre as secas”.⁴⁹ Nos mais diferentes lugares, “na Paraíba segundo [o jornal] *O Publicador*, de 24 de abril de 1878, Dionísia dos Anjos, uma retirante no mercado da cidade de Pombal, encontrou Maria, de apenas 5 anos de idade. Levou-a para casa, decapitou-a e comeu a carne da menina”. No Ceará, o farmacêutico e cronista da seca “Rodolfo Teófilo relatou vários casos: em um deles o pai matou o filho para comê-lo, em outro, um retirante foi encontrado numa gruta comendo restos de carniça humana”. Ainda no Ceará, na cidade de Canindé, “Joaquim Punaré, foi preso após ter comido uma criança com mel de Abelha”.

José do Patrocínio, inspirado em relatos que ouviu no Ceará, descreveu em *Os Retirantes* o caso de uma mulher que em Quixadá foi presa após ter matado e comido o seu filho de 4 anos de idade, um dia após a morte de sua mãe e de dois filhos, por não terem o que comer. Em 4 de setembro de 1878, *o Jornal do Comércio*

⁴⁷ VILLA (2000), op. cit., p. 68.

⁴⁸ VILLA (2000), op. cit., p. 65.

⁴⁹ Marco Antonio Villa usa em seu livro *Vida e Morte no Serão*, na página 68, a definição para o ato de comer o seu semelhante, como antropofagia, entretanto “quando relacionadas a rituais sociais, coletivos, estas práticas são geralmente denominadas de antropofagia, enquanto que o termo canibalismo é usado mais frequentemente, com relação ao ato de comer a carne para saciar a fome ou uma vontade, ou associado a um ato arbitrário, uma crueldade” (p.1). Como no caso dos retirantes da seca não se trata de nenhum ritual de incorporação do outro, mas sim de um ato de desespero provocado pela fome, isso justifica o uso do termo canibalismo nesse contexto. “Na sociedade ocidental as circunstâncias em que o canibalismo ocorre são sempre excepcionais e, além do medo e do horror, não carregam nenhum outro significado para a coletividade, pois, mesmo envolvendo um pequeno grupo, são situações consideradas antissociais. Elas podem ser divididas em, pelo menos, três categorias: a da fome, a de tática do medo, e as práticas individuais geralmente associadas ao crime e à loucura” (p.4). CARVALHO, E. K. Antropofagia e canibalismo: do consumo à sociabilidade. In: *Anais - XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e exclusão*, 2008, São Paulo: Anpuh/SP, 2008. p. 4.

noticiou que tinha sido absolvida pelo júri de Souza, na Paraíba, “Antonia Maria da Conceição, que matou e comeu duas crianças. [...] o júri fundamentou a sua sentença, reconhecendo que a criminosa fora arrastada pelo medo irresistível de morrer”. No dia seguinte, Joaquim Nabuco, indignado, apresentou um projeto à Câmara propondo a suspensão do parágrafo terceiro do antigo 10 do Código Criminal, na parte relativa ao medo irresistível, que tinha sido tomado como base para a decisão do Júri.⁵⁰

Tantos e tantos casos de canibalismo chocaram o nordeste do Brasil, assim como o restante do país informados pelos correspondentes dos veículos de mídia contemporâneos. A morte não era mais vista como algo incomum, os milhares de corpos insepultos e fétidos estavam lado a lado com os vivos, de maneira a ser um incômodo pelas doenças que poderiam transmitir. O que também se apresentava como uma alternativa, a contratação de retirantes para serviços públicos, como construção de estradas, de açudes e como coveiros. Fracos e desnutridos, os trabalhadores ganhavam algum dinheiro e comida, mas o fim dessas ações era tirar as pessoas dos amontoados que haviam se formado nas cidades.

Em três anos de seca, calcula-se mais de 500 mil óbitos, alguns números chegam próximos a marca de um milhão de mortos. Além da alta perda humana, alguns trabalhadores não voltariam mais às terras do Nordeste, muitos emigraram impulsionados por ações governamentais de combate à seca, que viam na retirada de pessoas da região uma boa saída aos problemas enfrentados. O principal destino era a região Norte, da floresta Amazônica, principalmente nas províncias do Pará e Amazonas. “Milhares de cearenses acabaram forçados a emigrar para a Amazônia. Só entre janeiro e julho de 1878, pelos portos de Fortaleza e Aracati, cerca de 35 mil retirantes deixaram a província, a ampla maioria em busca das míticas riquezas da borracha”. No caminho até o seringal, destino dos viajantes à Amazônia, “além da desonra, da escassez de alimentos, os retirantes sofriam com as doenças epidêmicas (tifo, varíola, cólera) em virtude das péssimas condições de higiene dos vapores”.⁵¹

Quando colocavam os pés nos seringais, suas dívidas já estavam imensas, pois os contratantes cobravam dos retirantes o custo das viagens. Muitos dos homens e das mulheres que foram para a floresta trabalhar com o látex tinham como esperança adquirir todo o dinheiro necessário, pagar o patrão e voltar ao nordeste. Não acostumados à vida em um ambiente extremamente úmido, tinham de contar com a sorte para não serem alvos das doenças tropicais.⁵²

⁵⁰ VILLA (2000), op. cit., p. 68- 69.

⁵¹ VILLA (2000), op. cit., p. 63.

⁵² VILLA (2000), op. cit., p. 63.

Quando a chuva tão requisitada veio molhar os campos secos e rachados dos sertões nordestinos, no ano de 1879, o grande número de mortos e de emigrados, já havia abalado os moldes estruturais da economia local. Enquanto os retirantes voltavam as suas casas sem dinheiro e muito menos sementes para plantar, as discussões em torno da seca iam se extinguindo na capital do Império. Nenhuma ação de grande escala foi planejada para esperar pelo próximo infortúnio.

Para o sertanejo não restavam muitas saídas. Permanecer onde vivia, apesar de todos os pesares, era a alternativa preferencial. O amor à terra sempre marcou a sua vida. Manter-se nela representava para aquele que nada tinha e mesmo para o pequeno proprietário ter de submeter-se ao todo poderoso do local, geralmente um latifundiário. A emigração acabou conduzindo milhares de nordestinos para outras regiões do país. O Nordeste, principalmente devido à constância das secas, tornou-se a região onde ocorreram os maiores movimentos demográficos, tanto internos, como externos: milhares de nordestinos foram para a Amazônia; outros emigraram para outras províncias da região menos afetadas pela seca, como o Maranhão e o Piauí, ou áreas menos suscetíveis à escassez de chuvas, como o próprio litoral da região.⁵³

Restava àqueles que queriam se manter na região aceitar o poder dos grandes coronéis, qual precisados de mão de obra, pois muitos, em um último esforço de salvar seu investimento, haviam vendido seus escravos para o sul do Brasil. Os senhores das fazendas de cana-de-açúcar e de algodão tiveram grandes perdas econômicas com as estiagens. Uma explicação para esse empobrecimento da classe dominante é justificada pela inserção do país e da região no mercado mundial.

Com a guerra civil estadunidense (1861-1865), as indústrias têxteis da Inglaterra passam a comprar algodão produzido no Brasil, principalmente em São Paulo e na região Nordeste. Após o fim da guerra na América do Norte, os ingleses deixam de comprar o algodão brasileiro, “o resultado em toda parte foi intensificada competição e a queda abrupta da renda agrícola. Os preços nos mercados mundiais de algodão, arroz, tabaco e açúcar despencaram em muitas regiões para seu custo de produção, ou até menos”.⁵⁴ Levando a fraca moeda nacional à instabilidade econômica. Sabendo-se que, no Brasil imperial, todos os impostos e as taxas referentes à exportação dos produtos nacionais ficavam com as suas respectivas províncias, as do Nordeste – devido à queda brusca do preço e da venda de algodão e dos outros produtos – passavam por grandes dificuldades, ou então já se encontravam falidas.

⁵³ VILLA (2000), op. cit., p. 84-85.

⁵⁴ DAVIS, op. cit., p. 75.

Há três explicações para ressaltar o empobrecimento da região Nordeste anteriormente à época das chuvas. Segundo o historiador Mike Davis, houve uma “forçosa incorporação dos pequenos proprietários de terra nos circuitos financeiros e de mercadorias controlados do exterior”, de modo a fazer com que o agricultor de subsistência trocasse seu plantio de produtos para consumo, por produtos de exportação – como o algodão – vendendo para atravessadores, que em seguida exportariam esse produto para a Europa. Sendo que o pequeno produtor não tinha como competir com os grandes comerciantes de colheitas e credores. E, por último, o Brasil, como grande devedor aos britânicos, tinha os seus investimentos em infra-estrutura podados pelos ingleses, que exigiam grande parte dos lucros brasileiros fossem destinados ao pagamento da dívida externa.⁵⁵

Apesar das amplas aspirações das elites a um modernizado império tropical, a autonomia de desenvolvimento foi desse modo circunscrita pela dívida externa, um sistema bancário primitivo e a inconstância de suas receitas de exportação (...). O Império, assim como a república conservadora que o sucedeu em 1889, dependiam das taxas de exportação para as receitas, mas “até fins do século XIX, o volume e o crescimento do comércio externo brasileiros eram pequenos demais para permitir um nível alto de despesas do governo”. Na década de 1890, enquanto os preços do café estagnavam e depois despencavam, o serviço da dívida cresceu para a metade do orçamento federal. Quando a seca/fome mais uma vez devastou o Nordeste, a República viu-se sob grande pressão até mesmo para pagar as balas destinadas a matar os seguidores de conselheiro.⁵⁶

Dívidas internacionais impediram melhores condições de assistência aos flagelados nas secas de 1877-1879, 1888, 1898-1902, mas, mesmo assim, grande quantidade de dinheiro foi gasto no auxílio aos fugitivos da seca. O grande problema, além da má distribuição desse dinheiro e dos desvios de verba existentes, foi a demora em promover ações paliativas para melhorar a situação dos retirantes. Nem antes dessas secas e nem depois foram feitas ações providenciais para impedir que a calamidade ocorresse novamente. Em todas as grandes secas essas tragédias se repetiam, e novamente os problemas apresentados no século XIX voltavam a acontecer. Foi-se o Império, veio a República e poucas coisas foram modificadas, principalmente pelo fato de que a República café-com-leite, polarizada entre São Paulo e Minas Gerais, privilegiava o café.

O declínio na competitividade de exportação [de açúcar e algodão devido à desvalorização dos mil-réis em favorecimento às exportações de café] afetou brutalmente a estrutura de classes do Nordeste. Embora sucessivos governos dominados pelo sul aliviassem as grandes oligarquias do norte com propinas políticas regulares (muitas vezes à guisa de “ajuda para seca”), os fazendeiros mais

⁵⁵ DAVIS, op. cit., p. 300.

⁵⁶ DAVIS, op. cit., p. 391.

modestos eram deixados à mercê das forças do mercado. Desde aproximadamente 1875, o controle da produção começou a passar para as mãos dos donos (muitas vezes estrangeiros ou de ascendência estrangeira) de usinas modernizadas. [...] Quando a economia do Nordeste entrou em coma, o excedente de mão de obra foi empurrado para “os campos negros, estéreis, da fome” (Távora) ou impelido a arriscar-se a doenças e exploração nos seringais do Amazonas.⁵⁷

Os anseios das classes mais modestas foram podados em detrimento do auxílio aos grandes latifundiários, que, devido aos problemas internacionais, perdiam grandes safras, ou mesmo mão de obra para regiões com um desenvolvimento mais acelerado. O nordeste do país é transformado em “região problema” pela nascente República café com leite, os nordestinos mais bem colocados no universo político passam então a receber uma pequena ajuda a título de propina para não atrapalharem o bom andamento dos assuntos do café. Como anteriormente referenciado, a seca não maltrata somente o sertanejo simples, o homem do campo, ela afeta também, em menor escala a classe dominante, e é ela que vai ser deposta pelas oligarquias paulista e mineira de uma posição central nos governos subsequentes à queda do império.

A fraca participação dos deputados nordestinos em tentar desenvolver a região nordeste no pós-secas do século XIX, seria pautada na pequena representação da região na economia nacional, mas principalmente pelas “ajudas” periódicas enviadas às grandes oligarquias e aos antigos proprietários rurais. A corrupção prejudicou o Nordeste durante a época de secas e depois durante as chuvas, momento em que a imprensa nacional esquecia o que a região sofreu com a estiagem.

Foi através da imprensa que o Nordeste, e a sua classe dominante, vão despontar como “problema” ao país. Circulavam nos diversos jornais do Brasil, até nas províncias mais longínquas, como o caso do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, notas, ou mesmo artigos, discutindo o “problema da seca”, durante as épocas de estiagem, pedindo o auxílio àqueles brasileiros mais necessitados. E foi a partir dos jornais que vai dar-se,

o despertar da consciência da elite nortista para a gravidade da situação que vivia acompanhada de um despertar nacional para a existência do fenômeno da seca do Norte, antes conhecida apenas como “seca do Ceará”, graças à intensa campanha que é desenvolvida pela imprensa local, inicialmente, e nacional posteriormente, que explora as imagens de miséria, de desespero, morte e dor que estavam ocorrendo nessa área, durante essa estiagem. A imprensa contribui, portanto, para demonstrar à própria elite nortista que a seca era um tema capaz de mobilizar a opinião pública não só das províncias por ela diretamente afetada, como de todo o país. Ela vai também iniciar a sistematização de um conjunto de imagens e enunciados que

⁵⁷ DAVIS, op. cit., p. 394.

transformarão o “discurso da seca” numa das armas mais poderosas a serviço dessa elite decadente.⁵⁸

Esse “discurso da seca” é que vai movimentar no cenário nacional uma imagem de Nordeste, é esse discurso que vai criar o que passa a ser chamada de “indústria da seca”. Que nada mais é do que a sistemática organização das classes produtoras, ou ex-produtoras, mas ainda presentes como dominantes no cenário regional, em troca de auxílios a título de ajuda aos flagelados da seca.

Essa região, que se manteve durante anos como principal polo econômico do país, colhendo os bons frutos da venda do algodão e do açúcar se viu, no apagar das luzes do século XIX, tolhida de seu modelo de gestão tradicional, onde até mesmo as classes dominantes tiveram de se apoiar em um subsídio nacional corruptivo para que esta classe dominante não atrapalhasse as decisões dos governantes da nação.

Esse “discurso da seca” que tem na “grande seca” [de 1877-1879] sua condição de possibilidade, vai sendo reelaborado, atualizado ao longo da história do Norte e do Nordeste, cumprindo sempre um papel estratégico de explicar o real, criando-o, e servindo de base para a sustentação de privilégios de uma elite que há muito deixou de ser importante economicamente no país. Ele só se tornou possível com a descoberta da seca como “problema”, com a sua entronização como questão sempre a ser solucionada permanentemente reposta e que requer soluções diferenciadas conforme os interesses dessa elite em cada momento. Enquanto a seca foi problema para o mundo dos despossuídos, ela era uma senhora desconhecida, não merecia mais que breves notas em pé de páginas de jornais, mas, quando chega ao mundo dos proprietários, ela não só é percebida, como é transformada no “cavalo de batalha” de uma elite necessitada de argumentos fortes, para continuar exigindo o seu quinhão, na partilha dos benefícios econômicos e dos postos políticos em âmbito nacional. Foi, pois, a seca um achado, uma invenção com a qual essa elite procurou conquistar novamente seu espaço no plano nacional e, com isso, dispor das condições necessárias para perpetuar a sua exploração e dominação secular, nessa área do país. Seca, pois, invenção não apenas de palavras que calcinam, mas de palavras que dominam.⁵⁹

A grande importância dada à região nordeste durante os anos de império vai cedendo espaço a um esquecimento gradativo das populações nordestinas, esquecimento que vinha à tona durante os anos de seca e mergulhava no torpor dos anos chuvosos. Essa voluntária amnésia sobre a região nordeste foi sendo cada vez mais responsável também pela periferização da região em questão. Ao partir, a seca deixa desestruturada toda a economia nordestina, a agricultura – de subsistência ou de exportação – falida e o comércio, precarizado pela falta de investimentos nas comunidades e pela pauperização dos prováveis compradores.

⁵⁸ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. “Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº 28, p. 117. 1995.

⁵⁹ ALBUQUERQUE Jr. (1995), op. cit., p. 120.

Todos esses ingredientes misturados ao descaso pelo qual as classes dominantes tratavam os sertanejos, rompendo as relações de patriarcalismo presentes no Brasil colônia possibilitavam o surgimento do banditismo e dos movimentos messiânicos.

Ao nordeste foi reservado, pelas oligarquias republicanas, o lugar de subsistência, de pobreza e de desvio de verbas, local de surgimento de homens santos ou fanáticos, como são considerados Antônio Conselheiro e Padre Cícero, ou mesmo de heróis ou bandidos, como Virgulino Lampião e os outros cangaceiros dos sertões nordestinos. O lugar marcado ao Nordeste na política republicana foi o de espectador dos acontecimentos das regiões sulistas. Participando como convidado nos momentos de combate aos chamados fanáticos e imperialistas, como os moradores da destruída Canudos.

Mas o milenarismo no sertão também era uma estrutura social prática para dar conta da instabilidade ambiental. Quando os padres e missionários estrangeiros fugiram do sertão em brasa, na primavera de 1877, o antigo mestre-escola transformado em beato Conselheiro e o padre ordenado Cícero ficaram para trás com seus rebanhos, fazendo sermões sobre o apocalipse mas praticando enérgica auto-ajuda. O primeiro ganhou reputação de santidade restaurando igrejas locais e cemitérios, enquanto o segundo se tornou localmente famoso por assentar os famintos refugiados da seca nas subdesenvolvidas mas férteis terras da Serra do Araripe.⁶⁰

Conselheiro teve seu reduto de resistência à seca devastado pelas expedições governamentais enviadas nos anos 1890, Padre Cícero somente não fora destruído, como Antônio Conselheiro, pelos acordos que fazia com membros da oligarquia nordestina. Ambos foram âncoras para os sertanejos, durante os anos de seca, mas para os latifundiários, eles retiravam mão de obra que deveria estar disponível e a um preço muito baixo.

O homem livre pobre que não se submetia à humilhação diária dos trabalhos, nos serviços públicos, em troca de rações ou pequenos salários, não abandonava a região, descobrindo no banditismo, no cangaceirismo um meio de sobrevivência e roubando os mais abastados. Durante a seca de 1877/79 é que se intensificou o fenômeno do banditismo na região, passando a ser conhecido como cangaço. Surgiu um grande número de bandos que atacavam as propriedades dos potentados locais e retiravam destas o gado, dinheiro, jóias e até água para poderem sobreviver. Muitos ao se encerrar a seca, após sentirem o gosto tentador da “liberdade” dos vínculos que lhes atavam aos grandes proprietários, preferiam adotar o cangaço como “profissão”.⁶¹

O cangaceirismo foi a alternativa encontrada por alguns sertanejos que não aceitavam o poderio dos coronéis latifundiários nos sertões nordestinos, mas também uma forma de sobrevivência sem esperar pelo auxílio governamental. As frentes de trabalho,

⁶⁰ DAVIS, op. cit., p. 199.

⁶¹ ALBUQUERQUE Jr. (1995), op. cit., p. 115.

comuns às diversas secas enfrentadas pelas ações do Estado, serviram principalmente para ocupar os retirantes com o mínimo de trabalho para um mínimo pagamento.⁶² O serviço era sempre em larga escala, e que, de preferência, empregasse um número muito alto de migrantes das grandes cidades. O banditismo surgiu em alternativa à espera pelo auxílio, o cangaço também virou sinônimo de roubos, mortes, mutilações, pilhagens, deflorações. Inúmeros atos de violência praticados contra os pobres, que pouco tinham, e, por assim dizer, pouca resistência também poderiam oferecer. Como o cangaço também encarava uma face de justiceiros, muitas vezes, principalmente em oposição aos regimes mais violentos, os cangaceiros foram encarados como Robin Hood's do sertão nordestino. Os bandos de cangaceiros sobreviveram até a década de 1930, quando foram perseguidos e exterminados pelo governo de Getúlio Vargas.

Sertanejos, beatos, bandidos, coronéis, homens santos ou demoníacos, assim foram sendo estabelecidas algumas figuras do imaginário nordestino, e, por extensão, brasileiro. Fez-se do Nordeste um lugar de mundos diferenciados, o da “zona da mata”, próspero – lugar do cultivo da cana-de-açúcar, das usinas, do capital estrangeiro – e o interior, lugar do sertão e dos sertanejos – inóspito, seco, sem vida. Deste modo foram disseminados dois “nordestes”, dois mundos distintos se espalharam pelo Brasil, seja pela imprensa, seja pelos livros e pelas produções nordestinas, os nordestes apresentados foram confluindo e inventando um só. O Nordeste do Brasil, lugar de seca, mas também de homens valentes e de mulheres prendadas, lugar dos senhores de engenho, dos negros escravos que viveram nas senzalas, lugar de uma unidade criada para parecer continuidade de um passado que de fato não existiu.

2.1 A ERA VARGAS E A SECA DO NORDESTE

Entre os momentos mais difíceis para os nordestinos está a volta para casa. Durante a época as secas, mesmo sofrendo com as atrocidades da estiagem e da falta de amparo governamental, ainda havia alguma esperança de auxílio proveniente das entidades públicas. Entretanto, na volta para casa, na ampla maioria dos casos, nada lhes era propiciado. Os retirantes eram enxotados como animais, obrigados a voltar para o sertão sem ferramentas, sem sementes e sem alimento para a viagem. Assim como chegaram, partem, com uma mão na frente e outra atrás. Havia ocorrido deste modo nas secas do século XIX, e também nas secas do início do século XX, seja aquela que termina no ano de 1902, ou então a seca de

⁶² Durante a seca de 1970 os retirantes foram contratados para varrer estradas! VILLA (2000), op. cit., p. VI.

1915. Contudo, nos anos que compreenderam a década de 1930, outra conjuntura política foi encontrada, a “era Vargas”.

O governo de Vargas ficou marcado na História do Brasil de várias maneiras, pode-se dizer que em muitos casos agiu como “pai dos pobres” e “mãe dos ricos”. Quando assume o poder em 1930, imediatamente após fechar o congresso, promove uma série de mudanças nas políticas nacionais, a queimada do café estocado nos armazéns é uma delas, em uma tentativa de aumentar o preço da mercadoria provocando uma escassez no produto. Além do mais, seu governo ficou marcado pela legislação trabalhista e social, que já no ano de 1930 produz efeitos marcantes na nascente indústria nacional, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Trata-se de um período chave, no qual o estado assumiu a primazia incontestável do processo de elaboração da legislação social, tentando através dela uma série de contratos com “empregados” e “empregadores”. Seu objetivo era ajustar os interesses em confronto, fazendo-os participar da dinâmica do ministério.⁶³

Com leis como salário mínimo, licença maternidade, férias remuneradas, aposentadoria por tempo de serviço, e diversas outras que davam maior sustentação aos trabalhadores nacionais, Vargas apresenta ao Brasil uma nova forma de governo, porém ainda muito centrada na sociedade urbana. Uma das grandes falhas do governo Vargas em relação ao trabalho e aos trabalhadores é não mencionar e não conceder os direitos trabalhistas e sociais àqueles que vivem no interior do país, principalmente nas sociedades rurais.

Este trabalhador-cidadão, [...], surgiu no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando foi implementada no país a legislação trabalhista. Pode-se dizer que foi um período de grande avanço na área dos direitos sociais do trabalhador. Contudo, o trabalhador rural permaneceu desprovido destes direitos, os quais somente protegiam alguns trabalhadores urbanos, deixando à margem das leis trabalhistas também os trabalhadores autônomos e domésticos.⁶⁴

Essas leis e esses direitos não surtiram resultado, ou podemos dizer que tiveram pouquíssimos efeitos nas sociedades sertanejas nordestinas, por exemplo. O homem do campo que vivia da agricultura de sobrevivência, ou mesmo era funcionário, ou apadrinhado, de algum grande coronel, não viu nenhum dos direitos assegurados aos trabalhadores urbanos serem empregados no seu caso. Os direitos eram direcionados aos trabalhadores urbano-

⁶³ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 164.

⁶⁴ FERRARI, Monia de Melo *A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1952-1954) – seca e desigualdades regionais*. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005. p. 99.

industriais sindicalizados e àqueles que estavam desempregados, para que nas cidades não se instaurasse um clima de lutas e reivindicações como já ocorrido nas grandes greves dos anos 1910 e 1920. Os trabalhadores do campo ficam desassistidos pelo governo Vargas, que, nas inúmeras propagandas promovidas para exaltação de sua figura, era reconhecido como “pai dos pobres”, daqueles “pobres” moradores dos nascentes centros urbanos e industriais.

Mesmo Getúlio Vargas possuindo muitos partidários oriundos da região Nordeste, que sustentaram a sua candidatura à presidência, apoiaram-no no golpe militar, estavam presentes em seu governo, as ações de combate à seca não foram muito diferentes das empreendidas pelos governos anteriores, seja republicano ou monárquico. Ao criticar o IFOCS – inspetoria federal de obras contra a seca, durante a sua mensagem presidencial do ano de 1933, as suas ações não foram de encontro a suas palavras.

Como departamento de ação construtora nos combates aos flagelos periódicos das secas do Nordeste, a Inspetoria de Secas tornara-se quase inoperante, fundida à rotina burocrática a às conveniências dissolventes da política oligárquica. Esterilizava-se, há muito, em pequenas obras dispersas, por falta, sobretudo, de um plano de conjunto, numa eterna sangria do erário público, sem nenhuma possibilidade de alcançar a solução definitiva do problema.⁶⁵

O IFOCS, ou Inspetoria de Secas, ao qual faz menção o presidente Getúlio Vargas, foi o desdobramento de um primeiro órgão de combate às ações da seca e de prevenção à sua chegada. Fora criado em 1909, com o nome de IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas, no governo de Nilo Peçanha. A princípio, foi um instrumento criado para auxiliar o governo e estar cuidando dos problemas relacionados às secas em tempo integral, mesmo durante as épocas chuvosas. Porém, mesmo com a criação do IOCS, pouquíssimas ações foram realizadas, sendo então durante o governo de Epitácio Pessoa transformado em IFOCS.

Epitácio foi um dos poucos presidentes que efetivamente traçou um plano de ações e obras iniciadas durante o seu governo, porém como não havia um movimento que o apoiasse, suas ações ficaram a esmo sem serem retomadas por outros presidentes. O próprio Pessoa salientava que suas obras deveriam ter continuidade, contudo somente no ano de 1932, é que José Américo de Almeida, (ministro de Viação e Obras Públicas do governo Vargas, ministério ao qual estava vinculado o IFOCS), salienta que as obras de Epitácio Pessoa estavam totalmente desestruturadas, e as construções estagnadas há dez anos não poderiam ser retomadas facilmente.

⁶⁵ Mensagem presidencial de 1933. In.: VILLA (2000), op. cit., p. 159-160.

Prato cheio para se encontrar um culpado, que, através da imprensa, passa a ser o ex-presidente Epitácio Pessoa, que recebeu acusações de não ter gasto com qualidade o dinheiro público destinado ao IFOCS.⁶⁶

Durante os quinze anos de governo Vargas o país teve de combater duas grandes estiagens, em 1932 e 1942. Situações distintas, dois momentos históricos importantes para o Brasil. Contudo, a importância não se deu pela ocorrência de novas secas, mas por outros motivos políticos concebidos como de maior importância do que a seca nordestina, “nesses dois momentos distintos, as ações emergenciais diferiram em modo e intensidade, conforme as circunstâncias do contexto histórico nacional e internacional”.⁶⁷

Os primeiros anos da década de 1930 são problemáticos para o então presidente, mesmo tendo relativa paz nos anos de 1930 e 1931, mas não foi o que aconteceu no ano seguinte, pela sua demora em promulgar uma nova constituição para o país, o chefe da nação encontrou resistência em São Paulo, principalmente. O denominado estado perdeu sua hegemonia nos discursos e nas decisões do país com o golpe de 30, a reação até demora a acontecer, mas vem em 1932, com a Revolução Constitucionalista. Caracterizado pelo levante dos paulistas frente à intensa interferência do governo central nos assuntos da unidade federativa. De certa maneira, Getúlio Vargas não deixava com que o estado se organizasse autonomamente.

É durante esses anos conturbados que no Nordeste do Brasil ocorreu mais uma vez o fenômeno natural das estiagens, a seca da região fez com que muitos problemas dos anos imperiais voltassem à tona, tomassem fôlego ante a falta de planejamento e de interesse, e por consequência afetassem seriamente as populações menos providas dos sertões nordestinos.

As estiagens promovidas por mudanças climáticas no nordeste do país trouxeram, mais uma vez, durante a década de 1930, certo terror para as regiões sertanejas. Como sempre, desde as primeiras secas documentadas, dois pontos foram recorrentes: o sofrimento, principalmente dos sertanejos despossuídos, e o despreparo de qualquer órgão público de combate, ou auxílio, à seca e aos flagelados.

Infelizmente, a Inspetoria de Secas ainda uma vez, incrivelmente desprevenida, não esperava, nem mesmo sonhava com a possibilidade de uma seca. Como de ordinário, a seca, ainda uma vez, causava surpresa à Repartição, a quem cabia prevenir os seus

⁶⁶ VILLA (2000), op. cit., p. 148-149.

⁶⁷ NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista brasileira de História*. São Paulo: ANPUH. v. 21, n. 40, Jan – Jun, 2001. p. 108.

terríveis efeitos! Foi assim, entretanto, que se explicou à falta de projetos de obras e os recursos em matérias indispensáveis para entrar em ação no tempo oportuno.⁶⁸

De fato o governo mais uma vez estivera “atrás” dos acontecimentos, não conseguindo antevê-los em tempo hábil para qualquer ação preventiva, mais uma vez os açudes secaram facilmente, deixando milhares à míngua. Isso sem contar que a maioria dos açudes construídos pelo IOCS estavam nas mãos de particulares, os açudes públicos eram sempre os primeiros a secar, e mais uma vez o nordeste se punha em marcha! À direção do litoral, guiados pelas estradas construídas em outros momentos de seca, é irônico o fato de que em outras estiagens, para manter os retirantes afastados das cidades grandes, os levavam à construção de estradas, de ferro e de rodagem, em locais mais distantes. Na seca de 1932 e subsequentes, essas mesmas estradas levaram às cidades grande número de migrantes.

A situação da seca de 1932 foi aterradora, como as que a antecederam. Assaltos, miséria, fome, sede, doenças, um número incontável de mortes e de atrocidades cometidas por quem deveria amparar essas almas que vagavam pelo sertão em busca de ajuda. Houve corrupção, despreparo e esquecimento. Crianças deixadas nas beiras de estradas agonizantes, homens e mulheres caindo pelo caminho, mortos de sede, de fome, de inanição.

As ações governamentais, em um primeiro momento, foram de envio de verbas para que os interventores pudessem tratar da situação sem o envolvimento do governo central, pois, segundo os meteorologistas da capital, previam grandes precipitações e até mesmo enchentes na região. Quando a chuva não veio, o governo central teve de tomar as rédeas das ações. Em primeiro lugar, pela incapacidade dos interventores de tomar decisões, muitas vezes a figura nomeada para o cargo por Vargas não estava em contato com a realidade local, e, em outras tantas, sua estada na cadeira de governador das províncias era muito curta.⁶⁹

Quando da centralização das ações no governo federal e na figura do ministro José Américo, as coisas começaram a ser traçadas com um plano único para toda a região. Devido ao estado ditatorial pelo qual estava passando o país os nomes dos interventores variavam muito, e o ministro José Américo, além de ser da região já havia enfrentado a seca, “teoricamente”, em seu livro *A Paraíba e seus problemas*, de 1927. Para ver a real situação em que se encontrava a sua região natal, o ministro viaja ao lócus do “problema”, excursiona

⁶⁸ “Isso obrigou, muito a contra gosto, o Ministro a mandar abrir “Campos de Concentração” em Fortaleza, Patu, Quixeramobim, Crato (Buriti), Cariús e Ipu.” SOBRINHO Thomaz Pompeu. *História das secas (Século XX)*. Acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria. p. 44. Disponível em: <http://www.colecaomossoroense.org.br/acervo/historia_das_secas_xx.pdf> Acesso em: 04 maio 2011.

⁶⁹ VILLA (2000), op. cit., p. 145.

pelo Nordeste em seu hidroavião comandando as ações emergenciais em todos os estados atingidos.⁷⁰

Em 1932, pela primeira vez a intervenção do Estado brasileiro em período de seca no semi-árido cearense ocorreu de forma coordenada e centralizada. Desde 1877, quando a seca assumiu o caráter moderno que ainda hoje possui, as propostas de resolução ou de simples amenização da “questão climatérica” que assolava os Estados do “Norte” não passavam de respostas localizadas às invasões de retirantes famintos que assolavam as cidades, reivindicando trabalho e comida. Mais do que uma irregularidade pluviométrica, a seca pôde ser percebida, a partir de então, como um fenômeno social inserido nas redes de relacionamentos políticos e socioeconômicos, em que as condições de pobreza de uma parcela significativa da população que habita o semi-árido são gravemente acentuadas em momentos de crise. No entanto, tratada sempre como um fenômeno da natureza, a seca fortalece suas raízes na sociedade brasileira e reforça uma teia política e social que se opõe aos parâmetros estabelecidos da modernidade.⁷¹

Como problema natural, a seca não tem como ser sanada. Não havia, à época e muito menos atualmente, noções e grandes engenhocas para sanar o tempo, fazer chover quando se deve, e dar sol nos momentos necessários. O fato da seca ser um fenômeno climático tira muita responsabilidade dos governantes e das classes dominantes. Mas ao mesmo tempo que se fala de um problema ambiental, a seca também é uma questão social. E aí sim, governantes e coronéis do nordeste tem uma grande parcela de culpa na pauperização dos sertanejos. A inserção de uma sociedade de subsistência no mercado internacional acelerou o grande problema da falta de recursos para as ações de auxílio e investimentos visando a combater os problemas acarretados pelas estiagens frequentes nos sertões nordestinos.

E nos idos de 1930, a situação não foi diferente do visto até então. Os investimentos vindos do governo central, mesmo mais organizados e comandados de um único ponto, ainda assim eram atrasados em relação aos retirantes. Milhares já haviam saído de suas casas, outros milhares estavam no caminho, perecendo pela falta de víveres, água e comida, tão abundantes em outras regiões valiam seu peso em ouro durante a seca. E para não tornar o problema mais sério, o governo central em nome do ministro José Américo, traça um plano de ações a ser implementado nas áreas sofridas com o fenômeno.

Como ponto inicial, uma política voltada ao mercado como plano traçado pelo “Governo Provisório [que] usava toda a sua autoridade, advinda da situação discricionária daquele momento, para intervir nas relações de mercado e regulamentar as atividades que pudessem alterar a ordem pública, gerando a insatisfação popular pelo aumento dos preços”,

⁷⁰ O ministro teve sérios problemas com seu avião, que caiu no dia 26 de abril de 1932. Houve muitas mortes, e, por grande sorte, o ministro sobreviveu no mar, sem saber nadar e sem enxergar muito bem, pois era míope e perdera seus óculos na queda. VILLA (2000), op. cit., p. 149.

⁷¹ NEVES (2001), op. cit., p. 108-109.

de maneira a evitar grandes invasões de retirantes e pilhagens ou enriquecimento ilícito, dos comerciantes locais. “O mercado, nessa visão autoritária, tinha uma função na segurança pública; regular suas atividades, portanto, era atribuição do Estado, tal como o entendiam os principais mentores do novo regime”.⁷²

Uma das ações emergenciais realizadas pelo governo central era a de remessas financeiras substanciais às zonas prejudicadas, que em muitos casos não possuíam serventia para tais quantias. Não havia obras para levar água até os pontos mais longínquos, os caminhões pipas não chegavam a todos os lugares, até mesmo os trens paravam de funcionar por falta d’água. O dinheiro serviria para comprar comida e distribuí-la de modo a impedir que um estado de calamidade se espalhasse por todas as cidades apinhadas de retirantes. De outro modo, para que as ações não soassem como esmolas, milhares de homens e mulheres foram contratados para fazer as mais diversas ações e justificar o seu soldo, ou seja, justificar a esmola que ganhavam do governo.

As frentes de trabalho, como eram conhecidas, deveriam ajudar os nordestinos beneficiados a passar pela crise, acalmando os “prefeitos do sertão [que] temiam que o aumento do número de flagelados e a ausência de trabalho permitissem o crescimento dos bandos de cangaceiros, a exemplo do liderado por Virgulino Ferreira, o Lampião”.⁷³ No geral e na maioria das vezes, eram realizadas obras voltadas a assentar trilhos para trens, que não poderiam viajar pela falta de água, construir estradas para carros e caminhões, que nelas não passariam tão cedo, ou então, cavar açudes, nas fazendas ou em locais públicos, para que a chuva, quando ela viesse dar as graças novamente no sertão nordestino, pudesse encher esses buracos e “evitar” novas calamidades futuras. Ao fim de 1932, havia mais de 200 mil pessoas empregadas em frentes emergenciais, pagas pelo governo central.

As condições de trabalho eram péssimas, segundo o próprio inspetor [do IFOCS Silva Vieira]. Só no açude Lima Campos, estavam instaladas 75 mil pessoas e faltava de tudo [...] “aceitava-se como ferramenta tudo que lembrasse mesmo de longe um instrumento de trabalho” e “os que possuíam esse arremedo de ferramenta eram admitidos imediatamente e iam simular nas turmas um trabalho imaginário”. Os trabalhadores segundo o inspetor, foram colocados em um imenso curral, onde conviviam homens, mulheres, crianças e idosos. Os menores de idade representavam 15% dos trabalhadores, a maioria formada de órfãos. Havia também muitas viúvas e mulheres abandonadas pelos maridos. Os pagamentos constantemente atrasavam, o que gerou sérios movimentos de revolta entre os flagelados. O governo estimou em 270 mil o número de trabalhadores empregados nas obras contra a seca: computando em média de quatro pessoas por família, teriam sido socorridas pouco mais de um

⁷² NEVES (2001), op. cit., p. 112.

⁷³ VILLA (2000), op. cit., p. 151.

milhão de pessoas. Nas obras sob responsabilidade do IFOCS morreram nesses anos 22.616 pessoas, das quais 14.738 eram crianças.⁷⁴

2.2 AÇÕES EMERGENCIAIS PARA A SECA DE 1932

O número de óbitos e flagelados atingiu números gigantescos, tratados com grandes remessas de dinheiro por parte do governo central, entretanto, o grande problema foi o atraso nas ações. Mesmo com a Cruz Vermelha ajudando no cuidado aos flagelados doentes, desnutridos e desidratados, o governo precisava de muito mais pessoal, e de muito mais seriedade dos seus empregados. Como recorrente, as crianças são as maiores atingidas pelo fenômeno, tornando os valores positivistas republicanos de amor, ordem e progresso, palavras muito distantes da realidade.

32 foi o ano de esquecer-se do nordeste, deixá-lo mais uma vez em segundo plano, foi o ano de preocupação com São Paulo e a Revolução Constitucionalista, que concentrou todos os esforços de Vargas. Foram bem diferentes os modos de tratamento aos dois “problemas”. A importância dada ao movimento paulista pode ser vista pelos números: o número de mortes foi menor, em contrapartida, o de verbas enviadas para reconstrução chegou mais depressa e em maior quantidade do que aos flagelados do nordeste. Mesmo assim o governo Getúlio Vargas esteve entre os poucos que, até aquele determinado momento, despendeu grandes cifras para o combate à seca.

Dessa oligarquia [paulista] partiu, em 1932, a mais séria tentativa de reação contra os vencedores de 1930. Tendo conseguido unir-se internamente, em boa parte já como reação à interferência do Governo federal, aliou-se a outras dissidências regionais e ao setor militar preocupado com a manutenção da hierarquia e da disciplina. A Revolta de 1932 pedia a volta ao regime liberal, a restauração do sistema constitucional, do federalismo, da disciplina militar. A vitória dos revoltosos era altamente provável, só não acontecendo pela retirada, no último momento, de apoios prometidos, sobretudo o do Rio Grande do Sul. Dentro do Exército, a simpatia pelos constitucionalistas era grande, o mesmo acontecendo na Marinha.⁷⁵

A oligarquia paulista em conflito com o governo central poria em risco toda a ação de combate à seca que estava sendo realizada no Nordeste do país, de maneira a preocupar as oligarquias locais. Fato que desagradava em grande parte a imprensa nordestina. Porém, com o centro do país em guerra, sobrava espaço para uma renegociação da participação política das forças nordestinas no movimento revolucionário de 1930. E um posicionamento contra os

⁷⁴ VILLA (2000), op. cit., p. 157-158.

⁷⁵ CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares: Aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAUJO, Maria Celina (org). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 67.

paulistas, “garantiria para o ‘Norte’ uma posição favorável no jogo de forças políticas a nível nacional, já que a vitória governista ameaçaria, [...] o predomínio paulista sobre a política e a economia nacionais, considerado pelas elites locais como o principal fator da sua decadência”.⁷⁶

A seca que se estendia concomitante aos conflitos não foi o alvo das atenções do governo nessa época, contudo, o governo não poderia deixar de lado as necessidades da oligarquia nordestina, correndo sérios riscos de ganhar novas desavenças. Pelo contrário, as classes dominantes do Nordeste tornaram-se ferrenhos aliados da política varguista, traçando até mesmo, em meio aos desabrigados e famintos atingidos em cheio pela seca, uma campanha de arregimentação de combatentes voluntários para compor as fileiras do exército varguista.

O apoio entusiasta da nova oligarquia nordestina a Vargas materializou-se na formação de vários batalhões de voluntários, boa parte constituída por retirantes, inclusive crianças e adolescentes [...]. Em 19 de agosto, segundo *O Povo*, de Fortaleza, já tinham sido enviados 1.220 cearenses para combater em São Paulo: do sertão não paravam de chegar “voluntários” [...].⁷⁷

Para os “voluntários”, provavelmente, não haveria muitas outras saídas, ficavam nos seus estados e tentavam ganhar algo do governo – emprego, comida e água – ou buscavam a boa sorte nos estados do Sul, como combatentes pró-Vargas – colocando suas vidas em risco em prováveis confrontos armados. Todavia, teriam comida e água para seu sustento, e, quem sabe, algum soldo para preencher os bolsos vazios. A morte já rondava as vidas no nordeste, era mais que comum ver corpos no meio das estradas, o óbito os estaria rondando no nordeste ou nos campos de batalha do sul.

O envio de tropas ao sul para combate na Revolução Constitucionalista de 1932 foi mais uma ação para evitar as aglomerações como ocorrido na seca de 1877-79, novamente muitas cidades tiveram suas populações regulares multiplicadas. As classes mais abastadas reclamaram muito na época, pelo medo disseminado através das invasões e pelo incômodo dos pedintes. No intuito de evitar novas surpresas como essas, foi organizado um grande “programa de criação de campos de concentração, em que os retirantes fossem induzidos a entrar e proibidos de sair, foi implementado com total apoio da Interventoria Federal no

⁷⁶ NEVES (2001), op. cit., p. 111.

⁷⁷ VILLA (2000), op. cit., p.152.

Ceará. A fim de prevenir a ‘afluência tumultuária’ de retirantes famintos a Fortaleza,” e para outras cidades do estado.⁷⁸

Ao todo, existiram, durante os anos de 1932 e 1933, sete grandes campos, que deveriam receber retirantes e lá alimentá-los, cuidando de sua saúde, para que com o retorno das chuvas, as pessoas pudessem voltar também aos seus lares. A primeira tentativa de um agrupamento dos retirantes foi já na seca dos “três setes”, quando surgiram os chamados “abarracamentos”, a ideia era a mesma, concentrar em um só local para não deixar que os retirantes tomassem as cidades. Porém, o projeto só se desenvolveu a ponto de se tornar uma pequena cidade, ou não tão pequena assim, em 1915.⁷⁹

A primeira experiência chamada de Campo de Concentração pelo governo central foi o nomeado de Alagadiço. Os campos possuíam instalações precárias, “em geral, era mais fácil morrer no campo que fora dele! Os observadores parecem concordar que ‘nada mais repugnante e contrário às regras mais elementares da higiene e caridade do que o Campo de Concentração dos retirantes do Alagadiço em 1915’”⁸⁰, os locais que deveriam servir para preservar a vida acabavam transformando-se em lugares de precariedade e morte.

O campo de concentração do Alagadiço representou assim, este novo momento da história da cidade. De certa forma, a troca de nomes já demonstra os sinais dessa ruptura. A nova terminologia expressava uma visão técnica e cientificizada, mas também já indica a solução, e uma solução definitiva e radical. A população logo decifra essas mensagens e, no lugar de campo ou abarracamento, chama-se de “curral” a este novo mecanismo de controle de suas atitudes. Outra mudança terminológica significativa é com relação aos próprios retirantes. A partir de 1915 eles são “flagelados”, a indicar não uma opção de quem muda e lugar, mas a situação de vítimas de um flagelo, algo exterior a todos sem distinção, pertencente ao domínio do imponderável. Os novos saberes também farão deste homem que se “retira” seu objeto inanimado, destituindo-o de qualquer possibilidade de sugerir ou perseguir opções, condenando-o a resignar-se diante de algo da ordem do divino.⁸¹

Essas modificações apresentadas pelos dirigentes de 1915 serão postas em prática nos anos 1930. Necessariamente na seca de 1932, quando serão construídos mais campos, diferentemente de 1915. A experiência do Alagadiço fora fracassada no sentido de que não serviu para proteger o retirante, as doenças que se disseminaram dentro dos limites do campo mataram muitos. Por maior que fosse o investimento governamental nessas instalações, e não era tão grande, ela foi depositada em uma experiência falha. Essa argumentação pode ser feita

⁷⁸ NEVES (2001), op. cit., p. 109.

⁷⁹ Alguns campos em 1932 chegaram a contar com mais de 60 mil habitantes.

⁸⁰ NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH. v. 15, n. 29, 1995. p. 100.

⁸¹ NEVES (1995), op. cit., p. 104-105.

se o motivo da construção do campo fora salvar os migrantes, contudo se as intenções do campo foram manter o mais longe possível os retirantes das cidades, atingiu seu objetivo.

Tal experiência incoerente surtiu efeitos futuros. Na seca de 1932, novamente o governo central recorreu à utilização dos campos para manter a população distante dos centros populacionais mais enriquecidos. Sendo assim, a dinâmica dos campos, ou currais como foram chamados, foi modificada para seguir os padrões de modernidade do início do século XX. Os Campos de Concentração teriam dois objetivos principais, o primeiro seria “do ponto de vista da localização, as concentrações são espalhadas pelo estado, evitando o acesso à capital e às aglomerações urbanas;” e o segundo tratava-se “do ponto de vista da organização, a conexão com o trabalho nas obras públicas deveria ser o princípio fundamental”.⁸²

Para barrar a marcha dos retirantes rumo a Fortaleza e outras cidades do Estado, foram erguidos sete “campos de concentração” [...]. Eram locais onde grande parte dos retirantes foi recolhida, a fim de receber do governo comida e assistência médica. Dali não podiam sair sem a autorização dos inspetores. Havia guardas vigiando constantemente o movimento dos concentrados. O nome oficial desses espaços de isolamento era campo de concentração, mas os retirantes logo batizaram o local ao seu próprio modo. Chamavam-no de “curral do governo”.⁸³

Desta maneira, foram organizados sete campos somente no estado do Ceará, *Octávio Bonfim* e *Urubú* nas proximidades de Fortaleza, *Quixeramobim*, *Cairús* e o de *Burity*, relativamente maior do que os outros, nas proximidades de Crato e Juazeiro do Norte, *Ipú* nas proximidades de Sobral, devido ao prolongamento da estrada de ferro de mesmo nome e *Patú* em Senador Pompeu. Ao todo, os campos mantiveram encarcerados mais de 100 mil flagelados, segundo informações do próprio governo central. Alguns existiram por mais de um ano, outros duraram poucos meses, isso demonstra a inviabilidade dos campos, que deveriam ser muito mais do que aglomerações de pessoas à espera do trabalho nas frentes públicas.

A princípio, o encaminhamento aos campos de trabalho seria em primeira instância o foco principal dos currais, isso tudo “para que fosse evitado ‘dentro do possível o socorro direto, a esmola desmoralizadôra’. [...] As obras se encaminhavam sem a preocupação primeira com a qualidade do serviço realizado ou com a racionalidade lógica, mas apenas ‘ocupando’ os homens”⁸⁴, que não tinham muito a fazer nas condições em que se encontravam. Muitas vezes o serviço a ser realizado não possuía nenhum planejamento, nem

⁸² NEVES (1995), op. cit., p. 108.

⁸³ RIOS, Kênia Sousa. A cidade cercada: festa e isolamento na seca de 1932. In.: NEVES, Frederico de Castro; SOUZA, Simone (Org.) *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 122.

⁸⁴ NEVES (1995), op. cit., p. 113.

constava em um grande plano de obras para amenizar os problemas da seca, em outras os flagelados eram encaminhados ao trabalho compulsoriamente. Ocupar as mãos livres para tirá-las da ociosidade e de possíveis infrações penais.

Não obstante às relações de trabalho, que deveriam ser a principal finalidade dos campos, uniram-se no início dos noventa a elementos de modernização da sociedade nordestina.

Através dos campos, os camponeses tomaram contato com um novo universo de sentidos e de instituições que, a partir de então, procuram regular a ordem social. Em todas as dimensões da vida – no trabalho, na segurança, na construção de moradias, na higiene pessoal, na medicina – estabelece-se um novo princípio de ordenamento das atividades sociais, baseado num poder exterior e inalcançável: disciplina hierárquica.⁸⁵

É no campo de concentração que os retirantes entraram em contato com uma gama de normas sociais muitas vezes desconhecidas nos sertões cearenses. É também no contato com essas normatizações de trabalho e comportamento que eles vão se integralizando com a sociedade paternalista nordestina. Nos campos e nas frentes públicas de trabalho os retirantes entraram em contato com o universo de trabalho capitalista, os padrões de serviços apresentados nas frentes diferem da tradicional organização do campo, traçando uma nova forma de ver o mundo do trabalho rural. Aonde “novos saberes técnicos são incorporados, aprofundando a divisão do trabalho, levando até estes camponeses a separação por tarefas e a obediência cega aos chefes, era uma preocupação esboçada neste momento”, esses saberes empregados aos trabalhadores rurais, como divisão de trabalho, fragmentação de um saber, são novidades aos trabalhadores rurais sertanejos.⁸⁶

Dos campos de concentração partiam também aos montes os trabalhadores levados para o Norte do país. A floresta amazônica foi o destino de milhares de sertanejos flagelados da seca e de um clima semiárido, que foram levados para a chuvosa e úmida floresta. As remessas de trabalhadores para a Amazônia sempre surgia como solução para os sucessivos governos no enfrentamento das estiagens do nordeste.

Com o *boom* da borracha do século XIX, e a descoberta dos pneumáticos, os seringais da floresta amazônica tornaram-se o eldorado brasileiro. Um dos grandes entraves ao estabelecimento dos seringais na Amazônia do oitocentos, foi a falta de mão de obra. Fator minimizado pelos governantes através do auxílio aos flagelados da seca, a falta de

⁸⁵ NEVES (1995), op. cit., p. 115.

⁸⁶ NEVES, Frederico de Castro. A seca e o homem: Políticas anti-migratórias no Ceará. *Travessia*. São Paulo: CEM. Ano IX, n. 25, Maio-Agosto. 1996, p. 21.

trabalhadores no norte e a falta de trabalho e comida no nordeste foram, a princípio, resolvidas juntamente.

De fato, as remessas de trabalhadores para fora do polígono das secas⁸⁷, trás um alívio temporário para os governantes, pois, ao retirarem pessoas das regiões afetadas, o número de auxiliados tende a diminuir, e nos demais aspectos são menores os contingentes a serem amparados em caso de motins ou doenças. O que não motivava os trabalhadores retirados quase forçadamente da sua região, pois as doenças da floresta e o uso desmedido da força pelos coronéis da borracha, assim como as cobranças indevidas pelo transporte – pago duas vezes, pelo governo e pelos retirantes – transformava o sonho em pesadelo.

Passam-se anos e secas e as ações governamentais mantiveram-se iguais. Trabalho aos desocupados, construção de açudes, alimento e água como ações emergenciais e envio de flagelados, homens, mulheres e crianças, para a região Norte do país. Durante a seca de 1932, mesmo o ministro José Américo tendo se vangloriado de ter salvo milhões de vidas no período, entregou outras tantas para a floresta. Alguns números superficiais dão conta de mais de 11 mil flagelados, que saíram dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, endereçados ao Pará, Maranhão e Piauí.⁸⁸

Os trabalhadores enviados ao Norte do país foram forçados a ir, não necessariamente pelo governo, mesmo aqueles impelidos ao embarque, o foram pelas péssimas expectativas de vida e de sobrevivência, unidas à grande propaganda veiculada “nos portos de Recife, Natal e Fortaleza”, onde “havia pessoas prontas para recrutar trabalhadores entre aquela massa de subempregados e desempregados”.⁸⁹ As ações impulsionaram a migração para fora do estado, primeiramente arregimentadas pelo governo, que desde o século XIX levava à região Norte, e em seguida, no século XX, iniciam-se as tentativas de enviar os trabalhadores para outras regiões.

Ainda durante os oitocentos, as políticas para envio de trabalhadores tornaram-se diversificadas. Houve, segundo o historiador estadunidense Mike Davis, durante a seca dos “três setes”, quando a oligarquia nordestina, para evitar maiores perdas de vidas humanas, teve de apoiar um plano de envio de retirantes para as províncias do Norte, e também “outros foram mandados para o Recife, onde eram embarcados junto com escravos em poquetes e

⁸⁷ Polígono das secas é a região de abrangência das secas, tem este nome pelo formato poligonal e foi definida pela lei 175/36 e revisada pela lei 1348/51. Cf.: YOSHIKAWA Daniella Parra Pedroso. O que se entende por polígono das secas. *JusBrasil*. Disponível em: < <http://fg.jusbrasil.com.br/noticias/1013964/o-que-se-entende-por-poligono-das-secas>> Acesso em: 20 abr. 2012.

⁸⁸ VILLA (2000), op. cit., p.154.

⁸⁹ GRAHAM, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de. *Migrações internas no Brasil: 1872-1970*. São Paulo: IPE-USP, 1984. p. 37.

baldeados para outro navio rumo ao Rio e o sudeste famintos de mão-de-obra”,⁹⁰ segundo o historiador Marco Antonio Villa, durante essa época, na seca de 1877-79, houve por parte do jornal

O Retirante, que sempre revelou as violências cometidas contra os emigrantes que iam para a Amazônia em Novembro de 1877 resolveu mudar de posição. O ruim era somente a imigração para os seringais; “O Sul é pois a nossa tábua de salvação” [...]. Para os dissidentes da oligarquia também era perigoso deixar os cearenses na sua própria terra: em vez do seringal, o destino deveria ser o cafezal.⁹¹

Além disso, o mesmo autor salienta não haver grandes levas de retirantes enviados ao sudeste por ações governamentais, “a migração para o Sul só passou a representar um movimento demográfico expressivo no século XX, e no caso de São Paulo somente a partir dos anos 1930”,⁹² sendo então nos anos 1930, precisamente durante a seca de 1932, que o ministro José Américo, nas proximidades do mês de abril daquele ano, antes de sua viagem à região, sugeriu uma proposta de migração para as fazendas de café da região Sudeste, “subsidiada pela União”, tendo como principal destino São Paulo.

A proposta encontrou forte oposição na imprensa carioca. *A Noite* criticou a medida argumentando que “não tem o direito o governo de forçar o despovoamento de uma vasta região do país: o problema do Nordeste é um problema local, que ali tem de encontrar as suas soluções práticas”. Para *O Globo*, “as experiências condenam o processo de auxílio com o deslocamento distante dos sertanejos”. E o interventor de São Paulo, Pedro de Toledo, fez questão de deixar claro que o estado não tinha meios de abrigar tantos flagelos de uma vez só, tendo em vista os problemas da economia cafeeira, duramente afetada pela crise mundial iniciada em 1929.⁹³

As pressões da imprensa e dos políticos da região Sudeste levaram o ministro a recuar desta ideia, tendo então, a princípio, nenhum migrante sido encaminhado para o sul do país. Contudo, mesmo sem as medidas emergenciais de retirada da população para São Paulo e Rio de Janeiro, é na década de 1930 que são dados os primeiros passos na construção de um caminho migratório por parte dos retirantes, que estabeleceria o nordeste como partida e o sudeste como chegada. Apresentando então, aos brasileiros radicados no sul, uma nova face do nordeste, através daqueles homens e daquelas mulheres que chegavam em épocas de seca, ou mesmo em menores números, fora desses momentos de flagelo.

A população brasileira foi formada pelas muitas etnias que habitam essas terras, inicialmente pelos indígenas que já viviam na América, juntando os portugueses

⁹⁰ DAVIS, op. cit., p. 96.

⁹¹ VILLA (2000), op. cit., p. 64-65.

⁹² VILLA (2000), op. cit., p. 85.

⁹³ VILLA (2000), op. cit., p.147.

colonizadores e africanos trazidos à força, igualmente composto pelos povos que imigraram para cá no final do século XIX. Levas e levas de trabalhadores italianos, alemães, espanhóis, árabes, e de outros tantos locais de partida, vieram ao Brasil, principalmente para os estados do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, tentando uma nova e melhor vida. Ao mesmo tempo em que a migração surge como grande força, acontecia no Nordeste a seca de 1877-1879, milhares de retirantes flagelados da seca apinhavam-se nas cidades fugindo das inexistentes condições de vida nos sertões. E mesmo com um grande excedente populacional na região nordeste, o governo central não teve nenhuma iniciativa para remanejar esse pessoal e trazê-los para o Sul. Ao invés disso, aos nordestinos foi reservada a vida na floresta, com a qual eles não estavam nenhum pouco ambientados.

Esse apontamento mostra o grande preconceito enfrentado pelas populações nacionais em épocas de ideias eugênicas e de “branqueamento”, que seriam, segundo alguns cientistas as causas para o atraso nacional. “A República brasileira, além disso, talvez tenha sido o primeiro governo de qualquer parte do mundo explicitamente comprometido em grande escala com a ‘eugenia positiva’” aonde as classes dirigentes foram “obcecadas com a ‘desafricanização’ e ‘embranquecimento’ do Brasil”.⁹⁴ Essa política nacional trouxe milhares de imigrantes europeus, como alemães, italianos, portugueses e também de japoneses ao país, em mais ou menos meio século.

Em todas as secas até a década de 1930, e devido, principalmente à força dos políticos paulistas, mineiros e fluminense, os flagelados da seca continuavam nos mesmo trajetos, fazendo suas migrações sazonais, em épocas de chuva para o interior, em épocas de grande estiagem para cidades maiores e litorâneas. As políticas públicas existentes à época visavam, principalmente, a uma oposição à migração dos nordestinos para o sul, as frentes de trabalho, os campos de concentração, as levas para o Norte, enfim, as ações políticas durante as secas, mesmo que muitas vezes não obtivessem total sucesso, não quer dizer que não o obtiveram em parte.

Foram construídos quilômetros e quilômetros de estradas de ferro e de rodagem, assim como os açudes e poços. O que traz à tona um fato irônico, as estradas de ferro e de rodagem criadas pelos sucessivos governos, até mesmo o de Vargas, o qual José Américo vangloria-se dos quase 2.500 quilômetros de estradas rodoviárias, servirão também para levar grandiosos números de migrantes nordestinos ao Sul do país.⁹⁵

⁹⁴ DAVIS, op. cit., p. 395.

⁹⁵ ALMEIDA, José Américo. *As secas do Nordeste*. [s/l]: Fundação Casa de José Américo e Fundação Guimarães Duque, 1981. p. 17.

Com o fim das obras de combate à seca e a desestruturação dos campos de concentração, a maioria dos retirantes volta às suas casas, enquanto “outros foram empurrados para terras muito distantes: milhares de sertanejos começaram a migrar para o Sudeste, principalmente para São Paulo e o Distrito Federal (Rio de Janeiro)”. De vários lugares “vindos por terra, pelo rio São Francisco ou pelo mar, baianos, pernambucanos, paraibanos e cearenses” chegavam aos milhares nas regiões consideradas mais desenvolvidas. Somente em 1932, mais de 4.400 nordestinos entraram em São Paulo, e nos dois primeiros meses de 1933, 4.295 pessoas chegam à cidade paulista, “a maioria formada por homens analfabetos fugindo da seca”.⁹⁶

Chegavam em grande quantidade, vindos de diversos lugares, mas a pergunta a ser feita é por que São Paulo e Rio de Janeiro e por que nesse momento? Essa é uma migração espontânea, não é subsidiada pelo governo, como as levas de trabalhadores da borracha. Quem migra para o Sul o faz com seus próprios recursos, então por qual razão a migração para o Sul, ao final das calamidades, no ano de 1933 as chuvas já haviam voltado aos sertões, seria normal para os migrantes o retorno as suas casas, como em muitas outras secas por eles enfrentadas. Esse crescimento do número de migrantes para São Paulo e Rio de Janeiro sugere alguns fatores que podem ser problematizados.

Um dos principais fatores, já apontado, é a construção e melhoria das estradas de acesso ao sul do país. Além destas pode-se afirmar que um crescimento na difusão das informações pela imprensa vai auxiliar na criação de um imaginário propício à migração, principalmente a imprensa escrita e o rádio, levado a locais extremos do país possibilitou uma maior comunicação das crescentes metrópoles cosmopolitas até os confins do interior do Brasil. “Assim são os melhores e mais acessíveis meios de transporte e as mais completas e atualizadas informações sobre oportunidades de sucesso em outras regiões, os dois principais fatores responsáveis pelo incremento das migrações internas nos últimos tempos”.⁹⁷

Aliado a isso, constrói-se, por parte do governo, um novo modelo de trabalhador durante esses dois anos de seca, aquele que perde a noção de todo o trabalho, as novas tarefas ensinadas aos retirantes não são completas, mas sim somente uma parte do trabalho. Como em uma linha de produção, o conhecimento de todo o processo de criação é retirado do trabalhador, a obediência aos supervisores dos acampamentos de trabalho e o rompimento do padrão paternalista ao qual estava acostumado o retirante, faz dele um ser que perde algumas

⁹⁶ VILLA (2000), op. cit., p. 155-156.

⁹⁷ CORTÊS, Geraldo Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. 63.

de suas referências básicas de trabalho, e, ao voltar para sua casa, não consegue meio de se inserir no antigo ambiente.

Premidos por forças de transformação que afetam profundamente toda a sua existência, os trabalhadores rurais vêem destruída a viabilidade do sistema tradicional de adaptação ecológica, sem poderem aproveitar as novas oportunidades por estarem presos a um equipamento cultural precário. Solicitados de um lado por novas necessidades, limitados por outro por uma tecnologia pobre, o homem do campo é objeto de tensões cada vez maiores ante as quais a emigração se apresenta como uma das poucas soluções possíveis.⁹⁸

Essas forças de transformação podem ser lidas como uma proletarianização do trabalhador rural, que tem de se adaptar às modificações do sistema capitalista, de certa maneira inserido aos poucos na forma como os flagelados das frentes de trabalho eram gerenciados pelo governo. A migração não se dá sempre através de uma causa única, os homens e as mulheres que migram levam em consideração muitos outros problemas. Há aqui de se estabelecer uma diferenciação, o ato de se retirar do sertão em busca de auxílio governamental é distinto do da migração em si.

O primeiro é uma ação que pressupõe o retorno quase que imediato, quando as chuvas retornarem, ou seja, na maioria das vezes, em um prazo não maior do que cinco anos. O segundo, o ato de migrar para fora de sua região, é uma ação tomada cautelarmente, pois as distâncias são maiores e se parte principalmente quando o trabalhador sente que não pode mudar de vida naquele estado em que se encontra. Ele então migra. Muitas vezes com o intuito de voltar, ou então de construir uma vida melhor para os seus dependentes, mas a migração para fora do Nordeste é, de fato, uma característica do século XX, pós-1930.

O migrante nacional que pratica qualquer forma de êxodo rural está inserido no meio de produção capitalista, que o impossibilita de manter-se nos moldes tradicionais que conhece. As transformações da sociedade brasileira, no decorrer dos anos iniciais dos novecentos, mostram-se como formas de diferenciação e de modernização das condições de vida dos cidadãos, os processos de readequação das cidades que recebem cada vez mais pessoas passam a mostrar uma outra face do Brasil, a urbano-industrial, que, em certa medida, se opõe ao padrão patriarcalista das sociedades agrícolas rurais.

A migração rural-urbana também pode ser considerada como um fenômeno de mudança social-cultural que envolve a transformação dos padrões de comportamento vigentes nas comunidades rurais de onde provêm os migrantes.

⁹⁸ DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984. p. 111.

Esses padrões representam uma forma particular de ajustamento a um contexto geográfico-sociocultural determinado e precisam ser substituídos por outros, que permitam uma adaptação satisfatória às condições urbanas de vida.⁹⁹

A sociedade capitalista que surge no Brasil com a inserção nos mercados mundiais, devido às atividades agrário-exportadoras e de uma diversificação do mercado nacional, o país se vê inserido na era da comercialização de bens de consumo. As atividades urbano-industriais criam o espaço e as necessidades antes não almeçadas pelos trabalhadores do campo. Por desconhecimento de uma diferente forma de vida, muitas vezes, o trabalhador do campo almejava o seu próprio espaço agrário, porém, com as dificuldades levantadas pelo insucesso das atividades agrícolas, muitas vezes, culpando o tempo, e as novas necessidades comerciais difundidas pelo contato com a vida das cidades, o trabalhador rural almeja mais.

Uma escola para as crianças ou empregos remunerados, o homem que vivia da subsistência passa a pensar em uma nova vida suprida dessas novas necessidades. “Nessas condições, a melhoria de vida só pode ser concebida como abandono desse universo e integração em um sistema diferente que ofereça melhores oportunidades. A oportunidade é pois *dada* ao trabalhador e não é criada por ele”.¹⁰⁰ Quando das retiradas em épocas de seca, muitos entravam em contato com outra forma de trabalho sem ser o rural. Muitas vezes,

as indústrias de Fortaleza empregavam alguns fugitivos da seca. Percebendo a vantagem do emprego dessa mão-de-obra, a burguesia industrial direcionava os jovens migrantes para a Escola de Aprendizes Artífices. Com isso a mão-de-obra dos sertanejos continuaria mais barata, entretanto, minimamente especializada.¹⁰¹

Seja na época das secas, ou mesmo fora delas, havia um início de integralização do país, com as redes de notícias e o modo de vida urbano tomando conta, aos poucos, do meio rural. A cidade de Fortaleza é tomada como exemplo, porém em muitas outras cidades ocorre o mesmo processo, retirantes tomando as cidades ou se estabelecendo em campos de concentração, tendo contato com o modo de viver citadino. O campo nunca foi completamente isolado da cidade, sempre existiu uma relação entre a “venda” da cidade pequena, que fornecia aquilo que não poderia ser plantado e os trabalhadores rurais que vendiam algumas vezes o excedente da sua produção. O que há nesse princípio de século é uma reformulação da relação campo-cidade.

⁹⁹ DURHAM, op. cit., p. 11.

¹⁰⁰ DURHAM, op. cit., p. 115.

¹⁰¹ RIOS (2002), op. cit., p.112.

A sociedade urbana-industrial reformula o padrão citadino pré-existente no país. De aglomerado de moradias para as classes mais abastadas, e que trabalhavam diretamente no aparelho burocrático estatal, o espaço urbano passa a comportar também os trabalhadores, pois “toda esta transferência de atividades do campo à cidade parece ser motivada por uma exigência técnica da produção industrial: a aglomeração espacial das atividades”. Esta pode ser entendida também como um maior crescimento do espaço urbano e “parece ser um requisito de sua crescente especialização e conseqüente complementaridade”. O tamanho das unidades produtivas é proporcional ao espaço ocupado na cidade, decorrendo desse contexto uma maior urbanização.¹⁰²

Essa migração da década de 1930 e depois, por conseguinte, às acontecidas durante a década de 1940 estão inseridas em um panorama nacional de êxodo rural. É claro que os movimentos populacionais que possuem como ponto de partida o nordeste do país compõem-se de um agravante maior. Nesse sentido, a seca deve ser inserida no processo de análise dessa readequação populacional, de modo a ressaltar sua presença como propulsora de um grupo em especial, os retirantes. Para apontar tal questão como exemplo de uma migração rural-urbana, é possível a utilização dos fatores da migração como definidos a princípio por Paul Singer. Para o autor, existem dois tipos de ações que podem levar alguém a deixar sua região, os fatores de expulsão e os fatores de atração.

Os migrantes saem de suas regiões, estados, municípios, em busca de melhores oportunidades, para a sua vida ou para seu trabalho, porém somente deixam seus locais de origem movidos pelos fatores de expulsão. Estas podem ser de duas ordens: fatores de mudança, “que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, [...] tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego”; e os fatores de estagnação, que “se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável, como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários”.¹⁰³

No nordeste do Brasil, durante as décadas de 1930 e 40, os fatores de estagnação são os mais presentes, porém não quer dizer que os de mudança não existam. Pelos fatores de estagnação, pode-se entender a migração pela falta de oportunidades aos nordestinos, grandes famílias, poucas terras, assim como as dificuldades causadas pelas secas. Unindo-se a isso,

¹⁰² SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 31.

¹⁰³ SINGER, op. cit., p. 37.

pode ser estabelecida a propaganda das melhores condições de vida em outros lugares. Se a vida não é boa no lugar de origem, e há possibilidade de melhora em outro lugar, que possa ser considerada real, dá-se então, a migração.

Nota-se que a imigração não decorre em geral, de uma situação anormal de fome ou miséria desencadeada por calamidades naturais. Ao contrário, a emigração aparece como resposta a condições normais de existência. O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que “não pode melhorar de vida”, isto é, que a sua miséria é uma condição permanente. [...] fundamentalmente, a emigração decorre de uma situação desfavorável que é vista como permanente.¹⁰⁴

Não se pode recorrer a uma solução ou compreensão reducionista deste ponto, ninguém migra somente por um motivo, a seca, nesse caso, não é o único motivo da mudança. Porém, unida às condições de vida que são por demais problemáticas e que deixam desamparados os retirantes, ela se torna mais que um bom motivo para a migração. Se as condições de vida no local de partida são ruins, e os fatores da migração, seja de mudança ou estagnação, põem o migrante em marcha, “são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam”.¹⁰⁵

De uma forma geral interpreta-se esta demanda por forças de trabalho como proporcionando “oportunidades econômicas”, que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia perceber na área de onde provém.¹⁰⁶

Mais do que empurrar o migrante do campo ou puxá-lo para a cidade, os fatores da migração devem ser considerados objetos para uma análise do processo migratório, também não há de se levar somente em conta as oportunidades econômicas como única e simples meta da migração. Claro que inserido no processo capitalista, o fator econômico é muito importante, porém não deve ser reduzida toda a ação migratória como decorrente de busca de melhores condições financeiras. O retirante da seca, ou o migrante das épocas pluviométricas, busca melhorar a sua vida, e nas representações mais comuns dos migrantes, ou mesmo nas entrevistas realizadas pelos muitos pesquisadores que transitaram nesse assunto, o fator econômico é presente. Todavia, na grande maioria das vezes, são ressaltadas também as oportunidades presentes nos espaços urbanos, como educação para as gerações futuras, a saúde, e, é claro melhores condições de vida.

¹⁰⁴ A autora utiliza os termos imigração para designar a saída de um determinado local, e emigração para apresentar a chegada a outro, contudo, ambos os termos fazem referência a migração interna no Brasil. DURHAM, op. cit., p. 113-114.

¹⁰⁵ SINGER, op. cit., p. 40.

¹⁰⁶ SINGER, op. cit., p. 40.

3 E A REGIÃO SE FEZ NORDESTE: REPRESENTAÇÃO DA MIGRAÇÃO E DA SECA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

*No rumor monótono das alparcatas
Há uma pausa, cai no pó
A mulher que carrega uma lata
De água! Só há umas gotas — Dá uma só*

*Não vai arribar. É melhor o marido
E os filhos ficarem. Nós vamos andando
Temos muito que andar neste chão batido
As secas vão a morte semeando.
Deus da Violência – Candido Portinari.*

Se os movimentos migratórios, conforme afirma Paul Singer, orientam-se por fatores de expulsão e/ou fatores de atração, que fazem muito mais do que empurrar o migrante para fora do campo ou puxá-lo para cidade, as definições de atração ou expulsão modificam-se conforme a conjuntura política, econômica, social, em suma, transformam-se juntamente com os contextos históricos. Há a possibilidade de constatar esse fato em dois momentos distintos da primeira metade do século XX, primeiramente no início da primeira guerra mundial, quando o fluxo de migração tem como destino a região nordeste. O outro momento dá-se nas décadas de 1930 e 1940, no pós-seca de 1932, quando os dados quantitativos da migração modificam-se novamente, principalmente durante a segunda grande guerra, contando com uma grande saída de nordestinos para outros lugares do país.

Os pólos de atração do nordeste transformam-se durante os períodos históricos brasileiros. No intervalo dos anos 1910 e 1920, a região Nordeste torna-se polo de atração, devido ao aumento da produção de açúcar, de algodão e da ausência de seca, houve significativo incremento nas migrações que se destinavam à região, e também os próprios nordestinos fixam residência no seu local de origem.¹⁰⁷ Após esse período de desenvolvimento provocado pela urgência da 1ª grande guerra, a situação da migração provocada pelas estiagens e como forma de melhoria da qualidade de vida, vai, aos poucos, voltando ao que ficou como considerado como sua regularidade com um maior número de saídas.

Com a industrialização das décadas de 1910 e 1920, e o êxodo rural dos imigrantes italianos, aliado ao alto crescimento industrial provocado pela substituição das importações e pelo surgimento de um pequeno mercado interno deixam o campo órfão de trabalhadores

¹⁰⁷ GRAHAM, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de. *Migrações internas no Brasil: 1872-1970*. São Paulo: IPE-USP, 1984. p. 48.

rurais. O que de fato, auxiliado pela política varguista de limitação à entrada de estrangeiros no país, deu maior impulso à migração interna dos chamados trabalhadores nacionais, originários da região nordeste. Portanto, as primeiras migrações de nordestinos terão como um dos fatores de impulsão a seca, e como destino o litoral da mesma região, somente quando há a impossibilidade de recorrer ao litoral para amparo, o governo direciona esses migrantes para a região Norte. E, sem nenhuma aparente ação governamental, os migrantes passam a retirar-se da seca em direção ao sul do país.

Sem nenhum incentivo direto para a migração, a exemplo de financiamentos ou transporte, o conjunto de modificações promovidas pelo governo de Getúlio Vargas apresentou o estímulo inicial necessário para que fosse estabelecido o caminho entre o nordeste e a atual região do sudeste. Por impulsos, pode-se ressaltar o crescimento interno das indústrias nacionais, assim como o êxodo rural dos trabalhadores italianos, e os direitos sociais e trabalhistas implementados pelo governo Vargas.

Não há dúvida que a integração do espaço nacional, por meio de ferrovias e rodovias, acelerou e estimulou a migração interregional, aumentando deliberadamente o número de nordestinos em São Paulo. Outros elementos contribuíram para a expansão dessa migração, como a política trabalhista de Getúlio Vargas que regulamentava algumas reivindicações do operariado, entre elas o salário mínimo. Os salários nas áreas urbanas eram um atrativo à migração interregional, pois os ganhos salariais, apesar da legislação federal, eram e são diferenciados. Outro fator significativo é a política migratória, em 1930, para a qual Getúlio Vargas propõe uma lei de cotas, que desestimula a imigração externa.¹⁰⁸

É provável que esse êxodo dos imigrantes italianos fosse provocado pelas condições de trabalho no campo serem muito difíceis, e em muitos casos apresentada como uma escravidão de italianos.¹⁰⁹ Tal afirmação não é totalmente descabida, muitos senhores do café não estavam acostumados a tratar com trabalhadores livres, todavia, no momento de migração para a cidade, a época da abolição da escravidão já estava distante ao menos 40 anos. Segundo consta, a primeira migração de nordestinos para o estado de São Paulo e para a capital federal, Rio de Janeiro, dá-se no momento de desenvolvimento econômico dessas cidades, “não foi por coincidência que os dois principais centros receptores de migração na década de 30 (Rio de Janeiro e São Paulo) eram também os dois principais centros industriais registrando um rápido crescimento”.¹¹⁰

¹⁰⁸ GOMES, Sueli de Castro. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. *Imaginário*. v. 12, n 13, 2006. p. 145.

¹⁰⁹ GRAHAM; HOLLANDA FILHO, op. cit., p. 61.

¹¹⁰ GRAHAM; HOLLANDA FILHO, op. cit., p. 57.

Os migrantes que se encaminhavam para São Paulo, por exemplo, eram recepcionados na capital e enviados ao interior, da mesma maneira que os imigrantes italianos e de outras nacionalidades que aportavam em Santos no fim do período escravista, já no apagar das luzes do século XIX. “Os migrantes nordestinos incentivados pelo Estado [de São Paulo] se alojavam na mesma estrutura que muito foi usada para a recepção dos imigrantes estrangeiros, a Hospedaria dos Imigrantes”, construída nos anos 1880, precisamente inaugurada no ano de 1887, era o local de recepção dos imigrantes italianos, alemães, sírio-libaneses, japoneses, e que nas décadas de 1930 e de 1940 foi também o espaço de chegada dos migrantes nacionais. “Na Hospedaria, os nordestinos pernoitavam por um ou dois dias, eram submetidos a uma triagem que consistia em verificar seus documentos, suas condições de saúde e o local de destino”,¹¹¹ sendo em seguida direcionados para a cidade e à fazenda que os contratara.

As primeiras ações que apresentam o caminho migratório do Nordeste para o Sudeste, aconteceram na “década de vinte, [que] marca o início de um processo de mudança na composição da classe operária das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ‘resultante do ingresso de levas de migrantes nacionais, e o surgimento de uma nova geração de filhos de estrangeiros’”¹¹². Contudo é durante a seca de 1932, quando através dos novos caminhos que entraram na região sul/sudeste muitos migrantes nordestinos, ao invés daquilo que se possa pensar, a migração não cessa com a volta das chuvas, porém há uma diminuição de considerável número.

Portanto, diferente da afirmação inicial de Douglas Graham e Sérgio Buarque de Hollanda Filho, que “aparentemente quando o fator secas não se apresenta, a migração é limitada a níveis mínimos no nordeste”, os mesmos autores demonstram que, segundo o Serviço de Imigração e Colonização do estado de São Paulo, entraram durante os anos de 1934 e 1940 mais de 322 mil pessoas, sendo somente da Bahia e dos outros estados do nordeste a esmagadora maioria de mais de 67%.¹¹³

A migração não cessa nesse período, pelo fato da desigual distribuição de oportunidades econômicas nas regiões do país, assim como não há diminuição no número de migrantes por não cessarem juntamente com as estiagens os problemas sociais da região.

¹¹¹ GOMES, op. cit., pg. 147.

¹¹² ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Paraíbas e bahianos: órfão do campo, filhos legítimos da cidade. *Travessia*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios. São Paulo, n. 8, set./dez. de 1990, p. 28.

¹¹³ GRAHAM; HOLLANDA FILHO, op. cit., p. 27 e 55.

Chamamos atenção para o fato de que a distribuição diferenciada de oportunidades de trabalho, ou, em outras palavras, a concentração dessas atividades em certas áreas, contribuiu fortemente para a formação de correntes migratórias em direção, por exemplo, a São Paulo, originadas seja do Nordeste, seja de Minas Gerais – Espírito Santo. Isto é, a existência de desequilíbrios regionais leva a migrações de um lugar para o outro. Como Nordeste é uma região pobre, formam-se aí correntes migratórias que, com esperança em melhores oportunidades de vida, se dirigem a outros centros. Modificações no interior das relações de trabalho, introdução de novos métodos de organização capitalista na região, assim como conflitos sociais entre moradores e grandes proprietários, de um lado, e entre posseiros e grileiros de outro, compõem-se como motivos relevantes para as migrações.¹¹⁴

A contribuição dessas relações de opressão dos trabalhadores sertanejos traça o panorama de uma migração não somente em épocas de seca, mas também, em épocas de chuvas. Como é o caso dos anos que se sucedem à seca de 1932, torna-se muito comum a entrada de migrantes nordestinos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro durante os anos 1930, sendo muitas vezes requisitados pelos próprios fazendeiros de São Paulo, ou então através de companhias particulares que agenciavam a migração, da mesma forma que alguns anos antes ocorreu com a imigração de estrangeiros.

Já em 1935, o governo do estado de São Paulo celebra contratos com companhias particulares de imigração, de colonização, com o objetivo de aumentar o número de migrantes nacionais, “mediante uma subvenção oficial”. Essas companhias iam aliciar no Nordeste e Norte de Minas Gerais pessoas interessadas em vir para São Paulo. “Pagavam a passagem e 60 mil réis por migrante avulso, maior de 12 anos, e 30 mil réis por menores de 3 a 12 anos”. Em 1939, o próprio Estado faz esse aliciamento, criando a Inspetoria de Trabalhadores Imigrantes. Os funcionários da Secretaria de Migração e Colonização ficavam instalados nos terminais ferroviários de Montes Claros e de Pirapora, nas localidades portuárias, ao longo do percurso das gaiolas no rio São Francisco. Muitos problemas ocorriam, como o favorecimento e o assédio sexual. De lá, embarcavam as famílias, que seriam recebidas na Hospedaria do Imigrante. Ali os fazendeiros recrutavam os migrantes para irem trabalhar na lavoura no interior de São Paulo. “Havia uma orientação de que os migrantes não poderiam ficar na capital”.¹¹⁵

O interesse súbito com a contratação de migrantes nacionais desprezados quando da abolição da escravidão se dá também no contexto das greves e reivindicações dos trabalhadores dos anos 1910. Estiveram à frente das movimentações os imigrantes estrangeiros, que trouxeram consigo da Europa a ideia de luta de classes e o ideal anarquista/comunista, disseminando-o entre os operários nacionais. Muitos dos estrangeiros presos entre os manifestantes e grevistas eram deportados para seus países de origem, isso unido às dificuldades encontradas por alguns grupos de imigrantes no estabelecimento nas

¹¹⁴ SARMENTO, Walney Moraes. *Nordeste: a urbanização do subdesenvolvimento*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1984. p.59.

¹¹⁵ GOMES, op. cit., p. 148.

fazendas, assim como a diminuição na entrada de imigrantes estrangeiros, serviram de justificativa para o governo apresentar a lei de cotas de trabalhadores nacionais por empresa contida na lei de sindicalização. Somente poderiam trabalhar em fábricas no Brasil 1/3 de estrangeiros, mais de 60% dos trabalhadores das indústrias nacionais deveriam ter origem brasileira.¹¹⁶

A lei de sindicalização de 1931 vinha transformar e ao mesmo tempo concorrer com o padrão de associações até então existentes no movimento operário. Consagrando o princípio da unidade e definindo o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para a órbita do Estado. Além disso, vedava aos sindicatos a propaganda de ideologias políticas ou religiosas, e, embora estabelecesse a sindicalização como facultativa, tornava-a na prática compulsória, já que apenas os elementos sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação social. Seu objetivo evidente era o combate a toda organização que permanecesse independente, bem como a todas as lideranças – socialistas, comunistas, anarquistas, etc. – definidas como capazes de articular movimentos de protesto contra a nova ordem institucional.¹¹⁷

Esse decreto, 19.770 de 19 de março de 1931, regulamentava a sindicalização e buscava diminuir a oposição ao governo, assim como limitava o número de trabalhadores estrangeiros, favorecendo aos trabalhadores nacionais o emprego nas fábricas instaladas no país. Mais e mais levas de nordestinos chegavam às cidades, durante todos os anos, não mais pela seca, desta vez pelas melhores oportunidades e pela esperança de um futuro melhor. Era na cidade que estavam as leis trabalhistas e de assistência social, coisa que no campo não existia. Não somente pelo descaso do patrão, mas também pelo esquecimento do governo para com o trabalhador rural, assim sendo, a cidade se torna o local de uma possível melhoria na qualidade de vida. Contudo, nem sempre essa imagem do espaço urbano como realizador dos sonhos e motivo de esperança para os trabalhadores nordestinos torna-se realidade, a cidade também é o espaço do conflito, das dificuldades, do preconceito, mas é nela que milhares vão tentar uma vida melhor.

A migração crescente de nordestinos para os grandes centros urbanos do Sul, que vai se incrementar a partir dos anos 30, notadamente quando no final desta década se constrói a rodovia Rio-Bahia, e os caminhões paus-de-arara começam a circular acabando com a peregrinação a pé até a cidade de Juazeiro, na Bahia, a descida do Rio São Francisco em barcos até a cidade de Pirapora, em Minas Gerais, onde se tomava o trem até São Paulo ou o Rio para realizar a migração, é atribuída e explicada pela ocorrência das secas, marcando todos os migrantes nordestinos com a pecha de retirantes ou flagelados, quando, na verdade, esta vinha apenas a agravar as causas mais fundamentais deste processo migratório que eram a concentração da

¹¹⁶ ARTIGO 1º do Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931; Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/116727/decreto-19770-31>>

¹¹⁷ GOMES, Angela M. de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 163.

propriedade de terra na região, as péssimas condições de trabalho oferecidas por uma economia ainda incipiente descapitalização e as modalidades de relações de trabalho aí prevalentes, que não privilegiavam o assalariamento, nem respeitavam as leis trabalhistas, daí porque a maioria dos migrantes nordestinos receber salário e ter a sua carteira de trabalho assinada se transformam numa verdadeira conquista, uma espécie de símbolo de sua mudança de vida e *status* ao se mudarem para o sul do país.¹¹⁸

O relativo sucesso atraía mais e mais migrantes para as cidades, de modo que as fábricas enchiam-se de trabalhadores nacionais, que acabavam “ampliando o exército industrial de reserva”, favorecendo os donos de fábricas e o desenvolvimento industrial sustentado sobre o trabalho mal remunerado. Em uma presença maciça, “estes migrantes evitavam que as taxas de salários se elevassem, mesmo quando a migração estrangeira praticamente acabou no final da década de 1920”, sendo ultrapassada em números pela migração nacional no início dos anos 1930.¹¹⁹

A política varguista seguia “premiando” os trabalhadores sindicalizados anualmente, melhorando as condições de emprego e de vida. Naquilo que tange à patronagem, o governo negocia constantemente, em um estado de equilíbrio, a sua continuidade e o apoio das classes sociais que estivessem dispostas a estar do seu lado, os grandes investimentos em infraestrutura, como portos e estradas, auxiliam o escoamento da produção industrial, facilitando a venda dos produtos nacionais.

Com a quebra da bolsa de 1929, o café, que até tal acontecimento se mantinha como principal produto nacional, vai ceder espaço para uma diversificação de outras áreas da pequena indústria do país. O governo tratou de utilizar uma política de substituição das importações, incentivando a “utilização da capacidade ociosa das indústrias já existentes no país. A indústria têxtil e outras acabaram se beneficiando com os obstáculos colocados às importações de similares”.¹²⁰ Algumas das empresas que se desenvolveram no período em questão foram de setores da exploração vegetal e mineral, até a produção de tecidos e de bens de primeira utilidade.

Para tanto, impôs-se a intensificação da promulgação de leis sociais nos anos 30, como parte integrante de uma proposta política mais ampla, de feitio corporativista. E é, fundamentalmente, da legislação trabalhista e previdenciária – para não falar da progressiva institucionalização da Justiça do Trabalho – que a ideologia do trabalhismo extrairá o seu elemento capital. Sem a “concessão” de direitos aos

¹¹⁸ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007. p.107.

¹¹⁹ ALBUQUERQUE Jr., (1990), op. cit., p. 29.

¹²⁰ CAPELATTO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 119.

trabalhadores – simultaneamente à tentativa de incorporá-los, em posição subordinada, às estruturas de poder, especialmente por meio da legislação sindical – a política trabalhista se projetaria no vazio e não adquiriria eficácia.¹²¹

As políticas desenvolvidas pelo governo Vargas visavam a enquadrar este trabalhador urbano, esquecendo-se do trabalhador rural, o faziam através da política corporativista, que visava, entre outras ações, a “manter as hierarquias, mas diminuir as desigualdades sociais; evitar o conflito e banir a luta de classes; gerar harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz [...]. Na proposta corporativista caberia ao estado, [...] definir novas formas de organização e de participação”.¹²² Dessa maneira, o único interesse de todas as classes sociais deveria ser o progresso do país, a construção de uma nação, as ideologias deveriam ser destituídas de sua importância e os ofícios, as corporações de trabalhadores, deveriam ser a maneira correta de todos na sociedade brasileira serem representados.

O trabalhismo, por sua vez, é definido como uma confluência de desejos e de intenções dos trabalhadores nacionais, reordenado e com nova roupagem, institucionalizado pelo governo central, de modo a dar uma “cara” de política pública criada pela antevisão do presidente Getúlio Vargas. O historiador Adalberto Paranhos define muito bem o trabalhismo como uma fala roubada:

A ideologia do trabalhismo é a resultante da confluência de distintas influências e perspectivas de classe. E não o produto do mero cálculo interesseiro, plenamente intencional, dos agentes do Estado ou da burguesia brasileira. É possível identificar nela as impressões congênitas deixadas pelas lutas das classes trabalhadoras. Nem por isso podemos desconsiderar que, em última análise ela é uma fala roubada aos trabalhadores, reformulada e a eles devolvida como mito.¹²³

Se não houvesse nada que interessasse ou despertasse a atenção da classe trabalhadora, a ideologia do trabalhismo não teria surtido tamanho efeito como o que ocorreu nos anos que se sucederam à política de cotas e da sindicalização. Os migrantes nacionais foram o principal alvo das investidas trabalhistas de Vargas, assim como esses mesmo tornaram-se alvo de críticas recentes dos historiadores, que culpavam os nacionais, principalmente nordestinos, como desestruturadores da luta de classe, durante a década de 1930. Chegando a afirmar que “se haviam sido os imigrantes europeus que teriam construído

¹²¹ PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala*. São Paulo: Boitempo. 2007, p. 35.

¹²² D'ARAUJO, Maria Cecília. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: DELGADO, Lucília de A. N.; FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: O tempo do Liberalismo Excludente*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 217-218.

¹²³ PARANHOS (2007), op. cit., p. 23.

as primeiras organizações operárias e teriam sido responsáveis pelos primeiros movimentos operários e por suas primeiras conquistas sociais”, já que tinham experiência com o trabalho das indústrias e das fábricas, “fora o trabalhador nacional e, principalmente, o nordestino que teria sido responsável pela desmobilização da classe operária, no pós-30, e por sua adesão ao sindicalismo pelego”. Demonstrando que o preconceito contra o nordestino havia se expandido até mesmo à academia, onde, nos anos 1970, formulavam-se teses e buscavam-se culpados a respeito da desestabilização da luta de classes, durante o período Vargas.¹²⁴

Os preconceitos contra os nordestinos foram sendo disseminados, em grande parte, devido a ideias de eugenia que perduraram durante o século XIX, ultrapassando esse marco temporal e ecoando nos anos 1900. De fato mostrando que a migração internacional, mesmo durante o período Vargas, fora vista com bons olhos, porém, segundo o próprio governo, as cotas eram necessárias para não aparecerem no Brasil “tipos” considerados indesejáveis, ou seja, qualquer população etnicamente diferente do branco europeu. Grande parte desse preconceito também se deu pelas disputas por postos de trabalho entre imigrantes, migrantes e locais, dado o número muito alto de trabalhadores nas cidades grandes.¹²⁵

Essa mobilização, em grande escala, de um exército industrial de reserva,

se fez paulatinamente, entre 1930 e 1945, a partir da abolição da autonomia dos estados, que serviu tanto para unificar o mercado interno como para derrubar as oligarquias locais, cujo poder sobre a população rural foi assim consideravelmente enfraquecido. A construção de uma rede de rodovias, que passou a interligar as principais regiões do país, facilitou as comunicações e estimulou enormemente as migrações internas.¹²⁶

Se em 1920, 10% das pessoas residentes no Brasil viviam na zona urbana, em 1940 este número já triplicara, 31% dos moradores do país, estimativas de mais ou menos 13.000.000 de pessoas, habitavam as cidades e seus entornos. No fim dos anos 1930, durante o governo Vargas, 8,5% do total de habitantes haviam se estabelecido fora de seu estado de origem. Esses dados vêm a complementar à afirmação de Singer, mostrando que as melhores

¹²⁴ ALBUQUERQUE Jr. (2007), op. cit., p.116.

Segundo o autor, intelectuais como Aziz Simão e Leôncio Martins Rodrigues, responsabilizavam os migrantes nacionais por esse declínio das lideranças operárias, que não possuíam uma consciência de classe revolucionária. Fato interessante é que também a socióloga Eunice Durham apresenta os migrantes como usufruidores de benefícios conferidos por muitas entidades e instituições que auxiliam o migrante proveniente de êxodo rural, uma delas é o sindicato, que, mesmo que não se filie, e afirma que muitos não se interessam pelas associações de classe, usufruem dos benefícios adquiridos por elas. Claro que durante o governo de Vargas aqueles que não se associassem deixariam de receber os auxílios e direitos trabalhistas, porém benefícios sociais gerais conquistados pelos trabalhadores estavam disponíveis a todos os moradores das cidades. Cf. DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva. 1984. p. 125.

¹²⁵ ALBUQUERQUE Jr. (2007), op. cit., p. 115.

¹²⁶ SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 125.

condições de deslocamento, a dificuldade da vida no campo e as oportunidades nas cidades deram um impulso para a migração.

Eunice Durham apresenta ainda que, tanto o aumento das desigualdades regionais, ocorrido pela periferização política do nordeste durante o decurso da primeira república, quanto o surgimento das grandes metrópoles consideradas *lócus* das oportunidades do país, irão implicar “na formação de grandes correntes de migração interna através das quais se processa uma maciça redistribuição da população”, principalmente de origem rural, e, durante as décadas de 1930 e 40, de homens, mulheres e crianças que tinham como ponto de partida a região Nordeste.¹²⁷

As fábricas prementes de trabalhadores atrairão muitos habitantes para as cidades, assim como, despertarão esperanças, para, em seguida, frustrar muitas delas. Os desejos dos trabalhadores migrantes tornaram-se alvo de uma experiência de organização classista por parte do governo, de modo a tornar a convivência entre patrões e empregados pacífica. Em uma tentativa de não afetar o enfatizado progresso do país, sendo que “na impossibilidade de extinguir a luta de classes, o Estado cuidou de fazer dela um poderoso auxiliar das estratégias de dominação que tinham por finalidade a subordinação política em nome da ‘colaboração das classes’”.¹²⁸

Surtindo o efeito desejado ou não, as diretrizes implementadas pelo governo Vargas levaram os trabalhadores a filiarem-se aos sindicatos tutelados pelo Estado, não sem reações. Uma delas, pejorativamente nomeada intentona comunista de 1935, tornou insurgentes alguns membros das forças militares, quando aquartelaram-se em diferentes municípios do país, Natal-RN, Recife-PE e Rio de Janeiro, tornando dificultosa a reação rápida do governo. Entretanto, tais ações não produziram as consequências imaginadas pelos membros do PCB (Partido Comunista do Brasil)¹²⁹, ao invés de uma grande levante dos descontentes contrários ao governo Vargas, houve uma forte opressão contra a insurreição, promovida pelas forças governamentais.

Os anos democráticos do governo Getúlio Vargas apresentaram muitas alternativas ao destino do país, houve também uma insurreição juntamente a uma tentativa de Golpe de Estado promovida pela AIB (Ação Integralista Brasileira), no ano de 1938. Nesta ação, os

¹²⁷ DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva. 1984. p. 20.

¹²⁸ PARANHOS (2007), op. cit., p. 35.

¹²⁹ O partido de tendências socialistas criado no ano de 1922 de nomenclatura *Partido Comunista do Brasil* possuía a sigla *PCB*. Nos anos subsequentes, quando posto na ilegalidade em 1947 sob a acusação de ser uma sessão de um partido internacional, o que não era permitido pelas leis brasileiras, o *PCB* mudava a sua nomenclatura passando a se chamar *Partido Comunista Brasileiro*. Contudo no final da década de 1950, a partir de uma dissidência é criado o *PC do B*, *Partido Comunista do Brasil*.

integralistas tramam uma tentativa de assalto ao palácio do Catete, residência oficial da presidência na capital federal, Rio de Janeiro. Tais atos deram o empurrão que faltava para Vargas perpetuar-se no poder através do golpe do Estado Novo.

O Estado Novo fora declarado no momento de preparação para as eleições que deveriam existir em 1938, já que os quatro anos da eleição indireta que escolhera Getúlio para governar o Brasil durante o início da constituição de 1934 acabariam em 38. O plano articulado para acabar com o processo eleitoral fora chamado de Plano Cohen, quando, segundo algumas informações, o general Olímpio Mourão Filho rascunha de próprio punho uma suposta carta na qual os membros do PCB tramavam um novo levante comunista. Tudo gerado pelo medo do espectro comunista que rondava o mundo, “o comunismo considerado como o perigo mais ameaçador à sociedade brasileira desde os anos 20, deu ensejo a uma forte campanha de propaganda anticomunista que acabou servindo para justificar o fortalecimento do regime”.¹³⁰

O presidente aproveitou a deixa para tornar o Brasil um país sob o domínio de uma ditadura novamente. As divisões administrativas foram excluídas, o presidente nomeava os interventores para cada unidade da federação, que, por sua vez, nomeavam os prefeitos. Os símbolos de cada estado foram destituídos e os únicos que deveriam ser veiculados eram os da nação. Além destas ações, o presidente fechou o congresso nacional, portanto nem sequer manteve uma fachada de legalidade, declarou com a nova constituição uma ditadura, cujo líder único era o senhor Getúlio Vargas.

Os representantes do Estado e os intelectuais do regime, a exemplo de Azevedo Amaral definiram que a partir do Estado Novo o processo revolucionário que se instaurou em 1930 teve seu prosseguimento, excetuando-se os percalços do processo durante o período de relativa democracia dos anos 1932-1937. Há um reavivamento do projeto varguista para o Brasil, “a revolução – iniciada em 1930 e completada em 1937 – não assumia uma dimensão ‘restauradora’ no sentido de um ‘retorno’ a um certo período datado”, não havia momento à qual regressar, não seria um renascimento de vínculos passados, mas sim um recomeço, “a ‘restauração’ era aí perfeitamente compatível com um novo começo, com o ato da verdadeira fundação de um novo Estado”.¹³¹

A ideia da confluência dos interesses volta à tona. Durante o Estado Novo, as ações são centralizadas na figura do presidente Vargas, a propaganda governamental foi baseada na sua proclamada antevisão, segundo a qual todas as ações partiam ou seguiam suas

¹³⁰ CAPELATTO (2003), op. cit., p. 115.

¹³¹ GOMES, Ângela M. de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. p. 21.1

orientações. Alguns dos órgãos criados durante o Estado Novo traçam as políticas e as ações do governo, a exemplo do Conselho de Imigração e Colonização e do Conselho de Minas e Metalurgia, ambos tratarão em ações conjuntas da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, durante a grande estiagem de 1942. Esses três órgãos são somente alguns dos criados durante o Estado Novo para coordenar as ações em direção ao aclamado progresso da nação.

Por fim, os acontecimentos do Estado Novo alardeavam o caminho para um país de trabalhadores. Um país de trabalhadores com muitos desempregados, que beiravam, muitas vezes ao desespero, principalmente por não possuírem acesso aos benefícios trabalhistas e de assistência social. Ficando assim “marginalizados do mercado de trabalho, excluídos da condição de cidadania”, da mesma maneira que os trabalhadores rurais, poder-se-ia dizer, principalmente os que viviam no interior do Nordeste.¹³² Não seria total equívoco fazer tal afirmação, porém mencionar essa relação é entrar em conjunção com a visão que mostra o Nordeste como uma região problema.

3.1 O NORDESTE INVENTADO E POSTO À PROVA

Não se pode resumir a região do Nordeste como uma região “problema”. Assim como as outras regiões do país, ela possui uma diversificada realidade sócio-ambiental. O litoral é próspero, com grandes cidades e com uma grande população, existe também a chamada zona da mata, onde a agricultura é farta e grande impulsionador econômico, principalmente com a cultura da cana-de-açúcar de larga escala. E é claro, existe também a região do semi-árido, onde o índice pluviométrico é menor devido à presença de uma geografia acidentada pelas chapadas e grandes cadeias de montanhas, que impedem a penetração de nuvens para o interior da região. Contudo, antes de ser encarada como uma região-problema, vale salientar que o local não sofre simplesmente com a falta d’água, mas principalmente com a má administração dos recursos hídricos existentes. Antes de ser uma dificuldade puramente ambiental, a seca no nordeste do Brasil é também portadora de uma significativa questão social.

Quando a oligarquia nordestina descobriu, nos anos que compreendem o fim do século XIX, a possibilidade de utilização da questão “seca” como fundo para angariações de verbas, de projetos e de obras de desenvolvimento, instaurou-se a chamada indústria da seca. Junto destes interesses oligárquicos, muitas vezes a título de corrupção e desvio de verbas, um

¹³² CAPELATTO (2003), op. cit., p. 122.

imaginário regional passou a circular nas outras localidades do país. De tempos em tempos, os jornais do sul veiculavam notícias alarmando a existência de uma nova seca, da mesma forma que iniciavam campanhas para auxílio aos co-irmãos nordestinos. A região passou a ser encarada também como infértil, improdutiva, e um peso para o progresso da nação.

Ao mesmo tempo em que o Brasil estava se readaptando, no cenário nacional, a região Norte, que compreendia as atuais regiões Norte e Nordeste, estava sendo modificada. Principalmente para diferenciar o Norte da floresta amazônica do outro Norte, cujos estados eram banhados pelo oceano atlântico, para estabelecer diferenças entre a região chuvosa e úmida da floresta e a região de estiagens e secas. O “Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área”.¹³³ As secas da região são o início de um processo de diferenciação desses estados atingidos, em contraposição às demais localidades do país. Antes da seca o Nordeste era o local do Engenho de açúcar, dos senhores de engenho, dos escravos e quilombolas, antes de 1877 a região já era considerada atrasada e marginalizada na sociedade brasileira, com o advento da república cafeeira esse processo somente iria se acentuar.

O [termo] Nordeste já nasce, portanto, associado à ocorrência do fenômeno das secas, que passa a ser quase um monopólio desse espaço, já que as demais áreas do país passam a sofrer estiagens e não secas, assim como passa a monopolizar a expressão sertão, para se referir às terras que ficam no interior, já que este também ficou associado no imaginário nacional ao espaço de ocorrência das secas.¹³⁴

Se no fim do século XIX o Nordeste passa a ser pensado como região geográfica, mas somente nos anos 1920 esse processo do surgimento do Nordeste enquanto região que engloba a geografia, o povo e a cultura, terá maior visibilidade. Neste momento é que se configurou o que chamamos de regionalismo nordestino. Essa construção da identidade regional daquilo que é “ser nordestino” é criado tendo como ponto de partida uma série de produções das mais distintas áreas do conhecimento.

[...] a área localizada entre o norte e o leste, vai sendo dotada de significados, vai sendo preenchida com imagens e textos que vão produzindo, em grande medida, a forma como vemos e dizemos a região ainda hoje, assim como seus habitantes. Políticos, jornalistas, escritores, poetas, pintores, historiadores, sociólogos, folcloristas, vão articular toda uma produção cultural em torno desta idéia de Nordeste, tornando este espaço visível e dizível, tornando essa designação um

¹³³ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 81.

¹³⁴ ALBUQUERQUE Jr. (2007), op. cit., p. 99.

conceito em torno do qual se articulam demandas econômicas e políticas e se elabora um conjunto de narrativas e de símbolos que o vão definir.¹³⁵

Essa reconfiguração do Nordeste deu-se na urgência do movimento modernista de 1922, na realidade tanto a paulicéia, que fora gestada por este movimento, representada pelo grupo dos verdes-amarelos¹³⁶, quanto o imaginário do ser nordestino serão impulsionados principalmente pela oposição. É quase como se uma região fosse contraposta à outra. Em suma, a paulicéia se configurou como uma região de modernização e desenvolvimento industrial, e o Nordeste como uma região de tradição e de relações patriarcais. O pensamento modernista que partiu de São Paulo e se enredou por outros estados tinha por princípio uma redescoberta do Brasil, tinha por objetivo encontrar o Brasil diferente daquele clássico e afrancesado. Os paulistas do movimento modernista de 1922 buscavam a essência do ser brasileiro. Sendo que o movimento “condena esteticamente o regionalismo naturalista e busca integrar o elemento regional a uma estética nacional”,¹³⁷ de modo que o regionalismo “aparece então como uma mediação necessária para se atingir a nacionalidade, assegurando o ingresso do país na modernidade”.¹³⁸ Contrapõe-se aos pensamentos regionalistas do século XIX, principalmente dos regionalismos separatistas, reafirmando a ideia de nação integrada em todas as regiões.

Os modernistas buscavam erigir uma identidade nacional que contivesse aspectos de todas as regiões, ao mesmo tempo em que exaltavam a sociedade paulista pela sua modernização industrial e pelo seu desenvolvimento econômico. É incoerente o fato de querer desestruturar os regionalismos criando hierarquias entre as contribuições dos estados que compunham o país. Esse pensamento modernista terá oposições, não somente entre os acadêmicos classicistas da Escola Nacional de Belas Artes e da Academia Brasileira de Letras, mas também nos demais espaços do país. No Nordeste, não será diferente, a oposição entre Norte e Sul iniciada desde a ascensão do café e o declínio das atividades agrícolas do

¹³⁵ ALBUQUERQUE Jr. (2007), op. cit., p. 100.

¹³⁶ “Entre eles [os vários grupos modernistas] incluem-se os verde-amarelos, cuja atuação ao longo de três décadas (1920-1940) denota, a nosso ver, profunda articulação ideológica voltada para a constituição de um projeto de hegemonia paulista na organização nacional. Sustentando a ideia da primazia intelectual de São Paulo sobre os demais estados da federação, e identificando a região como matriz da nacionalidade brasileira, esses intelectuais, inicialmente articulados no grupo Verde-Amarelo e Anta (década de 20), e mais tarde no grupo Bandeira (década de 30) mantêm sempre viva a defesa do nacionalismo de cunho autoritário e conservador. Sua produção literária se exerce concomitantemente à atuação em cargos políticos de âmbito estadual: Menotti Del Picchia e Plínio Salgado são eleitos deputados pelo Partido Republicano Paulista (PRP), Cândido Motta Filho torna-se assessor da bancada paulista à Constituinte e Cassiano Ricardo desempenha funções de assessoria junto ao governo”. VELLOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1990, p. 8.

¹³⁷ ALBUQUERQUE Jr. (2009), op. cit., p. 68.

¹³⁸ VELLOSO (1990), op. cit., p. 41.

nordeste do país, irá se acentuar também em oposição ao pensamento modernista e a sua composição do Brasil que exalta o estado de São Paulo.

Enquanto a identidade paulista vai ser construída a partir do deslumbramento com a sociedade burguesa, com o moderno, com o urbano, com o tecnológico, a identidade nordestina vai ser construída a partir da reação conservadora à sociedade capitalista que está se implantando no país, em detrimento das elites tradicionais do espaço que estava se tornando o nordeste.¹³⁹

Grande parte dos debates da época seja modernista, ou então em oposição a este, tinham por intuito a criação de uma identidade nacional, a elaboração de um pensamento voltado para toda a nação. O movimento modernista em especial buscava exaltar a modernização do país, porém não copiando esteticamente os países considerados desenvolvidos. O pensamento modernista revolucionou o campo das artes ao exigir dos artistas uma postura de elaboração do imaginário de nação absorvendo as correntes européias e as adaptando à realidade nacional. O pensamento central era criar um Brasil que tivesse personagens brasileiros e não europeizados. Por isso do fato de o nacional ser a figura dramática central no debate modernista, mesmo quando o europeu entrava em cena, deveria ser como colaborador para a construção desta nação, e não como modelo já pronto que deveria ser copiado.

Não pensavam assim os membros da classe dominante letrada do Nordeste. E em oposição à identidade buscada pelos modernos, os nordestinos encabeçados por Gilberto Freyre, organizaram em 1924 o Movimento Regionalista e Tradicionalista e também o Centro Regionalista do Nordeste, os quais ajudaram a pensar e construir essa ideia de Nordeste contrária ao movimento moderno paulista. Durante o Congresso Regionalista do Recife, organizado pelo Movimento Regionalista, no ano de 1926, foi redigido “o *Manifesto regionalista do Nordeste* [que] registra o seu protesto contra a homogeneização, criticando o estilo citadino de vida, a cultura urbana ocidentalizada, enfim, a nova realidade do pós-guerra”.¹⁴⁰ O encontro ocorrido durante o carnaval da cidade pernambucana, na época ainda detentora do título de capital do Nordeste, tratou dos assuntos relativos à construção do imaginário nordestino.

Esse movimento e a forma como pensou a região é fundamental para que nós entendamos porque, ainda hoje, o Nordeste é pensado como o lugar da tradição, enquanto São Paulo é pensado como o lugar do moderno, do desenvolvido, do em dia com o tempo presente, forma como o Movimento Modernista, contra o qual o

¹³⁹ ALBUQUERQUE Jr. (2007), op. cit., p. 102.

¹⁴⁰ VELLOSO (1990), op. cit., p. 37.

Movimento Regionalista se levantava, pensou e disse o ser paulista, notadamente o ser paulistano. O movimento regionalista pensou o Nordeste a partir de uma rejeição ao mundo moderno que se implantava, de uma repulsa à sociedade burguesa, urbana e industrial, que dava claros sinais de implementação em uma cidade como o Recife.¹⁴¹

A oposição ao sul e a construção do Nordeste e do “ser nordestino” originou-se no seio do Movimento Regionalista a partir de duas visões diferentes, ambas baseadas e/ou amparadas em Gilberto Freyre. A primeira visão se concentra no pensamento do próprio sociólogo, onde a imagem do Nordeste é a imagem do engenho açucareiro da época colonial, da sociedade escravocrata e paternalista, tendo sua principal expressão no livro *Nordeste*, de 1937, pertencente à Coleção Documentos Brasileiros.¹⁴² A segunda visão, por sua vez, tem como foco o Nordeste sertanejo e algodoeiro, centrado principalmente em quatro temáticas: a seca, o coronelismo, o cangaço e o messianismo, ou fanatismo religioso. Tem como principal expressão o livro *O outro Nordeste*, pertencente a mesma coleção só que de autoria de Djacir Menezes. No prefácio à 1ª edição do livro *Nordeste*, Freyre escreve:

Aqui apenas se tenta esboçar a fisionomia daquele Nordeste agrário, hoje decadente, que foi, por algum tempo, o centro da civilização brasileira. Do outro Nordeste traçará o perfil para está coleção [Coleção Documentos Brasileiros] um dos conhecedores mais profundos de sua formação social – Djacir Menezes.¹⁴³

Os títulos dos trabalhos publicados pelos dois estudiosos já denotam a existência de mais de uma interpretação do Nordeste. O *Nordeste* de Freyre se distingue do *Outro Nordeste* de Menezes. A justificativa de Gilberto Freyre é geográfica. Enquanto ele trataria de temas relacionados ao Nordeste açucareiro, região mais próxima do litoral, Djacir Menezes falaria do nordeste interiorano, da terra seca, do coronelismo, do cangaço, representando as duas visões dessa região do país.

A visão do Nordeste açucareiro de Freyre se encerra em um olhar ecológico com vistas para a interação entre ser humano e natureza na composição da sociedade da cana-de-

¹⁴¹ ALBUQUERQUE Jr. (2007), op. cit., p. 101.

¹⁴² A coleção “Documentos Brasileiros” foi organizada pela Livraria José Olympio e teve como primeiro e principal diretor Gilberto Freyre, à época já consagrado pelo sucesso de *Casa Grande e Senzala*. A coleção tinha por intuito revelar um material muito rico sobre a história do Brasil para uma melhor compreensão e interpretação do passado do país nos seus aspectos mais significativos. A coleção contou com 107 títulos, sendo o primeiro, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e o último do mesmo autor intitulado *Visão do Paraíso*. Escreveram para a coleção o próprio Gilberto Freyre, com dez títulos, o primeiro fora *Nordeste*, livro número 4 da coleção, seguido pelo livro de Djacir Menezes. Entre outros autores, estavam, Afonso Arinos de Melo Franco, Lindolfo Collor, Euclides da Cunha, Nelson Werneck Sodré, Luís Câmara Cascudo, Rodolfo Garcia, etc. FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a Coleção de Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

¹⁴³ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. São Paulo: Global, 2004. p. 37.

açúcar. Ela é baseada em uma dimensão folclórica do objeto de discurso, ou seja, busca exaltar o folclore regional, para dar mais ênfase ao seu olhar sobre o Nordeste. Ação que fez difundir entre a população esse imaginário no decurso da década de 1930, principalmente quando essa “ideia de popular se confunde com as de tradicional e antimoderno, fazendo com que a elaboração imagético-discursiva Nordeste tenha enorme poder de impregnação nas camadas populares, já que estas facilmente se reconhecem em sua visibilidade e dizibilidade”.¹⁴⁴

Dizer que esta forma de ver o mundo difundiu-se entre a população significa afirmar que ela chegou até as camadas populares de alguma forma. Diferentemente do acontecido no congresso regionalista de 1926, cujos participantes do evento e do movimento regionalista pertenciam à classe dominante agrária nordestina, que assistia a sua própria decadência, contínua e lentamente. As camadas populares têm acesso às obras com esse caráter regionalista através, principalmente, da literatura e da pintura, quando escritores como o próprio Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Ascenso Ferreira, durante os anos 20 e 30, prosseguindo com a música de Luiz Gonzaga, Zé Dantas, Humberto Teixeira nos anos 40, tendo como representante Ariano Suassuna, na década de 1950. “Pintores como Cícero Dias e Lula Cardoso Ayres, o poeta Manuel Bandeira, os romancistas Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, embora guardem enormes diferenças entre si, possuem em comum esta visão do Nordeste e dela são construtores”.¹⁴⁵

O outro olhar apresentado por Djacir Menezes busca retratar um Nordeste forte, baseado na masculinidade, na rudeza, na rispidez do homem nordestino, da força do fenômeno do cangaço, da fé ou do fanatismo. Será a busca por um Nordeste forte, mas ainda assim arcaico, que não consegue se acostumar de maneira alguma com o progresso, com a modernidade. Terra dos coronéis, dos beatos, dos sertanejos retirantes e flagelados, uma região em que a seca sempre paira sobre os anos e as mentes dos homens e das mulheres dessa região do país.

Este Nordeste, construído a partir do que seria a realidade sertaneja, vai retomar aquelas imagens e aqueles enunciados que haviam sido produzidos, no século XIX e início do século XX, em torno do sertão, do sertanejo e da seca. Figuras como as do flagelado e do retirante, ou mesmo a narrativa da retirada, temáticas que vão surgir, por exemplo, na literatura cearense do final do século anterior, vão ser retomadas e agora agregadas ao conceito de Nordeste. Ao contrário do Nordeste das elites açucareiras, este Nordeste é descrito como uma região de terras áridas, gretadas, onde só predomina o verde do juazeiro ou a vegetação de cactos, vegetação hostil, agressiva, espinhenta, como o próprio homem que aí habita, descendente mestiço da

¹⁴⁴ ALBUQUERQUE Jr. (2009), op. cit., p. 92.

¹⁴⁵ ALBUQUERQUE Jr. (2009), op. cit., p. 93.

coragem e vigor dos homens brancos, capazes de embrenhar e conquistar aquelas matas, e do indígena rebelde, aqueles que resistiram até o último momento.¹⁴⁶

Esta visão de Nordeste influenciou muitos autores, na sequência desta publicação, na verdade, esta interpretação de região já deriva de outras mais antigas, ganha nova vida nos anos 1930, igualmente a visão freyriana. Muitos dos autores que foram influenciados pela visão de Gilberto Freyre também trabalharão com essa visão de Djacir Menezes, até mesmo porque ambas não são contraditórias, mas sim complementares, pois cada qual fala de uma região geográfica e de determinada atividade econômica. Assim sendo, as visões de nordeste de Freyre, ou de Menezes, irão influenciar as obras mais distintas que se possa imaginar, desde os autores ideologicamente conservadores até mesmo aqueles de inspiração comunista. Estas visões, e principalmente a do Nordeste seco, se disseminarão no imaginário nacional, sendo tratadas, muitas vezes, como a única realidade daquele lugar. O que leva muitos brasileiros a imaginar que na região a seca é a única paisagem existente, desconsiderando toda a gama de diversidade natural dos estados que compõem o nordeste do Brasil.

Nos mesmos anos 1930, há outro enfoque dado pelos escritores e intelectuais sobre o Nordeste e o ser nordestino, esse enfoque é baseado em uma interpretação marxista da sociedade e do contexto histórico da região. São os intelectuais vinculados, principalmente, ao Partido Comunista do Brasil, e entre eles um dos expoentes desse movimento foi Jorge Amado. Se os escritores que seguiam a trajetória de Freyre viviam na aquiescência de um nordeste saudosista, atrelado ao passado do engenho e da cana-de-açúcar, este, marxista, também estará vinculado ao modelo apresentado por Freyre, porém irá além. Especialmente naquilo que tange a busca por uma visão de futuro, um futuro pautado pela revolução socialista.

Se o pensamento do Movimento Regionalista irá ver a região como oposição ao sul, os membros do PCB também irão tratar desse tema, porém não mais com uma visão conformista que transita entre um passado glorioso e um presente decadente. Essa visão marxista pensara o Nordeste como o lugar da revolução, onde a opressão do coronel e a existência dos grupos de cangaceiros são a essência da luta de classes. Esse seria o lugar ideal para que os trabalhadores oprimidos pudessem se levantar.

A imagem e o texto do Nordeste passam a ser elaborados a partir de uma estratégia que visava denunciar a miséria de suas camadas populares, as injustiças sociais a que estavam submetidas e, ao mesmo tempo, resgatar as práticas e discursos de revolta popular ocorridos neste espaço. Estes territórios populares da revolta são

¹⁴⁶ ALBUQUERQUE Jr. (2007), op. cit., p. 106.

tomados como prenúncio da transformação revolucionária inexorável. As terríveis imagens do presente servem de ponto de partida para a construção de uma miragem futura, de uma espacialidade imaginária que estaria no amanhã, de um espaço de utopia.¹⁴⁷

Todo esse imaginário aliado às designações da estética oficial implementada na União Soviética, chamada de Realismo Socialista, deveria direcionar as produções culturais de um determinado país para a revolução dos trabalhadores. Assim foi no México, em Portugal, e também aqui no Brasil. Muitos não seguiam à risca todas as designações, mesmo porque muito dessa estética perdia-se nas diversas adaptações ocorridas até chegar ao Brasil. No país, como expressão de um olhar marxista, se aproximavam Graciliano Ramos, Jorge Amado, João Cabral de Melo Neto, a pintura dos aspectos sociais de Di Cavalcanti e Candido Portinari e os cineastas do Cinema Novo da década de 1960. Absorvendo algumas características tradicionais da maneira de pensar o Nordeste, estes escritores e artistas irão criticar uma conjuntura social e econômica que empreende uma forte opressão ao homem simples do campo, ao mesmo tempo em que vão reproduzir o estereótipo do Nordeste e do nordestino.

Mesmo nesse momento de profusão dos ideais socialistas através de palavras e imagens, como será aprofundado neste trabalho, o estereótipo do Nordeste e a construção de uma identidade nacional que perpassa por uma distinção das regiões se conforma na diferença, na oposição. A criação do “Nordeste não é feita apenas por seus intelectuais, não nasce apenas de um discurso sobre si, mas se elabora a partir de um discurso sobre e do seu outro, o Sul”. Significa dizer que um só existe em decorrência da existência do outro, “o Nordeste não é uma invenção não apenas nortista, mas, em grande parte, uma invenção do Sul, de seus intelectuais que disputam com os intelectuais nortistas a hegemonia no interior do discurso histórico e sociológico”.¹⁴⁸

3.2 NAS PALAVRAS DE GRACILIANO RAMOS

A migração ocasionada pelas estiagens na região nordeste foi apresentada também através das palavras de Graciliano Ramos, a seca foi tema para muitos de seus escritos. Contudo, de todas as suas produções, aquela que se mostra mais importante para este trabalho, é *Vidas Secas*, publicado no ano de 1938.

¹⁴⁷ ALBUQUERQUE Jr. (2009), op. cit., p. 208.

¹⁴⁸ ALBUQUERQUE Jr. (2009), op. cit., p. 117.

Nordestino de Quebrangulo, no estado de Alagoas, nasceu em 27 de outubro de 1892, primeiro de dezesseis irmãos. Em menos de vinte anos, muda-se quatro vezes, de Quebrangulo para Buíque, em 1895, município do estado de Pernambuco, de lá retorna para Alagoas, para o município de Viçosa, em 1899, depois para Maceió, em 1905. Por último, passa a residir em Palmeira dos Índios, também em Alagoas, na data de 27 de outubro de 1910. Reside um ano no Rio de Janeiro, entre 1914 e 1915, retorna ao Nordeste, devido ao falecimento precoce de três irmãos e um sobrinho, vítimas da peste bubônica.

Graciliano estabeleceu-se em Palmeira dos Índios, lá se casou com Maria Augusta de Barros, com ela teve quatro filhos, entre os anos 1915 e 1920. Neste último ano, ocorre a morte de sua esposa ao dar à luz o quarto filho do casal, uma menina nomeada Maria Augusta, que pelo ocorrido, fora batizada com o nome da mãe. Mantém-se na cidade, quando, em 1927, elegeu-se prefeito, empossado em 1928. No mesmo ano, casa-se novamente, desta vez com Heloísa Leite de Medeiros, com ela tem mais quatro filhos. No ano do golpe de 1930, em abril, renuncia ao cargo de prefeito, para morar em Maceió, onde é nomeado diretor da Imprensa Oficial de Alagoas, demitindo-se no ano seguinte. Já em 1933, é nomeado diretor da Instrução Pública, cargo vinculado à secretaria do estado da educação, no mesmo ano lança seu primeiro livro, *Caetés*, trabalho iniciado em 1925.

Já no ano de 1936, foi preso pelo governo Vargas e transferido para o Rio de Janeiro. Deste período de um ano na prisão decorre o livro *Memórias do Cárcere* publicado *post-mortem*, em 1953. Ganha sua liberdade no ano de 1937, e em 1939 é nomeado Inspetor Federal de Ensino Secundário do Rio de Janeiro. No ano anterior, 1938, publica seu quarto livro *Vidas Secas*, que narra a história de Fabiano, Sinhá Vitória, os meninos e a cachorra Baleia. Em 1945, assim como muitos intelectuais de sua época, filia-se ao PCB – Partido Comunista do Brasil.

Segue publicando vários livros, escrevendo para jornais, no ano de 1952 excursiona pela União Soviética, Tchecoslováquia, França e por Portugal. No mesmo ano de 1952, fora operado sem sucesso em Buenos Aires devido a um câncer localizado no pulmão. Falece na cidade do Rio de Janeiro na data de 20 de março de 1953.¹⁴⁹ Ao todo publicou 16 livros,

¹⁴⁹ “Nasceu em 1892, em Quebrangulo, Alagoas. / Casado duas vezes, tem sete filhos. / Altura 1,75. / Sapato n.º 41. / Colarinho n.º 39. / Prefere não andar. / Não gosta de vizinhos. / Detesta rádio, telefone e campainhas. / Tem horror às pessoas que falam alto. / Usa óculos. Meio calvo. / Não tem preferência por nenhuma comida. / Não gosta de frutas nem de doces. / Indiferente à música. / Sua leitura predileta: a Bíblia. / Escreveu "Caetés" com 34 anos de idade. / Não dá preferência a nenhum dos seus livros publicados. / Gosta de beber aguardente. / É ateu. Indiferente à Academia. / Odeia a burguesia. Adora crianças. / Romancistas brasileiros que mais lhe agradam: Manoel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Jorge Amado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz. / Gosta de palavras escritas e faladas. / Deseja a morte do capitalismo. / Escreveu seus livros pela manhã. / Fuma cigarros "Selma" (três maços por dia). / É inspetor de ensino, trabalha no "Correio do Manhã". / Apesar de o

tendo em seu currículo mais duas traduções, *Memórias de um Negro*, em 1940, do estadunidense Booker T. Washington, e *A peste*, do franco-argelino Albert Camus, em 1950.¹⁵⁰

Uma vida movimentada, de idas e vindas, de muitas andanças e migrações, na maioria das vezes por motivos alheios à vontade do escritor. Da política para a atividade literária, e de lá para a educação, a trajetória de Graciliano mostra-se paralela às narrações de seus livros, perpetuando antigas certezas e rompendo com algumas verdades absolutas. O fato de seus livros inserirem-se dentro de um modelo ressaltado por Durval Muniz não os engessa somente àquela apresentação, seja perpetuando questões relativas ao passado – transformado em glorioso pelo movimento regionalista – ou mesmo apresentado como uma região opressiva e oprimida por natureza, pronta para a sublevação como queria o PCB. Os escritos de Ramos tendem a retratar um Nordeste diferente do que comumente estavam habituados a crítica literária e os leitores, porém é verdade que não muito distinto.

Neste momento da história do país e da cultura nacional, durante a década de 1930, o movimento modernista aflora como principal escola artística. Especialmente através da vinculação deste movimento com o governo Vargas, já que o próprio presidente buscava se desvencilhar das ações empreendidas pelos governos anteriores. Chegando a afirmar, alguns anos depois, que aquelas “forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do modernismo na literatura brasileira [...] foram as mesmas que participaram, no campo social e político, da revolução vitoriosa de 1930”.¹⁵¹ O uso do modernismo foi muito referendado durante os anos que abrangeram o Estado Novo, sem, é claro, deixar de lado as ações empreendidas nos primeiros anos de governo. Entre elas destacam-se as mudanças nos gabinetes diretores de entidades como a Escola Nacional de Belas Artes, e, também instituições criadas por Vargas, como o Ministério da Educação e Saúde Pública. Local onde

acharem pessimista, discorda de tudo. / Só tem cinco ternos de roupa, estragados. / Refaz seus romances várias vezes. / Esteve preso duas vezes. / É-Ihe indiferente estar preso ou solto. / Escreve à mão. / Seus maiores amigos: Capitão Lobo, Cubano, José Lins do Rego e José Olympio. / Tem poucas dívidas. / Quando prefeito de uma cidade do interior, soltava os presos para construir estradas. / Espera morrer com 57 anos.” RAMOS, Graciliano. *Auto-Retrato*. Disponível em: <<http://www.graciliano.com.br/grporelemesmo.html>> Acesso em: 19 out. 2011.

¹⁵⁰ Todos os dados biográficos presentes neste texto foram retirados do site oficial do escritor Graciliano Ramos: <<http://www.graciliano.com.br>>. Também presentes no livro; RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 110ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

¹⁵¹ Discurso proferido por Getúlio Vargas na Universidade do Brasil em 28 de julho de 1951. Apud VELLOSO, Mônica Pimenta. Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In.: DELGADO, Lucília de A. N.; FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: O tempo do Liberalismo Excludente*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 170-171.

passaram a concentrar-se figuras conhecidíssimas do modernismo brasileiro, como Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade.¹⁵²

O próprio Graciliano Ramos, neste momento, inserido em uma estética modernista, trabalha para o Governo Vargas, o mesmo que o manteve preso por quase um ano. E há neste episódio algo instigante, Graciliano é preso em 1936, aparentemente por suspeita de comunismo, não se tem ao certo por qual acusação, sendo solto em 1937. No ano seguinte, precisamente em 29 de agosto de 1938, envia ao presidente Getúlio Vargas uma carta de três páginas dizendo não saber o “por quê?” de sua prisão, assim como reclama ao presidente de ter sido retirado de seu trabalho em Alagoas, quando transferido para Rio de Janeiro, e de estar desempregado após sua soltura.

O faz com certa ironia, elencando alguns fatos, como o de que fora trazido ao Rio e que a comissão repressora concedeu-lhe “hospedagem durante onze meses. Sem motivo, suprimiu-se a hospedagem, o que me causou transtorno considerável”. Mesmo sendo um tanto quanto ácido nos comentários a respeito de sua prisão, não fora preso novamente. Ressaltando na carta a necessidade de conseguir um emprego, pois, após a sua soltura, ficou “necessário que eu trabalhe, não apenas em livros, mas em coisas menos aéreas. Ou que o Estado me remeta ao ponto donde me afastou, porque enfim não tive intenção de mudar-me nem de ser literato”.¹⁵³ Todavia, finaliza demonstrando respeito e admiração pelo presidente, a quem chama de Sr. Dr. Getúlio Vargas.

Aparentemente, e não há possibilidade de uma constatação absoluta, a carta surtiu o efeito desejado. Ocorre que no ano seguinte, 1939, Graciliano foi empossado no cargo de Inspetor Federal de Ensino Secundário do Rio de Janeiro, empregado pelo governo e escrevendo artigos para jornais, assim como seus livros a exemplo de *Vidas Secas*. O livro em questão surgiu “aos pedaços”, ele foi inicialmente publicado nos jornais e revistas da época em forma de contos, para suprir as despesas de Graciliano,

A expressão *romance desmontável*, aplicada a *Vidas Secas* por Rubem Braga, tornou-se lugar-comum na crítica literária. É certo que capítulos foram publicados isoladamente, a título de contos, em jornais e revistas, e, por insistência do editor José Olympio, segundo confissão do autor, acabaram por desenvolver-se e transformar-se em romance.¹⁵⁴

¹⁵² VELLOSO (2003), op. cit., p. 149.

¹⁵³ RAMOS, Graciliano. *Carta a Getúlio Vargas*. 29 de Agosto de 1938. Disponível em: <<http://www.graciliano.com.br/manuscritos/cartaGV.html>> Acesso em: 20 out. 2011.

¹⁵⁴ MALARD, Leticia. *Ideologia e realidade em Graciliano Ramos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976. p. 65.

As vidas secas de Fabiano, Sinhá Vitória, do filho mais velho, do filho mais novo, da cachorra Baleia e do papagaio que não sabia falar, estas existências empobrecidas pelo ambiente, pela falta d'água, pela opressão da patronagem, são retratadas em um ambiente áspero, que os forma com estas mesmas características. A ordem do livro também foi modificada pelo autor, de modo a começar com a seca e terminar com ela. Na realidade não finaliza, principalmente porque apresenta essa ação como recorrente na região Nordeste, em alguma cidade do interior dos sertões nordestinos.

O local e o desenrolar dessa história ressaltam vários aspectos do sertanejo, do homem e da mulher acostumados com a lida do campo, Fabiano trabalhador rural, homem de poucas palavras, principalmente por não saber usá-las. Suas ações assemelhavam-se a instintos, muitas vezes equiparado a um animal como a cachorra Baleia, que não fala, mas raciocina e busca compreender a sociedade de seu modo. Sinhá Vitória é a companheira de Fabiano, que, segundo o marido, é mais esperta que ele em questões de números e contas, cujo sonho é uma cama de couro para dormir confortavelmente.

Os meninos, sem nomes, chamados de menino mais velho e menino mais novo, que brincam com o mundo sem ter certeza das coisas que acontecem à sua volta. O mais velho entusiasmado para entender o que era “Inferno”, que, pela falta de habilidade dos pais com palavras, recebe cascudos como recompensa pela curiosidade aguçada. Ao mesmo tempo em que o menino mais novo idolatrava Fabiano, para ele o pai era como um herói, ao vê-lo montar na égua alazã e rodopiar no lombo do animal indomado vestido de couros e esporas. Sonhava ser igual a ele, pondo-se à prova ao meter-se sobre o velho bode, montar e cair, a vergonha da falha somente se igualava à admiração e ao anseio de ser como o pai.

Assim é como Graciliano retrata o homem e a mulher do campo, os filhos e os animais domésticos, de pouquíssimas palavras, facilmente passados para trás, formado e conformado pelo ambiente, traduzido nos gestos, nas aspirações materiais e culturais, enfim, ser humano coagido pela opressão do poder patriarcal e dos patrões corruptos. Através destes, “o leitor revive os acontecimentos como um passado, [...] como uma vida pertencente à humanidade, e aqui um passado que se estende ao presente: o homem brasileiro esmagado pela opressão capitalista, pelo embrutecimento e pela miséria que lhe são inerentes”.¹⁵⁵ Da mesma maneira que estes personagens se movem pela relação estreita que traçam com seus sonhos e aspirações, esta opressão é apresentada pelo autor e várias vezes referendada pelos

¹⁵⁵ MALARD, op. cit., p. 13.

pensamentos de Fabiano, ao ser passado para trás pelas forças opressoras do patronato, da política e da polícia.

Roubado pelo patrão, “não podia dizer em voz alta que aquilo era um furto, mas era. Tomavam-lhe o gado quase de graça e ainda inventavam juro. Que juro! O que havia era safadeza. – Ladroeira”. Dizia ser passado para trás pelo governo, pelo cobrador de impostos da prefeitura, que o impediu de vender o porco magro que havia matado, mas “ali não havia porco, havia quartos de porco, pedaços de carne”.¹⁵⁶ Assim como o soldado amarelo e as forças do governo que o colocaram a dormir na cadeia, sem que tivesse feito nada de errado, que podia ser vingado ao estilo dos cangaceiros, e Fabiano tinha vontade para isso, mas ao mesmo tempo “– Governo é governo”¹⁵⁷, e faltaram-lhe forças para fazê-lo.

Se pudesse mudar-se, gritaria bem alto que o roubavam. Aparentemente resignado, sentia um ódio imenso a qualquer coisa que era ao mesmo tempo a campina seca, o patrão, os soldados e os agentes da prefeitura. Ele estava acostumado, tinha a casca muito grossa, mas às vezes se arrelia. Não havia paciência que suportasse tanta coisa.

– Um dia um homem faz besteira e se desgraça.

Pois não estavam vendo que ele era de carne e osso? Tinha obrigação de trabalhar para os outros, naturalmente, conhecia o seu lugar. Bem. Nascera com esse destino, ninguém tinha culpa de ele haver nascido com um destino ruim. Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação espantar-se-ia.¹⁵⁸

As tensões sociais permeavam a vida de Fabiano, de modo que desejava em muitos momentos uma melhor instrução para poder lidar melhor com estas situações, não ser roubado e conseguir realizar seu desejo de uma vida melhor. “Quando se tenta precisar em que consistem as ‘dificuldades’ da vida rural aparecem três tipos de respostas [...]: a miséria e a falta de conforto; o trabalho ‘duro’; a incerteza da produção; a impossibilidade de melhoria”.¹⁵⁹ O grande sonho de Sinhá Vitória, e, por extensão, ou por grande insistência da esposa, também de Fabiano, era uma cama de lastro de couro. “Fazia mais de um ano que falava nisso ao marido. Fabiano a princípio concordara com ela, mastigara cálculos, tudo errado. Tanto para o couro, tanto para a armação”.¹⁶⁰ Economizando daqui e dali. Eles conseguiriam comprar alguma coisa, não fossem as dívidas contraídas na fazenda. Conseguiriam algum dia comprar a cama de lastro de couro?

¹⁵⁶ RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 110ª Ed. Rio de Janeiro: Record. 2009. p. 95-96.

¹⁵⁷ RAMOS, op. cit., p. 107.

¹⁵⁸ RAMOS, op. cit., p. 97.

¹⁵⁹ DURHAM, op. cit., p. 114.

¹⁶⁰ RAMOS, op. cit., p. 40.

Outra vez sinha Vitória pôs-se a sonhar com a cama de lastro de couro. [...] Tinha de passar a vida inteira dormindo em varas? Bem no meio do catre havia um nó, um calombo grosso na madeira. E ela se encolhia num canto, o marido no outro, não podiam estirar-se no centro. A princípio não se incomodara. Bamba, moída de trabalhos, deitar-se-ia em pregos. Viera, porém, um começo de prosperidade. Comiam, engordavam. Não possuíam nada: se se retirassem, levariam a roupa, a espingarda, o baú de folha e troços miúdos. Mas iam vivendo na graça de Deus, o patrão confiava neles – e eram quase felizes. Só faltava uma cama. Era o que aperreava sinha Vitória.¹⁶¹

O caminho para Fabiano alcançar a felicidade era um pouco mais longínquo. A vida no sertão era dura, havia poucos momentos de felicidade, e sempre que eles aconteciam o homem era puxado para a sua realidade, uma realidade opressiva, que lhe chamava a atenção pela imobilidade. Seu avô passara a vida cortando mandacarus e ensebando látégos, domando éguas, cuidando de vacas, de cabras, de porcos, plantando na campina seca, assim seu pai também tocara a vida, assim era Fabiano, bruto, e desta maneira seriam seus filhos. “Quando crescessem, guardariam as reses de um patrão invisível, seriam pisados, maltratados, machucados por um soldado amarelo”.¹⁶² Os personagens da história narrada por Graciliano Ramos estão

próximos à natureza, mas ao mesmo tempo dela afastados por uma relação de trabalho alienado, os personagens de *Vidas Secas* parecem ser símbolos do ser social em seu processo de evolução histórica. É nesse sentido que se pode dizer que a natureza é a questão aí: natureza e trabalho.¹⁶³

A ideia de construção desta sociedade opressiva que se traduz na busca constante da liberdade e da felicidade, gesta Fabiano e sua família. Não é a toa que a história começa e termina com a marcha da retirada. O livro inicia com a descrição da cena da busca, o capítulo é intitulado de “Mudança”. “Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos”. A marcha, a caminhada fatigante procura a todo momento um ponto de esperança para qualquer alívio. “Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe [...]. Os juazeiros aproximaram-se, recuaram, sumiram-se”.¹⁶⁴ A fuga era cíclica, a seca tornaria a ocorrer, não tardaria muito, mesmo nos anos de bonança, ou quando o despotismo da água acabasse, as enchentes do sertão não passassem de uma lembrança e findassem as chuvas, o sertanejo tornaria ao ser migrante.

¹⁶¹ RAMOS, op. cit., p. 44-45.

¹⁶² RAMOS, op. cit., p. 37.

¹⁶³ BASTOS, Hermenegildo. Inferno, alpercata: trabalho e liberdade em *Vidas secas*. In.: RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 110ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 133.

¹⁶⁴ RAMOS, op. cit., p. 9.

Por enquanto a inundação crescia, matava bichos, ocupava grotas e várzeas. Tudo muito bem. E Fabiano esfregava as mãos. Não havia o perigo da seca imediata, que aterrorizava a família durante messe. A caatinga amarelecera, avermelhara-se, o gado principiara a emagrecer e horríveis visões de pesadelo tinham agitado o sono das pessoas. De repente um traço ligeiro rasgara o céu para os lados da cabeceira do rio, outros surgiram mais claros, o trovão roncara perto, na escuridão da meia-noite rolaram nuvens cor de sangue. [...]. Mas aquela brutalidade findara de chofre, a chuva caíra, a cabeça da cheia aparecera arrastando troncos e animais mortos.¹⁶⁵

Caíra a chuva, e mesmo com a brutalidade que ameaçava a vida das pessoas, ou os possíveis deslocamentos para fugir da enchente, mesmo assim, Fabiano e Sinhá Vitória estavam felizes. Com a chuva o fantasma da seca ficava longe, mas não tardaria a chegar. A estiagem rondava a cabeça do sertanejo, acontecesse o que fosse, a imagem da seca e as lembranças dos tempos ruins estariam sempre presentes. Nas festas populares, na missa, na cadeia, nas brigas, no trabalho, no descanso, no sono, nos sonhos, a falta de água conduzia o caminho do sertanejo, e também do patrão, que tinha lugar para fugir, mas perdia muito com a estiagem. Essa relação de sofreguidão, de presença do imaginário da seca, de futuro incerto, está no decorrer do livro de Graciliano.

Nas páginas e capítulos desvelam-se ações distintas, com visões e personagens diferentes para cada narração, nas quais a fala e os pensamentos dos personagens estão ligados intrinsecamente à figura do narrador. Não se sabe ao certo quem fala, e de onde fala. O fato de narrar, contar, traçar uma linha de acontecimentos díspares na vida desta família, ora com um, ora com outro, traduz esta relação em uma experiência mútua, tanto para o escritor quanto para o leitor, sem deixar de fora os personagens, que se situam em um universo à parte. Estão ligados à história, entretanto são reconhecíveis e reproduzíveis em outras figuras. Quantas famílias de sertanejos nordestinos se parecem com a de *Vidas Secas*? É de se pensar na mistura que o autor faz, nesta relação que se estabelece com o leitor, este “modo de compor abre a narrativa à busca do outro. Aí se materializa o ponto de vista ideológico do escritor”.¹⁶⁶

O narrador, aquele que encaminha a história, transita entre o universo da ficção e do mundo real, a experiência do escritor, sua vivência e sua sabedoria são incluídas nas páginas quais se imprimem a trajetória das vidas secas. A história adquire a forma impregnada de uma realidade exacerbada, mais do que real, muitas vezes exagerada, tratando o real como algo muito mais cruel, verdadeiro, áspero, que a própria noção de verdade, ou dos acontecimentos

¹⁶⁵ RAMOS, op. cit., p. 65-66.

¹⁶⁶ BASTOS, op. cit., p. 130.

compreendidos como reais. Assim, Fabiano é muito mais animalesco que o sertanejo nordestino, os meninos são muito mais brutos que deveriam ser, a vida ganha uma roupagem sobre-humana, expressando uma faceta da realidade para qual o autor quer chamar a atenção.

Dessa forma, não existe direcionamento da história. A narração da vida desta família é direcionada pelos acontecimentos díspares ocorridos entre dois grandes momentos de seca, contudo é reservado ao leitor a possibilidade de “interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação”.¹⁶⁷ As ações da família ficam situadas em momentos distintos do tempo, e ao leitor é reservada a possibilidade de completar as lacunas entre os acontecimentos.

A falta de informação dá esta possibilidade de interpretação, assim como ao narrar a trajetória de Fabiano, Sinhá Vitória, os meninos e da cachorra Baleia, o autor não encerra as possibilidades com um fim definitivo, ele guia a ação para um momento no tempo e no espaço. A migração define-se como saída aos problemas enfrentados no sertão, ao mesmo tempo em que pode ser traduzida como fatalista, sem saída, no campo a única solução é o caminho para a cidade. Esta migração é decidida pelos personagens, ela é o fim da história e o início de outra, esta última a critério do leitor, a retirada do nordeste fica para que o leitor guie os personagens, dando inúmeras possibilidades de destino para os sertanejos em fuga da seca.

A direção da marcha faz-se no caminhar, somente após perder todas as esperanças de um milagre, é que a família pôs-se em retirada, o destino é decidido no decorrer do caminho, povoado de sonhos, de possibilidades e de incertezas. O autor imprime a esperança como guia para os passos pesados das alpercatas, a discussão leva-os a traçar como destino a cidade, não por questões econômicas, mas principalmente por anseio de uma vida melhor.

E andavam para o Sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinhá Vitória e os dois meninos.¹⁶⁸

A rota e o roteiro são conhecidos, já o destino não. O caminhar embalado em sonhos e esperanças de um futuro digno, que não impusesse aos meninos a vida de vaqueiro, e propiciasse um bom descanso para o casal na velhice. Contudo, havia a necessidade de

¹⁶⁷ BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nickolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 203.

¹⁶⁸ RAMOS, op. cit., p. 128.

alcançar este lugar paradisíaco, estabelecer-se nestas novas paragens, as possibilidades insinuadas por Graciliano eram muito grandes, assim também o eram os perigos.

3.3 EXPRESSÃO, INTENÇÃO E FORÇA: DISCUSSÕES DE GRACILIANO RAMOS E CANDIDO PORTINARI

Ainda quando Graciliano encontrava-se na prisão, em 1936, seu livro *Angústia* fora publicado por José Olympio, alguns de seus artigos também tiveram circulação durante sua estada forçada na prisão, o que demonstra que tal cárcere não o impossibilitava de continuar em uma pequena atividade. É interessante também o fato de que Graciliano Ramos já era conhecido como um bom escritor anteriormente à sua reclusão, um escritor de circulação na capital federal. Tanto que seus livros, *Caetés* e *São Bernardo*, foram ambos publicados no Rio de Janeiro, mesmo o escritor residindo em Alagoas.

Esta relativa presença de seus escritos na capital federal já o tornara relativamente famoso, de forma que quando da publicação de seu terceiro livro, *Angústia*, os círculos culturais já o conheciam. E aqueles que ainda não sabiam de quem se tratava terão um contato muito maior no ano de 1937, quando no entorno de sua soltura é agraciado com o prêmio Lima Barreto, concedido pela *Revista Acadêmica*.

Em 1937, essa obra recebe o Prêmio Lima Barreto, concedido pela *Revista Acadêmica* que também lhe dedica um número especial com treze artigos sobre sua obra, escritos por, entre outros, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Jorge Amado e Rubem Braga. À figura do grande romancista, já parcialmente consolidada pela crítica antes de sua prisão, será agregada a imagem do homem íntegro que passara pela violenta experiência do cárcere.¹⁶⁹

Ao tornar-se uma figura conhecida nos círculos culturais do Rio de Janeiro, o escritor irá conquistar novas amizades, que por sua vez possibilitaram a ele novas oportunidades. Além dos já citados, escreveram também nesta edição comemorativa muitos outros nomes da cena cultural carioca. Em agradecimento ao prêmio concedido pela *Revista Acadêmica*, Graciliano escreve uma carta aberta para publicação endereçada a Murilo Miranda.

Estou muito agradecido a você, aos membros do Júri que me conferiu o prêmio Lima Barreto, aos colaboradores que, no último número da “Revista”, contribuíram para melhorar a situação dum romance que nasceu infeliz e arrasta nas prateleiras

¹⁶⁹ SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política*. 2010. 720 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 101.

das livrarias uma existência bastante precária. Se, depois de tantos trabalhos e tantos artigos, ele continuar inédito, a culpa não terá sido dos generosos amigos que tencionaram publicá-lo: você, Annibal Machado, Alvaro Moreyra, Mario de Andrade, Rubem Braga, Peregrino Junior, Tavares Bastos, Oswald de Andrade, Emil Fará, Jorge Amado, Aydano de Couto Ferraz, Bezerra de Freitas, João da Silva Mello, José Bezerra Gomes, Paulo Saraiva, Portinari, Adami e o misterioso Nicolau Moutzuma [...].¹⁷⁰

Estas figuras apontadas por Graciliano em seu agradecimento permearam sua vida na cidade do Rio de Janeiro até a data de sua morte. Estiveram juntos em muitas vezes, manifestaram-se publicamente em tantas ocasiões, muitos chegaram até mesmo a militar conjuntamente no PCB, a partir do ano de 1946. De todas estas personalidades representativas da intelectualidade nacional, uma em especial é cara a esta pesquisa, Candido Torquato Portinari.

Possivelmente esta amizade inicia-se com a execução do “Retrato de Graciliano Ramos”, um retrato em carvão e crayon sobre papel, de aproximadamente 32cm x 27cm, assinada pelo pintor, datada de 1937, e dedicada ao escritor “Para o Graciliano com um abraço de Portinari 937”.¹⁷¹ Esta imagem serviu de ilustração aos escritos da edição especial em honra a Graciliano Ramos, publicados pela *Revista Acadêmica*, em maio de 1937. Por isso, o agradecimento do escritor ao pintor em sua carta, que é datada de 11 de junho de 1937. A amizade iniciada nesta relação entre o pintor e seu modelo traduz-se nas diversas produções dos dois nos anos que seguem ao de 1937.

Esta amizade será importante para a compreensão das produções relativas à migração ocasionada pela seca. Tanto a de Graciliano Ramos, *Vidas Secas*, quanto os trabalhos de Candido Portinari, da série *Retirantes*, ambos terão semelhanças relativas aos laços de amizade que uniam estes dois. Tal relação pessoal iria se desenvolver durante toda a década de 30 e 40 do século XX, tendo fim somente com a morte de Graciliano, nos anos 1950. Há de se estabelecer um pequeno parênteses quanto ao grau desta ligação. Para muitos, Graciliano e Portinari eram muito próximos. “Portinari era contra bebida, não entrava bebida na casa dele. Nem a gente pensava nisso; íamos lá e tomávamos um cafezinho. O Graciliano era o único que ele permitia beber. [...] Ele dizia: ‘- Bêbado, só admito o Graciliano’”.¹⁷²

Esta maneira de agir de forma especial com o colega escritor demonstra uma relação diferenciada das demais que estavam estabelecidas. Ao afinar-se ao colega, tanto Graciliano

¹⁷⁰ RAMOS, Graciliano. Uma carta de Graciliano Ramos. In: SALLA, op. cit., p. 624.

¹⁷¹ PORTINARI, Candido. *Retrato de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: único Exemplar. Desenho a carvão e crayon sobre papel. 32,5 x 27,5 cm, 1937. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGs/jpgobras/OAa_3061.JPG> Acesso em: 14/12/2011

¹⁷² AQUINO, Flávio. *Depoimento sobre Candido Portinari* [01 nov. 1983]. Entrevistador: Maria Christina Guido; Rose Ingrid Goldschmidt. Rio de Janeiro: Projeto Portinari. p.13;30.

quanto Portinari se abriram para a discussão de muitos aspectos da sociedade. Um exemplo que pode ser relatado é o fato do escritor, mesmo preso pelo regime ao qual prestava seus serviços no estado do Alagoas, tem depois de pouco tempo de liberdade outro emprego para este mesmo governo, desta vez no Rio de Janeiro. O círculo de amizades em volta de Graciliano e Portinari estava presente também nos círculos governamentais. Um exemplo é Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Também Mário de Andrade trabalhava para o governo. O próprio Candido Portinari estava nos idos de 1937 realizando um trabalho para o ministério, os afrescos e os azulejos do novo prédio do Ministério da Educação e Saúde, hoje chamado de palácio da cultura Gustavo Capanema no centro do Rio de Janeiro.

Os trabalhos para o governo sustentavam os artistas da época, principalmente aqueles com algum renome nacional. Mesmo no Estado Novo, onde a função do artista fora definida como “socializadora em nível nacional e unificadora em nível internacional. Deveria cumprir a missão de testemunho social, o que muito ultrapassava a mera produção de beleza. A arte se vinculava ao nacional”. Era vontade dos órgãos governamentais criar durante o Estado Novo a ideia de um novo país, de um grandioso país. À arte caberia o papel de apresentar os sentimentos desta nova sociedade, e “o artista deveria se inspirar em nossos temas e motivos mais típicos. Nesse contexto, a arte se voltou para fins utilitários em vez de ornamentais e, através dela buscou-se ampliar e divulgar a doutrina política do Governo”.¹⁷³

Estando vinculados a uma fonte ideológica como a do Estado Novo, pautado pelo trabalhismo e corporativismo, muitas outras oportunidades foram perdidas¹⁷⁴, tanto para o pintor quanto para o escritor. É de suma importância problematizar esta participação de ambos no governo varguista.

O intelectual que participa de órgãos oficiais ou recebe empreitadas oficiais compromete-se de alguma forma com o quadro ideológico dessa situação, sofrendo suas limitações e imposições, mas também, em alguns casos, pode influir na alteração do referido quadro ideológico, deixando sua marca.¹⁷⁵

Em um estado autoritário como a época, a presença da censura é de fato marcante. Muitas músicas foram censuradas por tratarem de temas considerados não patrióticos. As

¹⁷³ CAPELATO (2003), op. cit., p. 126.

¹⁷⁴ Portinari não conheceu pessoalmente um de seus inspiradores mais admirado, Picasso, porque trabalhou para o governo ditatorial de Getúlio Vargas. Cf.: AQUINO, op. cit.; PORTINARI, Maria. *Depoimento sobre Candido Portinari* [19 nov. 1982]. Entrevistador: Maria Christina Guido; Rose Ingrid Goldschmidt. Rio de Janeiro: Projeto Portinari.

¹⁷⁵ PEDROSA, Israel. *Depoimento sobre Candido Portinari* [06 dez. 1983]. Entrevistador: Maria Christina Guido; Rose Ingrid Goldschmidt. Rio de Janeiro: Projeto Portinari. p. 68.

músicas que falavam contra o trabalho foram proibidas de circular durante o Estado Novo. Controlados pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Federal –, os meios de comunicação veiculavam somente aquilo que fosse permitido e liberado pelo Estado.

De acordo com o decreto que lhe deu origem, o DIP tinha como principais objetivos centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país; promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo.¹⁷⁶

Promover o país e evitar qualquer tipo de propaganda que o prejudicasse, era este o papel central do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo. Recorrendo à censura para impedir toda atividade que viesse a incorrer em difamação à índole do país e de seus habitantes. Deste modo, havia muitos financiamentos de produções que deveriam exaltar a nação, “para os ideólogos do regime [...] a arte deveria estar voltada para fins utilitários, e não ornamentais. Ampliar o acesso à arte significa nessa concepção, ampliar a própria esfera de abrangência da doutrina estado-novista”. As produções culturais, após passarem pela censura, poderiam servir para doutrinar os trabalhadores, urbanos ou rurais, que muitas vezes tinham acesso a esta produção através do rádio, dos jornais, dos livros. Assim o “DIP e o Ministério do Trabalho agiriam em íntima conexão, pois ambos tinham como ponto comum a elaboração de uma política cultural destinada ‘as camadas populares’”.¹⁷⁷

Apropriando-se de expressões, idéias e valores populares, o regime buscava sintonizar-se ideologicamente com o conjunto da sociedade. Para obter essa sintonia, de um lado a censura, de outro certa flexibilidade ou tolerância com os valores que se mostrassem capazes de serem integrados à ideologia oficial.¹⁷⁸

Contudo, as ações empreendidas por Graciliano Ramos e Candido Portinari destoaram desta propaganda ideológica do regime estado-novista. No caso do pintor, após

¹⁷⁶ DEPARTAMENTO de Imprensa e Propaganda – DIP”. In.: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>> Acesso em: 17 ago. 2011.

¹⁷⁷ VELOSO (2003), op. cit., p. 168-169.

¹⁷⁸ VELOSO (2003), op. cit., p. 169.

realizar trabalhos contratados pelo Estado onde “Portinari pinta os painéis do Monumento Rodoviário e do Ministério da Educação (1936-1944) com tema de exaltação ao trabalho”, o pintor realiza, por sua própria vontade, os “Retirantes”. A série é uma “denúncia social: *Menino Morto, Enterro na Rede e Retirantes*, demonstrando, o amadurecimento de uma consciência ideológica libertária, anticolonialista, nacionalista e popular”.¹⁷⁹ O mesmo acontece com Graciliano Ramos.

O que melhor caracterizou a inconseqüência ideológica do Estado Novo foi sua permanente preocupação com a repressão às idéias políticas, ao lado de certa tolerância no terreno das idéias estéticas. Esta inconseqüência cristaliza-se e exemplifica-se magistralmente no ocorrido em relação a Graciliano Ramos. Em 1936, Graciliano é destituído do cargo de diretor de Instrução Pública de Alagoas, por delito político, sem acusação formal, e encarcerado por 11 meses sem culpa formada. Em 1938, publica “*Vidas Secas*”, livro cuja essência ideológica era o maior desafio ao pretensão ideário do Estado Novo. No entanto, em 1939 é nomeado inspetor federal de Ensino. Em 1945 [assim como Portinari] filia-se ao Partido Comunista do Brasil.¹⁸⁰

A relação do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP com as produções culturais é diferente conforme o meio de difusão, ressaltando-se principalmente o relacionamento entre a música e o rádio, e as pinturas e as salas de exposição, da mesma forma que os livros e a circulação das editoras. A presença do DIP deu-se de maneira intensa nas músicas e nos materiais escolares, deixando de lado outros produtos do meio cultural. Mesmo o livro de Graciliano Ramos, ou as telas de Candido Portinari tecendo críticas ao modo de vida dos brasileiros do campo no nordeste do país, mostrando o tratamento com desprezo que recebiam, o governo nada fez para impedir tais publicações.

Ambos, Graciliano e Portinari, neste momento de suas vidas já eram muito conhecidos em suas áreas de atuação, até mesmo no exterior. Esta “negligência” do DIP pode ser entendida, dentre inúmeras possibilidades, de dois modos: ou o departamento não se importava com estas produções culturais, que destoavam do universo do trabalhador urbano nacional, principal alvo das políticas de doutrinação do DIP, ou encarava estas ações como ficção.

A relação mais provável era a de censurar e impedir que a veiculação de ideias subversivas fosse apresentada aos trabalhadores nacionais, e o horizonte cultural popular dos brasileiros nesta época se concentrava em torno da radiodifusão.

¹⁷⁹ PEDROSA, Israel. *Depoimento sobre Candido Portinari* [06 dez. 1983]. Entrevistador: Maria Christina Guido; Rose Ingrid Goldschmidt. Rio de Janeiro: Projeto Portinari. p. 69.

¹⁸⁰ PEDROSA, Israel. *Depoimento sobre Candido Portinari* [06 dez. 1983]. Entrevistador: Maria Christina Guido; Rose Ingrid Goldschmidt. Rio de Janeiro: Projeto Portinari. p. 70.

Para consolidar a ideologia estado-novista e torná-la assimilável pela população, era preciso dar atenção à música popular, um reduto da cultura das classes pobres. Com a instituição do Dia da Música Popular Brasileira, organizavam-se shows com os artistas populares. Mas o controle era rígido: os compositores eram obrigados a submeter suas canções à censura prévia. Para se ter uma idéia do que isso significava, [...] só em 1940 foram vetadas 573 letras de músicas.¹⁸¹

Da mesma maneira, foram realizadas censuras prévias, nos jornais, nas peças teatrais e nos filmes exibidos em salas de cinema.¹⁸² Tendo como matriz definidora de sua função também a censura à literatura social, o DIP não agiu sobre o livro *Vidas Secas*, assim como sobre as pinturas de Candido Portinari, mesmo este setor não estando vinculado ao âmbito de censura do Departamento. Possivelmente por não se enquadrarem naquilo que o governo considerava “cultura popular”, poucos eram os brasileiros que sabiam ler e escrever, poucos ainda eram aqueles que frequentavam exposições artísticas e museus. Estas obras não se enquadravam naquilo que se apresentava ao DIP como formas de influência aos trabalhadores nacionais, com ideias que destoassem do ideário estado-novista voltado ao trabalho e a construção da nação. Lembrando que os principais alvos da propaganda e do combate direto do governo, além dos ideais comunistas e anarquistas, eram a malandragem e a vadiagem.

Estando presentes no círculo de relação do Ministério da Educação e Saúde Pública, tanto Graciliano Ramos quanto mais Candido Portinari enquadravam-se no planejamento levado a cabo em duas frentes durante todo o governo Vargas, principalmente no Estado Novo.

[...] o do Ministério da Educação (dirigido por Gustavo Capanema) e o do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (encabeçado por Lourival Fontes). Entre essas entidades ocorreria uma espécie de divisão do trabalho, visando a atingir distintas clientelas: o Ministério Capanema voltava-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal; enquanto o DIP buscava, através do controle das comunicações, orientar as manifestações da cultura popular.¹⁸³

Desta forma, havia então dois modos de doutrinação, aquele das camadas sociais menos favorecidas e aquele das classes dominantes privilegiadas, ou ao menos com acesso a educação formal. Estes modos de doutrinação eram encarados de maneiras distintas pelos dois

¹⁸¹ CARMO, Paulo Sérgio do. *História e ética do trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Moderna. 1998, p. 122.

¹⁸² Para saber mais sobre a censura do DIP: Em Jornais Cf; OLIVEIRA, Lucia Lippi de. O Intelectual e o DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema*. Rio de Janeiro: Editora da FGV. 2001. Pg 54. No Teatro Cf; PEREIRA, Victor Hugo Adler. Os intelectuais, o Mercado e o Estado na modernização do Teatro brasileiro. In.: BOMENY, op. cit., p. 66. No Cinema Cf; SOUZA, Carlos Roberto de. Cinema em tempos de Capanema. In.: BOMENY, op. cit., p. 160.

¹⁸³ VELOSO (2003), op. cit., p. 149.

órgãos, ao mesmo tempo em que o governo incentivava pesquisas de temas relativos à cultura popular, principalmente encabeçados pelo grupo de modernistas que se agrupava ao redor de Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Havia também, outro grupo de modernistas que se organizavam do DIP. Enquanto o Ministério da Educação incentivava pesquisas em torno da temática popular, o DIP orquestrava ações para doutrinar este tipo de produção cultural, na qual o samba era uma das maiores expressões.¹⁸⁴

A evidência da maturidade definitiva da dita consciência nacional era, segundo Fusco, a proliferação de livros, de discursos, enfim: a produtividade cultural do Estado liderado por Vargas. Produtividade inegável, a história da política cultural varguista já é bastante estudada pela historiografia. Mas se pensarmos que o que se produzia era a versão avassaladora de uma realidade política a partir da junção de propostas de cunho pedagógico com a propaganda estatal, além do recurso ao terror como instrumento de negação da pluralidade, concluiremos que os termos apresentados por Fusco têm sua razão de ser. Mas devem ser lidos ao avesso. Não que o Estado fosse a encarnação da consciência que tomava posse da realidade nacional, mas, ao contrário, que as ações estatais visassem ao controle da realidade a partir do estabelecimento da consciência nacional como horizonte último do que podia ser considerado “razoável” nos discursos.¹⁸⁵

A produção artística de Graciliano Ramos e Candido Portinari se concentrava, principalmente, nos arredores do Ministério da Educação. Sua produção visava, então, à composição de uma arte erudita, voltada para a educação do povo. Este era o trabalho de Graciliano e também fora o de Portinari nos murais do prédio do Ministério da Educação. Sendo assim, as produções de ambos estavam livres da censura prévia do DIP, pois estas seriam veiculadas para um público seletivo, proveniente de uma classe dominante letrada, e não, como no caso do samba, para a massa de trabalhadores. “Assim, não era preciso proibir a circulação dos livros de um autor como Graciliano Ramos, bastava ensinar ao leitor que eles discutiam uma realidade social degradada pelo atraso ou pelas intempéries naturais”, demonstrando que fora o próprio governo quem possibilitou está tomada de consciência, incentivando ações de conhecimento “da realidade nacional”.¹⁸⁶

Mantendo-se no ambiente propício à criação que fora o mecenato de Capanema, tanto Graciliano quanto Portinari tiveram a possibilidade de criar sem serem podados. Como

¹⁸⁴ “[...] Acreditamos que essa atitude ambígua por parte do regime refletia a própria diversidade de orientação cultural entre o Ministério da Educação e o DIP. Os intelectuais eram incentivados a pesquisar sobre o assunto, podendo até mesmo enaltecer os aspectos positivos da cultura africana. O que não poderia ocorrer era o samba continuar difundindo valores que fugiam ao controle do Estado. O público que lê pesquisas é bem diferente daquele que escuta no rádio as composições dos sambistas. Para cada público uma estratégia.” VELOSO (2003), op. cit., p. 165.

¹⁸⁵ FARIA, Daniel. Realidade e consciência nacional. O sentido político do Modernismo. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007. p. 395.

¹⁸⁶ FARIA, op. cit., p. 398.

não foram alvo de censura, suas obras não tiveram de se adequar exatamente àquilo que queria o governo. Este contexto fora propício para a exposição de suas ideias e, muitas vezes, também de sua ideologia. Todavia, as obras de Graciliano e de Portinari se mantinham no círculo a que foram direcionadas. Inicialmente, ambas as criações se deram para uma classe social privilegiada, uma classe dominante letrada, que consumia obras literárias e plásticas, comprava livros e visitava exposições e museus.

Particularmente as obras de Candido Portinari se encerram em sua aura de tradição, o acesso propiciado a poucos faz com que estas obras de arte tenham um grande valor de culto, possuem uma atmosfera de contemplação, apresentada principalmente pela sua autenticidade. A difusão destes quadros, inicialmente, se dá, através de exposições nos diferentes museus do país e, conseqüentemente, no caso de Portinari, em outras partes do mundo.

Contudo, nesta relação de culto entre a obra, o local de exposição e o espectador, insere-se a grande difusão gerada pela imprensa, subjugando o valor de culto ao valor de exposição, substituindo nesta relação à necessidade da originalidade da obra. A partir da grande divulgação proporcionada pela imprensa, seja em jornais ou em revistas ilustradas, as obras de arte passam a ser acessíveis a muitas outras pessoas que não pertencem a esta classe dominante letrada, referenciada anteriormente. “A exponibilidade de uma obra de arte cresceu em tal escala, com os vários métodos de sua reprodutibilidade técnica, que a mudança de ênfase de um polo para outro corresponde a uma mudança qualitativa comparável à que ocorreu na [sua] pré-história”.¹⁸⁷ Aquilo que nas pinturas era exclusivamente cultural, servia para ensinar uma doutrina, como na igreja católica, ou demonstrar riqueza, como na idade moderna, converte-se, devido à grande reprodução, em valor de exposição, onde o valor social da obra de arte, ou seja, a sua mensagem intrínseca, pode ser melhor difundida.

*Generalizando, podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido. Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial. E, na medida em que essa técnica permite à reprodução vir ao encontro do espectador, em todas as situações, ela atualiza o objeto reproduzido.*¹⁸⁸

Tal compreensão sobre as produções artísticas de uma determinada época pode ser transposta para a questão apresentada de Graciliano Ramos e Candido Portinari. Mesmo estas obras não sendo consideradas de circulação popular, também por isso menos suscetíveis a censura, elas ganham os espaços urbanos dos trabalhadores com as reproduções em jornais e

¹⁸⁷ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 173.

¹⁸⁸ BENJAMIN, op. cit., p. 168-169.

demais periódicos. Os escritos de Graciliano Ramos que deram origem ao livro *Vidas Secas* foram, primeiro, publicadas em forma de contos em jornais e revistas de grande circulação como *O Jornal* (2), *Revista Acadêmica*, *Diário de Notícias* (5), *Anuário Brasileiro de Literatura*, *O Cruzeiro* (2), *Lanterna Verde*, *A Manhã*, *Revista do Globo*, todos do Rio de Janeiro, *Folha da Minhas*, de Belo Horizonte e *Diário de São Paulo*, de São Paulo.¹⁸⁹

Ao todo, o escritor publicou, em jornais e revistas, 245 textos, entre contos, cartas, romances, prosas, depoimentos, artigos políticos, etc. Além de publicar muitos artigos na revista *Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros*, principal publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, suas publicações eram intituladas “Quadros e Costumes do Nordeste”, e foram reunidos postumamente no livro *Vivente das Alagoas* (1962). Entre a perseguição política nos anos 1936-37, o trabalho para o Ministério da Educação a partir de 1938, a colaboração para a revista do DIP em 1941-43, sem contar das publicações na revista *Dom Casmurro* e *Diretrizes*, alinhadas com o PCB, o escritor buscava sempre se distanciar do governo que o empregava, mas que, ao mesmo tempo, o havia perseguido e retido de um modo ditatorial e antidemocrático.¹⁹⁰

Os textos de Graciliano Ramos circulavam sem censura pelos mais distintos meios de comunicação, assim como suas críticas sobre a situação dos retirantes nordestinos fugidos da seca e da estiagem. O mesmo ocorria com as obras de Candido Portinari. Além de não sofrer com a censura, e muitas vezes ser defendido pelo próprio Gustavo Capanema, as suas obras não ficavam restritas aos salões de exposição dos museus. Para o pintor, a obra de arte era do povo, e por isso deveria ser pintada para ele. Como muito da cultura popular distanciava os trabalhadores das pinturas de Portinari, o próprio, conscientemente, utilizava-se do muralismo para demonstrar sua concepção de mundo, “La pintura mural es la más adecuada para el arte social porque el muro generalmente pertenece a la colectividad y al mismo tiempo cuenta una historia, interesando a un mayor número de personas”.¹⁹¹ Diferentemente de Graciliano, o pintor não publicava suas pinturas, era necessário que outras pessoas o fizessem, e, mesmo dependendo disto, muitas vezes seu nome era lembrado em jornais e revistas.

Somente no ano de 1944, são 87 publicações comentando sobre o pintor dos mais variados conteúdos, cinco textos falando sobre as pinturas da série *Retirantes*, inclusive com

¹⁸⁹ SALLA, op. cit., p. 692-693.

¹⁹⁰ SALLA, op. cit., p. 704-720.

¹⁹¹ Em uma tradução livre do autor: “A pintura mural é a mais adequada para a arte social porque o muro geralmente pertence à coletividade e ao mesmo tempo conta uma história, interessando a um maior número de pessoas”. PORTINARI, Candido. Sentido Social del arte. In.: GIUNTA, Andrea (Org.) *Candido Portinari y el sentido social del arte*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. p. 313

imagens, em revistas como *Revista da Semana*, *O Cruzeiro*, *Rio*, nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Diário de São Paulo*, apresentando ao grande público, o que muitas vezes fica restrito aos olhares de uma classe dominante letrada. No ano seguinte, 1945, foram encontradas 96 publicações com o tema Portinari, dentre estas, cinco com a temática dos retirantes. Em 1946, mais de 290 menções no Brasil e no exterior, principalmente na França, pois o pintor expôs neste ano na galeria Charpentier. Sendo que destas, mais de 20 textos aludem à série *Retirantes*.¹⁹²

Pois mesmo existindo, segundo o próprio governo, um distanciamento entre o mundo erudito e o mundo popular, eles tendem a se emaranhar em muitos momentos. As obras de Portinari não eram de fácil acesso para toda a população, que teve, graças à reprodutibilidade das pinturas em jornais e revistas, um acesso facilitado a elas. A cultura popular influencia e é influenciada pela cultura erudita, e a recíproca é verdadeira, nem sempre aquilo que era imposto à população, seja de trabalhadores, ou nas escolas, era aceito sem contestação.¹⁹³ Ao mesmo tempo em que o Departamento de Imprensa e Propaganda produzia uma cultura popular para doutrinar o trabalhador brasileiro, este último utilizava-se de subterfúgios para negar esta atitude de “bom moço”. Seja trocando a letra da música durante a roda de samba, ou então, na resistência silenciosa de ler e ver um jornal ou revista.

O relacionamento da cultura erudita com a popular, demonstra um grande relacionamento entre as classes sociais que compunham o Brasil do período Vargas, principalmente pela profusão de ideias elaboradas no país nestes quinze anos. A possibilidade de se falar, quase que abertamente, em um momento delicado qual fora o Estado Novo, tornou este texto em questão, *Vidas Secas*, e a série de três pinturas dos *Retirantes*, denunciando de uma situação de miséria vivida no país. Mas em contrapartida foram utilizadas pelo Estado para demonstrar o problema histórico que o governo enfrentava com ações duras. Seja pela denúncia ou pela cooptação destas ideias, o texto e a imagem tornaram-se símbolos deste assunto. É difícil não recordar da série de pinturas de Candido Portinari quando se trata da seca e dos migrantes que fogem dela. Muito se vê destas pinturas, mas muito ainda pode se questionar, principalmente sobre a composição dos quadros e sua relação com o contexto histórico vivenciado. Isto fica para o próximo capítulo.

¹⁹² Números encontrados no site do Projeto Portinari, relativos às publicações com o tema Candido Portinari, que mencionem o artista ou suas obras.

¹⁹³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das letras. 2006, p. 18.

4 O CAMINHO DAS PEDRAS OU DAS ÁGUAS?: A RETIRADA ENQUANTO DENÚNCIA E ESPERANÇA DE UMA VIDA MELHOR

*Minha vida é andar por este país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando a recordação
Das terras onde passei
Andando pelos sertões e dos amigos que lá deixei.
Chuva e sol, poeira e carvão
Longe de casa sigo o roteiro
Mais uma estação e a saudade no coração!*
A Vida do Viajante - Gonzaguinha

“O meu desejo é que, eliminados os ricos de qualquer modo e os sofrimentos causados por eles, venham novos sofrimentos, pois sem isso não temos arte”. O anseio de Graciliano pelo sofrimento justifica-se na análise de sua obra. Sem a dor não haveria denúncia, e a arte engajada socialmente perderia seu caráter de combate às desigualdades. Mesmo suprimida a dor ocasionada pela manutenção da propriedade privada e das diferenças sociais, surgiriam outros modos de sofrimento. Assim, a dor é para Graciliano, uma das emoções mais fortes presentes na pintura de Portinari. “Dos quadros que você me mostrou quando almocei no Cosme Velho pela última vez, o que mais me comoveu foi aquela mãe com a criança morta”.¹⁹⁴ Além do mais, sem a dor da vida as obras perderiam o seu sentido.

Portinari também pensa desta maneira, e manifestou isto no ano de 1947 em uma palestra na Argentina. Para ele o pintor social é aquele que vive a vida com o povo, e aprende pelas suas necessidades, para depois poder denunciá-la. “Los pintores que desean hacer arte social y que aman la belleza de la pintura en sí misma, son los que no olvidan que están en este mundo lleno de injusticias para formar filas al lado del pueblo, auscultando los anhelos en que éste se debate”.¹⁹⁵

Talvez por isso, muitas coisas dos escritos de Graciliano Ramos e das pinturas de Portinari tendem a exagerar a realidade, transformando-a em algo maior. A pobreza é sempre a mais cruel, a dor é sempre a mais dolorosa, o sofrimento é sempre o mais duro de ser encarado. Esta ação é representativa de uma escola artística em especial, o expressionismo. Surgido no início do século XX na França e na Alemanha, dando origem ao movimento do “*Cubismo* na França (1908) e na corrente *Der blaue Reiter* (‘o cavaleiro azul’) na Alemanha

¹⁹⁴ RAMOS, Graciliano. [Carta] 18 fev. 1946. Rio de Janeiro: [para] Candido Portinari. 2f. Reflexões sobre as obras da série Retirantes. Disponível em: <<http://www.graciliano.com.br/manuscritos/cartaCP.html>> Acesso em: 02 nov. 2011.

¹⁹⁵ PORTINARI, Candido. Sentido social del arte. In: GIUNTA, Andrea. *Candido Portinari y el sentido social del arte*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. p. 317.

(1911)”. Contando também com a colaboração de artistas russos e soviéticos, tendia a apresentar uma realidade exacerbada, de modo a deixar muito claro aquilo que se buscava retratar. Foi inspirada nas obras de “Toulouse-Lautrec, Gauguin, Van Gogh, Munch e Ensor”.¹⁹⁶

o termo tornou-se uma referência para a arte cujas formas não nasciam diretamente da realidade observada, mas de reações subjetivas à realidade. Atualmente, é considerada “expressionista” qualquer arte onde as convenções do realismo sejam destruídas pela emoção do artista, com distorções de forma e cor.¹⁹⁷

Por sua vez, a escola do expressionismo, mesmo não possuindo um grupo homogêneo e fechado, contou com nomes como Ernst Ludwig Kirchner, Karl Schmidt-Rottluff, Heckel, Fritz Bleyl, da primeira geração dos pintores alemães, sendo do grupo do “cavaleiro azul”, Kandinsky, Franz Marc, Alfred Kubin, Alej Jawlensky, e Marianne Werefkin. Também seguiram os moldes do expressionismo pintores como Henri Matisse, George Braque, Wlaminck, Paul Klee e Pablo Picasso.¹⁹⁸

Que Graciliano e Portinari tenham pertencido a esta escola alemã em particular, isso é improvável. Todavia, as leituras e pinturas que influenciaram Graciliano Ramos e Candido Portinari provêm de artistas que em algum momento utilizaram-se deste olhar expressionista. Tem-se como exemplo a influência aceita e proferida de Graciliano Ramos pelos escritores russos Tolstói e Dostoiévsky, “esses russos são uns monstros”,¹⁹⁹ ou então de Portinari referindo-se a Picasso: “Picasso fulmina-me”.²⁰⁰ O relacionamento de Portinari com o expressionismo “não virá do Expressionismo alemão, mas através da interpretação dada pelos [muralistas] mexicanos e por Picasso”.²⁰¹ Sem ressaltar, por questões de falta de tempo, a própria designação da arte comunista, inicialmente com a “Proletkult”, e depois com o

¹⁹⁶ ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 227.

¹⁹⁷ CARVALHO, Luciana dos Santos. *Graciliano Ramos: a dor e a náusea*. 2009. 190 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras/Literatura Brasileira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. p. 38.

¹⁹⁸ ARGAN, Giulio op. cit. CARVALHO (2009), op. cit.. FARTHING, Stephen. *Tudo sobre arte*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

¹⁹⁹ CARVALHO (2009), op. cit., p. 177.

²⁰⁰ Esta frase foi dita em entrevista para o crítico português Mário Dionísio, em 1946, dois anos após a conclusão das obras da série *Retirantes*. Cf: DIONÍSIO, Mário. Portinari, pintor de camponeses. *Vértice*, Coimbra, maio 1946, p. 220. Na mesma entrevista, o pintor deu outra declaração que o leva ao encontro do expressionismo: “– A mensagem vai de epiderme a epiderme. O contrário não é arte. E assim, a parte mais abstrata da obra deste homem conserva sempre uma ligação evidente com a realidade. Dir-se-ia que a sua criação não pode abandonar nunca a condição primeira de estar visivelmente ligada ao mundo objectivo, que mesmo quando a fúria é tanta que não sabe como exprimi-la pelos meio normais e tem de servir-se de planos que fogem à escala comum da realidade visual, o elemento de ligação com os outros não deixa de existir e faz valer, custe o que custar, os seus direitos”. DIONÍSIO, Mário. Portinari, pintor de camponeses. *Vértice*, Coimbra, maio 1946, p. 221.

²⁰¹ ZILIO, Carlos. *A querela do Brasil*. A questão da identidade na arte brasileira: a obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari/1922-1945. Rio de Janeiro: Funarte, 1982. p. 91.

“realismo socialista”. Há também a influencia da visão trotskista de arte, representada no país pelo crítico Mário Pedrosa.²⁰²

Expressionistas ou não, ambos utilizaram-se do realismo exacerbado, que extrapola o conceito de real como algo visível, e vai até o campo do sensível. Assim, tanto o escritor quanto o pintor mantêm-se ligados por algo mais do que laços de amizade, também por questões de ordem estética e política. O migrante Graciliano Ramos encontra o filho de imigrantes, Candido Portinari, que é brasileiro, nascido em 30 de dezembro de 1903, em uma cidadezinha do interior paulista, chamada Brodósqui, hoje Brodowski, que no final do século XIX contava com uma média de 700 habitantes. Vila de cafezais, caminho do trem que carregava o café para São Paulo e dos migrantes que para lá se retiravam em busca de trabalho.

Frequentou a escola até a terceira série do ensino primário, voltando para aos estudos formais somente em 1919, na cidade do Rio de Janeiro, na então Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), com o intuito de estudar pintura. Fala-se muito das proezas juvenis de Candido Portinari, o primeiro desenho, um retrato do maestro Carlos Gomes, ou do primeiro trabalho como pintor ainda em Brodowski, em 1918 ajudando um grupo de artistas viajantes que arrumavam as fachadas das casas e igrejas. Mas o certo é que somente no Rio de Janeiro passou a estudar pintura, e somente muito tempo depois passou a viver dela.

Mesmo tendo a Semana de Arte Moderna como contemporânea, a ENBA ainda pregava um estilo artístico neoclássico. Alguns acadêmicos, outros impressionistas, mas todos prezavam por uma arte fiel aos ditames daquilo que a Missão Francesa de 1815 trouxe ao país. A título de exemplo, a maioria dos quadros premiados nas exposições gerais da escola, chamados simplesmente de “Salão” ou “Salão da Escola Nacional de Belas Artes”, eram retratos inclusive os de Candido Portinari. Quando destoou desta regularidade, sua obra fora recusada.

²⁰² As designações da *Proletkult* eram indicações de como as artes deveriam se comportar na URSS, contudo deixava a sociedade livre para iniciativas particulares que não fossem contrárias à revolução e “afirmava que a literatura [e a arte] deveria servir aos interesses do partido, enviando escritores para visitar canteiros de obras e produzir romances que glorificavam o maquinário”. Já o Realismo Socialista afirmava categoricamente que toda a arte deveria “fornecer um retrato verdadeiro e histórico-concreto da realidade em seu progresso revolucionário”, levando em conta ‘o problema da transformação ideológica e a educação dos trabalhadores no espírito do socialismo’. As artes deveriam exaltar e criar heróis para a nação soviética. EAGLETON, Jerry. *Crítica literária marxista*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 72. Trotsky julgava que a arte deveria ser livre, incentivada pelo Estado, para então passar por uma análise de sentido, se favorável ou contrária à revolução, para daí sim, ser a arte da revolução socialista. “No mais amplo sentido filosófico, e não no sentido estreito de uma escola literária, pode-se dizer com segurança que a nova arte será realista”. TROTSKY, Leon. *Literatura e revolução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. p. 184.

Foi com um retrato que ganhou o seu primeiro prêmio em dinheiro, e foi com retrato que ganhou o prêmio máximo do “Salão”, a viagem ao estrangeiro. Em 1928 foi contemplado pela exposição do retrato do poeta e amigo Olegário Mariano. Embarca para Paris em 1929, e sua estada se estende até o ano de 1931. Volta de lá com poucos quadros na bagagem, mas com uma mudança na sua concepção de pintura. Diz que o que lhe interessa é o popular.

– Sou filho de camponês. Meus pais foram sempre camponeses pobres. Espantá-lo-ei ao disser que não pude tirar mais que a terceira classe de instrução primária? Só mais tarde é que tive um professor de português durante seis meses, e é que fiz, lutando com a extrema pobreza, o curso da Escola de Belas Artes. Assim, não posso esquecer-me deles. São o meu objectivo. Quando fiz os [a]frescos do Ministério da Educação, queriam que eu fizesse a História do Brasil. Tentei. Mas foi impossível. Não saía nada. Depois de estudos e estudos, nada. Então tive de dizer: a minha pintura é pintura de camponês; se querem os meus camponeses, bem; se não, chamem outro pintor. Foi então que, embora numa ordem histórica, fiz a série do “Ouro”, “Fumos”, “Gados”, etc.²⁰³

Os trabalhos realizados após a sua volta da Europa terão o Brasil como tema. O conhecimento de outros artistas fez com que Portinari se voltasse para seu país, e enveredasse pela arte social, pela denúncia das mazelas do povo. Seja na história do Brasil, ou nos acontecimentos de seu tempo. Assim, quando contratado em 1936 para pintar o novo prédio do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), desde 1934 sob o comando do ministro Gustavo Capanema, insistiu em pintar do seu modo. Foi chamado para tal obra principalmente pela sua fama que começava a dar base para a alcunha de pintor nacional. Pois fora premiado no ano de 1934 em Pittsburgh, pelo Instituto Carnegie, com a segunda menção honrosa para o quadro *Café*. Tal empreitada no ministério irá alavancar sua carreira até grandes alturas.

Segue pintando o prédio do MES e compondo outras obras em casa. Como a maioria dos pintores desta época, produz muitos retratos. Já que mesmo com os espaços públicos garantidos à arte moderna, grande parte de suas receitas provinha das pessoas que adquiriam retratos, ou seja, a classe dominante brasileira da época desejava ver-se retratada.²⁰⁴

Ao lado dessa produção, não se pode esquecer o Portinari pintor de retratos e de vasos de flores. Evidentemente que se trata de uma parte de sua obra ligada à sobrevivência. No Brasil, na década de 1930, viver de pintar era realmente uma aventura, que Portinari consegue superar. Mas isso não significa que o trabalho como retratista fosse algo à parte em sua obra. Pois o sucesso nesta modalidade não se dissocia das razões que fizeram também o êxito no restante do seu trabalho. [...].

²⁰³ DIONÍSIO, Mário. Portinari, pintor de camponeses. *Vértice*, Coimbra, maio 1946, p. 223.

²⁰⁴ MICELI, Sérgio. *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1940)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

É um estilo marcado sobretudo pela representatividade, na crença de estar reproduzindo o real.²⁰⁵

Entre a produção das obras em casa, o trabalho de professor da cadeira de pintura da Universidade do Distrito Federal e os trabalhos estatais, o pintor viajava muito. Fosse para exposições individuais, coletivas, mostras, premiações, nestes momentos entrou em contato com muitos outros artistas, e com muitas outras obras, como o caso já citado de Picasso. Em uma ocasião em particular no ano de 1943, inspirado pelo quadro *Guerníca* de Picasso, Candido Portinari pinta toda uma série, intitulada *Série Bíblica*, com oito obras. E, conseqüentemente, segundo o próprio Portinari, dá um salto qualitativo em suas produções com a série *Retirantes* de 1944 que é composta de três quadros, *Retirantes*, *Enterro na rede e Menino morto*.

Nos anos que se seguem, Portinari filia-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB), juntamente com Graciliano Ramos. Candidata-se nas eleições do corrente ano, de 1946, como Deputado Federal por São Paulo, e nas do ano seguinte como Senador também por São Paulo. Com o cerco do governo Dutra, exila-se no exterior, na Argentina e depois no Uruguai, regressando ao Brasil em 1948. No ano seguinte, pinta o gigantesco painel *Tiradentes*. Na primeira metade dos anos 1950, recebe o convite para pintar os painéis doados pelo governo brasileiro à ONU, que serão entregues em 1956, sob o título de *Guerra e Paz*.²⁰⁶ Entre os trabalhos de grandes proporções, participa de inúmeras exposições em bienais de arte, seja no Brasil ou na Europa, como em Veneza, sem contar a grande viagem que realizou até Israel, para realizar exposições a convite do governo daquele país.

Entre premiações, exposições, convites, homenagens, Portinari passa os anos 1950 trabalhando em sua casa, sem produzir outras grandes obras, fica de fora da construção de Brasília, assim como é atacado pelo seu ex-amigo Mário Pedrosa, por estar se distanciando de uma arte inovadora e moderna. Vem a falecer no dia 6 de fevereiro de 1962, na cidade do Rio de Janeiro, vítima de intoxicação por chumbo, presente em altas doses na cor amarela que utilizava para pintar.

²⁰⁵ ZILIO, op. cit., p. 92-93.

²⁰⁶ Portinari foi impedido de inaugurar os painéis na ONU devido à política estadunidense de caça as bruxas contra o comunismo, o que pesou neste caso foi o fato do pintor ter pertencido ao PCB.

4.1 NAS TINTAS DE CANDIDO PORTINARI

No ano de 1970, especificamente em 25 de novembro, abriu no MASP – Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – a exposição *Cem obras primas de Portinari*. Uma mostra individual, distante oito anos do seu falecimento, muitas outras exposições biográficas de Portinari ocorreram após a sua morte, porém poucas reuniram tantas e tão significativas obras da carreira do pintor. Talvez esta não contasse com a notória importância da exposição na Galeria Charpentier na França, em 1946, quando o pintor ganhou a medalha da legião de honra ao mérito do governo francês. Ou como as homenagens nas diversas bienais recebidas durante sua vida e postumamente. Contudo a mostra de 1970 reunia 100 das mais de 500 obras acabadas que se encontravam no Brasil, entre elas constam quadros famosos como *O lavrador de Café*, o seu *Auto-Retrato*, retratos de seu filho e de sua neta, *São Francisco*, muitos quadros sobre Brodowski, a *Série Bíblica*, *Guerra*, *Paz*, e entre diversos outros, os quadros da série dos *Retirantes*.²⁰⁷

Compostos entre 1943-1944, os quadros da série *Retirantes* são uma tentativa expressionista de apresentar mais uma vez a temática social à população brasileira. As obras de Portinari desta fase social buscam, muitas vezes, denunciar as mazelas da sociedade para cumprir o que o pintor chama de seu papel enquanto um artista sensível aos problemas do povo. Os três quadros já referenciados, *Retirantes*, *Criança morta* e *Enterro na rede*, somam-se aos demais trabalhos desta temática, que totalizam, entre estudos, esboços e obras completas, 86 produções cadastradas pelo Projeto Portinari. Há entre elas algumas obras especialmente compostas para a famosa exposição na Galeria Charpentier, entre elas as telas *Criança morta*, *Retirantes*, *Retirantes*, *Grupo* e *Mulher do Pilão*.²⁰⁸

Quando se fala em “série” dos retirantes refere-se aos quadros compostos no ano de 1944 e doados para o acervo do MASP, os primeiros com a técnica do expressionismo. As outras telas foram compostas após o sucesso desta série, e para a exposição na França. O pintor compôs pinturas sobre os retirantes já na década de 1930. A primeira delas foi *Os Despejados*, de 1934, e há outros pintados durante a década de 1950 como, *Retirante*

²⁰⁷ MUSEU de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand. *Cem Obras Primas de Portinari*. [Exposição] São Paulo, nov.-dez. 1970.

²⁰⁸ Nota-se que as telas possuem nomenclaturas homônimas, há duas versões de *Criança morta*, uma de 1944 e outra de 1945 (também chamada de *Menino morto*). Assim como há três versões de *Retirantes*, uma de 1944 e duas de 1945. A de 1944 é a mais famosa das três, e encontra-se no MASP, as outras duas, de 1945, podem ser reconhecidas por outras características principais, a primeira é conhecida também pelo nome de *Retirante da perna de pau* (pelo membro de madeira que possui), a segunda diferencia-se principalmente pela sua reduzida dimensão, enquanto as outras têm mais de um metro, esta possui 38 x 46 cm.

Morrendo, Preparando Enterro na Rede e Retirantes, todas de 1958 que figuram entre as últimas desta temática.

[...] podemos distinguir três momentos estilísticos:
 – as composições da década de 30, clássicas e equilibradas;
 – as composições da década de 40, produzidas sob o impacto de *Guernica*;
 – as composições da década de 50, caracterizadas pelo cromatismo vibrante que a paleta do pintor adquire após a viagem a Israel.²⁰⁹

É central nas discussões sobre Portinari que se leve em consideração todo o conjunto das obras desta temática, porém como destoam entre si naquilo que tange a épocas, técnicas e até mesmo de posicionamento político, reduz-se a interpretação às telas do MASP. Principalmente por sua aparição emblemática na carreira do pintor, algumas das telas pintadas em 1945 também são possuidoras destas mesmas características. É possível vislumbrar, nos diferentes momentos de criação de Portinari, interpretações diversas sobre a temática da migração. O próprio artista ressaltou em algumas entrevistas que os retirantes como os pintava eram fruto das suas lembranças de infância, dos homens e das mulheres que cruzavam meio país em busca de trabalho, passando por Brodowski a caminho de São Paulo tendo como destino as lavouras ou as cidades.

Contudo, há de se levar em consideração a amizade do pintor com Graciliano Ramos, e a leitura do livro *Vidas Secas*. Esta outra relação o auxiliou na composição destas imagens de 1944/45, pois diferem das outras obras, anteriores ou posteriores. A dramaticidade, e a tragédia, sem falar do pessimismo e da relação com o sofrimento, também são marcas fortíssimas da produção de Graciliano Ramos.²¹⁰

A ação expressionista de mostrar o sofrimento do interior dos retirantes e atirá-lo ao observador há de ser pensado como uma decorrência da amizade entre Graciliano e Portinari. Assim as imagens que se tornaram ícones das cenas sofríveis da retirada, ficaram marcadas na memória coletiva através destes quadros de 1944. As obras apresentam o início, o meio e o fim da trajetória do retirante, ele não é em essência migrante, ele se caracteriza assim nos momentos de extrema necessidade. O nordestino não nasce retirante, ele se conforma devido às questões físicas e sociais da região que habita, do mesmo modo que o Nordeste não é somente seca, ali a presença deste flagelo é mais forte. A trajetória do retirante, assim como da região que o forma, aparece nos quadros de Portinari, que, diga-se de passagem, nunca

²⁰⁹ FABRIS, Annateresa. *Portinari, pintor social*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990. p. 108.

²¹⁰ ÂNCORA DA LUZ, Ângela Azevedo Silva Balloussier. *A Fabulação Trágica de Portinari na fase dos Retirantes*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1985. p. 47.

esteve no nordeste do país. A trajetória dos homens e das mulheres migrantes se dá na caminhada, e só será finda na emergência de uma situação mais favorável.

A seca constitui-se na parte inicial. É o princípio. Não possui em si derivação de outro, mas tem depois de si algo a que está necessariamente unida: o êxodo. Este seria o meio. A seca determina o êxodo, a fuga, a busca, através da qual se chega ao fim, última parte da tragédia. Neste caso o fim seria a possibilidade da vida – a sobrevivência – já que deriva do êxodo e nada mais oferece. Seca, êxodo e sobrevivência, as três partes constitutivas do todo uno, presentes na fábula dos *Retirantes*.²¹¹

A fábula é gestada na união da poética e da verossimilhança com a realidade e a possibilidade de ocorrência, ela em si é próxima da história, principalmente pela busca da veracidade. Neste caso, das obras cuja temática refere-se aos retirantes, ela faz-se histórica, pois as cenas retratadas por Portinari ocorrem de tempos em tempos, e são representações criadas pelo artista para disseminar uma situação considerada problema. Passam-se os anos e as obras dos retirantes mantêm-se plausíveis e possíveis de ocorrer no país. O que a história apresenta para esta temática deriva de ocorrências passadas, e as imagens do pintor pautam-se naquilo que ocorreu. Ao espectador sobra vislumbrar aquilo que ainda pode acontecer, o fim da retirada; a sobrevivência ou a morte.

As obras de Portinari, emblemáticas por sua composição visual, por sua mensagem e por seu período, denotam grande carga de denúncia social, todavia sem prejudicar a técnica. Todas as telas pintadas no biênio 1944/45 apresentam grande profusão de cores terrosas, que tem o papel de apresentar conjuntamente a deformação um sentimento de dor para as figuras encontradas na tela.

Cores terrosas utilizadas nos corpos, onde raras pinceladas de laranja aquecem alguns pontos. Além disso os tons frios dos azuis e verdes, empregados com parcimônia, se alternam e se misturam em áreas menores. O chão ocre, marcado por sombras ou ossadas brancas se harmoniza com o colorido dos corpos dos Retirantes. Os fundos se apresentam com céus azuis sombrios, entardecidos e horizontes claros.²¹²

Os braços e pernas esqueléticos contorcidos perante a terra seca que se encontra ao seu redor, a sombra da morte exposta frente à presença dos urubus contrasta com o ventre inchado das crianças, sinônimo das doenças que carregavam pelo consumo de água e comidas impróprias. No meio das paragens por onde andavam, aquilo que conseguiam encontrar era a fome, a sede, a morte. Nos trôpegos momentos de bonança com que se deparavam pela

²¹¹ ÂNCORA DA LUZ, op. cit., p. 47.

²¹² ÂNCORA DA LUZ, op. cit., p. 98.

estrada, corriam o perigo de ser alvo da corrupção, do roubo ou dos assassinatos. A dificuldade da caminhada, e os caminhos tortuosos levavam muitas vezes à morte, mães enterram seus filhos, seus maridos adoentados, as famílias perdiam seus animais companheiros.

Os ossos dos corpos esqueléticos destas pessoas, seus rostos marcados pela dor, transtornados, desfigurados. Cenas tácitas dos problemas enfrentados pelos migrantes nordestinos em épocas de estiagem, marcam a grande expressão destas imagens na apresentação ao espectador. A ausência das paisagens, na maioria dos quadros, toma como foco e personagem principal não somente o retirante, mas principalmente o sofrimento. As deformações apresentadas nas figuras não deixam transparecer a identidade de cada homem, mulher ou criança que percorre a terra seca, ela exprime o sentimento comum a todos eles e a continuidade da desolação, dos muitos quilômetros a percorrer. As roupas já não possuem mais cores, são um amontoado de tecidos rasgados, trapos que mal cobrem o corpo, deixando troncos nus a serem castigados pelo sol.

A família de *Retirantes*²¹³ apresenta na tela nove pessoas disformes, agrupadas de forma piramidal. Um casal ao centro, seus seis filhos e o avô das crianças apoiado em seu cajado, ao seu redor, a família é possuidora de poucas roupas em trapos e retalhos, tem a pele castigada pelo sol e os pés rachados pela andança, os membros ossudos e avantajados, acostumadas ao trabalho na terra seca, mas que no momento tem outro destino pela frente. Um sem número de urubus espera pela fatídica hora do desfalecimento, para que possam se banquetear e manter-se nestas paragens secas, esperando o momento em que a família, que leva sua casa nas costas, caia e se entregue pelo abandono das forças necessárias para manter-se no caminho. “O menino à direita pode ser visto como uma espécie de síntese do retirante”, pelos traços físicos que se caracterizam por um “ventre bojudo, pernas deformadas pela caminhada”, ou então “pela expressividade psicológica – olhos arregalados, boca distorcida, interrogação atônita”.²¹⁴

O *Enterro na Rede*²¹⁵ sugere a morte de uma pessoa, pode ser um homem ou uma mulher, na retirada a morte não vê sexo. O defunto está sendo chorado pela mulher em primeiro plano. Ali se mostra o destino final da vida do retirante, que desta vez não fora o litoral ou a cidade grande, a representação na pintura do que seria o fim daquela viagem

²¹³ PORTINARI. Candido. *Retirantes*. Petrópolis: único exemplar. Paineis a óleo sobre tela. 190 x 180 cm, 1944. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGs/jpgobras/OAa_2733.JPG> Acesso em: 14/12/2011.

²¹⁴ FABRIS, Annateresa. *Portinari, pintor social*. São Paulo: Perspectiva/Edusp. 1990, p. 113.

²¹⁵ PORTINARI. Candido. *Enterro na Rede*. Petrópolis: único exemplar. Paineis a óleo sobre tela. 180 x 220 cm, 1944. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGs/jpgobras/OAa_2734.JPG> Acesso em: 14/12/2011.



Retirantes

Painel a óleo sobre tela. 190 x 180 cm.

1944



Enterro na Rede
Painel a óleo sobre tela. 180 x 220 cm.
1944

traduz o temor em um ato. O carregamento na rede do homem ou da mulher, até a sua cova, a única terra que não precisará ser lavrada a duras penas pelo retirante e na qual a água não lhe fará falta. O sofrimento da retirada está ausente, mas a dor da perda se configura no desespero e no choro das duas mulheres presentes na imagem. Traços em segundo plano esboçam um fundo identificando-o a uma paisagem, as cores terrosas dominam a tela esboçando a poeira da terra nos pés descalços e ossudos, o contorno com um “traço negro para a definição vigorosa do desenho, a cor indefinida que domina o conjunto, a pincelada mais gestual e a textura dão uma unidade quase plana à tela, o que acentua ainda mais o dinamismo e a formação expressiva das figuras”.²¹⁶

A *Criança Morta*²¹⁷ mostra outra família, de pai ausente, que chora a morte de uma criança. Qual *Pietà* de Michelangelo, a mãe chora e tem nos braços o corpo inerte do pequeno filho, torturado pelas marcas do sofrimento. As outras pessoas na tela choram a sua dor, com lágrimas secas, lágrimas de pedra, assim como a paisagem desértica ao seu redor. A expressão do choro e das lágrimas enrijecidas chocam o espectador, pois tamanha é a dramaticidade do evento, elas não eram lágrimas comuns eram “de prantos inenarráveis, que não podiam desse modo ser expressos de forma naturalista”. Eram lágrimas de uma vida inteira, “deviam tornar-se pétreas, a fim de que nenhum vento ou mão pudesse secá-las ou nenhum lenço lograsse enxugá-las”.²¹⁸ O mesmo jogo de cores terrosas compõe o quadro. A presença da cabaça de água e das lágrimas que não chegam ao chão imprime a sensação dos castigos que o sol impõe aos personagens.

As outras telas com a temática dos retirantes, pintadas em 1945, *Retirantes*²¹⁹ e *Criança Morta*²²⁰, apresentam-se com cores monocromáticas, em um jogo mais claro para uma e escura para a outra, respectivamente. Na primeira tela, nos *Retirantes* de 1945, mostra um casal de certa idade iniciando um movimento, o homem idoso apoia-se nos ombros da mulher, constata-se a necessidade de auxílio também pelo cajado que segura na mão esquerda e pela perna de madeira que substitui sua perna esquerda até a altura do joelho. A senhora leva às mãos uma sacola, e no chão encontram-se outros objetos espalhados que pouco

²¹⁶ ZILIO, Carlos. *A querela do Brasil*. A questão da identidade na arte brasileira: a obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari/1922-1945. Rio de Janeiro: Funarte. 1982, p. 103-104.

²¹⁷ PORTINARI, Candido. *Criança Morta*. Petrópolis: único exemplar. Painel a óleo sobre tela. 180 x 190 cm, 1944. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_2735.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

²¹⁸ BENTO, Antonio. Apud ÂNCORA DA LUZ, op. cit., p. 78.

²¹⁹ PORTINARI, Candido. *Retirantes*. Rio de Janeiro: único exemplar. Painel a óleo sobre tela. 180 x 150 cm, 1945. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_5186.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

²²⁰ PORTINARI, Candido. *Criança Morta*. Rio de Janeiro: único exemplar. Painel a óleo sobre tela. 179 x 150 cm, 1945. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_4175.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.



Criança Morta
Painel a óleo sobre tela. 180 x 190 cm.
1944



Retirantes

Painel a óleo sobre tela. 180 x 150 cm.
1945

adiantarão, como o pilão, ou que serão de muita serventia, como a cabaça de água. Ao fundo, um cocho se estende em diagonal dando a impressão de conjuntamente aos idosos formar uma cruz. A cruz carregada à vida inteira pelos retirantes em fugas desesperadas e voltas esperançosas.

Na tela da *Criança Morta*, desvela-se outro falecimento, outro pequeno não aguenta o sofrimento e perece, os seus ossos aparentes contrapõem-se outra vez à barriga inchada, a face da morte e da dor aparecem nos únicos rostos à mostra, o da criança e de sua mãe. Outras pessoas estão pintadas na tela, mas seus semblantes e suas reações não são aparentes. Prostram-se de joelhos em meio a dois cadáveres, um da criança nos braços da mãe e o outro de um homem em segundo plano com as mãos sobre o peito e os dedos entrelaçados. A morte do homem ao fundo pode revelar outras faces da morte no sertão, o assassinato e a emboscada. O cão desmazelado enseja um pedido de atenção retido pelo manifesto desespero dos presentes em cena.

Em criança morta, a tragédia está presente não só nos rostos dos retirantes, mas é acentuada pelo próprio tratamento formal da tela, em que uma pincelada densa, vigorosa aproxima a textura pictórica da escultura. A tela, mais que pintada, dá a impressão de ter sido cavada na madeira. A figura central, que segura a criança morta, tem algo de religioso: o desespero do homem, mais que um drama humano, parece evocar a dor de Maria diante do corpo inerte de Cristo. [...]. A deformação expressiva atinge nessa obra dimensões monumentais: mãos e pés vigorosos, rostos deformados pela dor criam um contraste emotivo com a serenidade do pequeno morto, cujo rosto informe, mais que a perda da vida, lembra a vida em embrião, que não chegou a vingar.²²¹

Portinari traduz a dramaticidade épica dos retirantes e assemelha-os aos dilemas enfrentados por Cristo. A utilização de temas cristãos recorrentes, como o corpo da *Criança Morta*, de 1944, desfalecido nos braços da mãe a exemplo da famosa escultura de Michelangelo, o *Enterro na Rede* como fora o lençol que cobriu o corpo de Cristo carregado pelas mulheres e apóstolos em procissão até o local de seu sepultamento. Outra referência é o velho e a sua esposa, *Retirantes* de 1945, que carregam a cruz prostrada as suas costas. O drama dos retirantes é assemelhado à andança de Cristo em direção ao Monte Calvário. O destino de Jesus Cristo era a ressurreição, e o dos retirantes era a sobrevivência temporária nas cidades litorâneas, ou a busca de trabalho nas grandes cidades do sudeste.

No entanto, Portinari não estava retratando a história dos retirantes, esses acontecimentos eram vívidos na memória recente do pintor. Muitas das cenas são evocadas de sua infância, porém não fora necessário buscar inspiração no passado longínquo, o pintor,

²²¹ FABRIS (1990), op. cit., p. 112.



Criança Morta
Painel a óleo sobre tela. 179 x 150 cm.
1945

assim como os brasileiros do início da década de 1940, viveram a emergência de mais uma seca. No ano de 1942, a estiagem no Nordeste chegou ao ponto limítrofe entre a regularidade anual e a total falta d'água, obrigando o Governo Federal a intervir no auxílio aos flagelados como já fizera em 1932.

Todas esas operaciones llevan a desplazar el cuadro de una posición cómoda frente a la “representación” de una realidad social. En vez de representar una realidad histórica [...] contraponiéndolos a las fuentes históricas que le sirvieron de base, Portinari construye escenarios ideales, simbólicos, sintéticos, que en ese sentido se alejan de la representación pintoresca por un dibujo artificial.²²²

O fato de não recorrer ao passado para pintar estas obras também demonstra a força da denúncia veiculada pelo pintor, o assunto era contemporâneo às produções. A amizade com Graciliano Ramos, aliada à influência de Picasso e do expressionismo, fez com que Portinari direcionasse sua pintura não mais à formação da nacionalidade, mas sim a uma crítica ácida contra o regime varguista. “O pujante trabalhador da década de 30 transforma-se no retirante esquelético. A terra cultivada transforma-se em sertão”.²²³ Mesmo a seca sendo tomada pelo governo como um problema ambiental, de solução impossível, tal denúncia penetra nas mais distintas camadas sociais, pelo poder de disseminação da mídia nacional e internacional.

As obras tiveram tamanha repercussão, dentro e fora do país, que as de 1944 foram rapidamente adquiridas e doadas ao MASP, e a tela *Criança Morta*, de 1945, foi comprada pelo Museu Nacional de Arte Moderna de Paris. Todavia, há de se ressaltar que as telas também foram pintadas em momentos de tensão por causa da II grande guerra. O horror representado pela *Guernica* de Picasso, durante o bombardeio a cidade espanhola é trespassado para o problema social do Brasil. A seca e a guerra ocorreram na mesma época. Outra vez, o governo central possuía outras preocupações tão importantes quanto a seca. Assim, para o pintor, aquele “retirante torna-se um símbolo universal do Homem, vítima da guerra e da miséria. Uma vítima que não perdeu sua grandeza, pois sua força está ainda concentrada nas mãos espalmadas, nos punhos cerrados”.²²⁴

²²² GARRAMUÑO, Florencia. Candido Portinari y Graciliano Ramos. La modernidad disfórica de sus emigrantes. In.: GIUNTA, Andrea (Org.) *Candido Portinari y el sentido social del arte*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. p. 196.

²²³ FABRIS (1990), op. cit., p. 70.

²²⁴ FABRIS (1990), op. cit., p. 70.

4.2 A SECA, O RETIRANTE, A GUERRA E AS “BATALHAS” NO ANO DE 1942

Se em janeiro de 1942 o Brasil rompera relações com os países do Eixo, em agosto do mesmo ano, após uma grande onda de atentados a navios brasileiros, o país declara guerra ao Eixo, entrando no conflito ao lado dos países Aliados. Contudo, as negociações para a participação do Brasil no conflito já advinham de anos anteriores. As relações do país sempre foram amistosas tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos, os acordos comerciais com ambos representavam a grande maioria das ações do Brasil.

Até 1941 o Eixo era configurado principalmente por Alemanha e Itália, e a Aliança por Inglaterra, França, tendo como apoiador externo os Estados Unidos, as potências europeias digladiavam-se nas frentes de batalha, já nos bastidores havia uma luta frenética por aliados e fornecedores de matéria-prima. Em uma destas batalhas por detrás das cortinas tinha como objetivo, tanto para o Eixo, centrado na Alemanha, quanto para os Aliados, centrado nos EUA, conquistar o apoio incondicional do Brasil. Para o Brasil, estar em meio a uma importante batalha por alianças era no mínimo interessante. Principalmente pela oportunidade de se equipar com o melhor que os países mais desenvolvidos naquele momento poderiam lhe dar. O presidente Getúlio Vargas, estipulou como condição ao seu posicionamento a aquisição de uma Indústria Siderúrgica para o Brasil. Quem financiasse tal empreendimento e dispusesse de armamento para que o Brasil pudesse proteger a sua costa, teria então o apoio e o fornecimento exclusivo do país.²²⁵

Dentre Alemanha e Estados Unidos, o que se prontificou inicialmente a financiar tal projeto foram os europeus, os norte-americanos manobravam para que sua iniciativa privada executasse tal ação. “Enquanto o impasse com os norte-americanos continuava, o governo brasileiro iniciava entendimentos com representantes alemães, que acenavam com o apoio total ao projeto siderúrgico e ao rearmamento do país, tão logo o conflito na Europa acabasse”.²²⁶ A proposta alemã configurou-se como a melhor, até a urgência, para os EUA, de um país aliado próximo o suficiente da costa africana, local de um novo *front* da guerra. As novas fronteiras de batalha e declarações de Vargas tendenciosas para o lado alemão motivaram os EUA a financiar o complexo siderúrgico nacional, instalando-o em Volta Redondo no estado do Rio de Janeiro. Obrigando-o também a rearmar os soldados brasileiros, tudo isto em troca do apoio exclusivo do Brasil para os aliados. Em troca o país daria

²²⁵ FERRAZ, Francisco César Alves. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 16.

²²⁶ FERRAZ, op. cit., p. 18.

permissão para a ocupação, por soldados estadunidenses, de algumas bases militares brasileiras localizadas nas regiões norte e nordeste.

O clima de guerra repercutia no país de norte a sul, muitas passeatas foram realizadas para apoiar a decisão do presidente Getúlio Vargas de agosto de 1942. No entanto houve grandes represálias, por parte do governo e da população, contra imigrantes alemães, italianos e japoneses, ocorreram também perseguição contra os grupos nazistas no país e até mesmo aos grupos integralistas que ainda existiam na clandestinidade. As modificações na vida dos cidadãos brasileiros foram sentidas em maior intensidade nas grandes cidades, excluindo-se aqueles que foram enviados à guerra como pracinhas do exército brasileiro, conhecidos como FEB, Força Expedicionária Brasileira, e também os aviadores da FAB, Força Aérea Brasileira. Ambos enviados para combater na Itália ao lado dos aliados. As mulheres também participaram do conflito nos batalhões de enfermeiras, que acompanharam os soldados brasileiros à Europa.

No Brasil, houve a ocorrência de um *front* interno, que significava um conjunto de ações adotadas pelo governo, justificadas como esforço de guerra e que lembravam à população o estado de beligerância, na qual se encontrava o país. Não aconteceram muitos conflitos solo nacional, a guerra concentrava-se na Europa e no norte de África. O mais próximo que os conflitos aproximaram-se do Brasil foram os acontecimentos no Oceano Atlântico, a exemplo dos naufrágios das embarcações comerciais brasileiras efetuadas por submarinos alemães, ou da presença de navios germânicos na costa brasileira.

A rigor, a guerra foi sentida pelo cidadão comum de duas maneiras: a) através das estratégias do governo do Estado Novo de constituir um “*front* interno”, no qual se visava à mobilização dos trabalhadores pela defesa do país e pelo aumento da produção; b) através da escassez e do encarecimento de produtos de consumo cotidiano, devido às dificuldades de importação e à especulação com os preços dos gêneros de primeira necessidade.²²⁷

Contudo a guerra sempre esteve presente no cotidiano dos brasileiros, ela era encarada como um acontecimento longínquo, mas que repercutia no país, transformando o dia a dia do cidadão a cada nova medida imposta pelo governo Vargas. Medidas que eram “dirigidas para instituir a mobilização da população civil diante da guerra, estas iniciativas, no entanto, visavam essencialmente criar uma mobilização segundo os ideais do Estado Novo e não conectadas efetivamente à guerra na Europa”.²²⁸ Tais ações existiam muito mais para

²²⁷ FERRAZ, op. cit., p. 20-21.

²²⁸ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EdUSP/Geração Editorial, 2002. p. 18-19.

justificar as mudanças empreendidas pela presidência, e o envio de soldados para os campos de batalha, do que realmente por temor de que a guerra se estendesse até o país.

Além dos soldados enviados para a Itália, havia outros campos de batalha empreendidos no país pela vontade do governo federal, eram ações que justificavam um grandioso esforço a ser executado durante o conflito. Assim, os trabalhadores foram chamados para as diversas batalhas internas, chamadas de *batalhas da produção*. Ocorrida em diversos ambientes, aparentemente, possuía o intuito de manter o país em plena atividade, a fim de enfrentar qualquer perigo estrangeiro que viesse a atemorizar os cidadãos nacionais. Estas frentes de batalha transformaram o trabalhador em soldado, havendo inúmeras declarações do próprio presidente Getúlio Vargas que exaltavam o trabalhador nacional, e o igualavam aos soldados na Itália, ambos combatendo o perigo nazifascista.

Algumas das ações foram propícias para o governo aliviar as tensões que enfrentava junto ao setor privado, muitos industriais reclamavam do peso que os direitos trabalhistas atribuíam ao seu negócio. Assim, como solução para muitos problemas, o estado de guerra auxiliou o governo a programar um ideário voltado para a democracia nestes “combatentes” internos. Mesmo que muitas vezes a execução desta doutrina fosse antidemocrática, já que restringia os direitos trabalhistas assegurados por lei.

Neste contexto, é fundamental ressaltar que todo esse esforço de propaganda e apelo políticos, dirigido especialmente aos trabalhadores era feito *pari passu* à decretação de uma série de leis que, respondendo às pressões dos industriais (em particular têxteis), suspendia a vigência de diversos direitos trabalhistas. [...] o que transformava literalmente seus empregados em “desertores” em casos de falta e desistência do emprego.

Os trabalhadores, portanto, viviam um momento político muito especial. De um lado, eram forçados a trabalhar em condições em que não tinham vigência vários direitos sociais já garantidos por lei, e, de outro, eram conclamados a assumir um papel central na “*batalha da produção*” desencadeada justamente pelo homem cujo maior título era o de ter outorgado estes direitos sociais.²²⁹

Os trabalhadores eram transformados em *soldados da produção*, que deveriam vencer a *batalha da produção* nacional erigida sob o lema *Trabalho e Vigilância*. Somente assim o país conseguiria se livrar do perigo estrangeiro que assolava as proclamações públicas do governo federal. O governo subtraía direitos trabalhistas e sociais aos operários brasileiros, com a desculpa do estado de guerra, e objetivava implementar uma disciplina militar nos trabalhadores dos diversos setores nacionais. Assim, o governo centralizaria em suas mãos, de uma maneira nada democrática, o controle sobre os trabalhadores e sobre os sindicatos, já

²²⁹ GOMES, Angela M. de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 225.

tutelados pelo Ministério do Trabalho. Havia um grande temor de uma invasão germânica, tal medo fora incutido nos brasileiros pela imprensa que durante a guerra era alvo da censura do Estado Novo, veiculando somente aquilo que o governo permitisse. Assim, nos estados do sul do país, onde a concentração de descendentes e imigrantes alemães e italianos constitui uma grande soma, o ambiente fora muito mais tenso que em outras regiões do país. Os enfrentamentos, a existência de campos de concentração para imigrantes e descendentes, o quebra-quebra, a proibição das línguas italiana e alemã, tornou tenso o ambiente de trabalho e o convívio nestas cidades.²³⁰

Outra grande questão que permeia a participação do Brasil na segunda grande guerra era a da pequena força industrial presente no país no alvorecer dos anos 1940, visto que, segundo os estudos governamentais, eram necessários de cinco até vinte vezes o número de trabalhadores para cada combatente em solo Europeu. O Brasil dispunha à época de seis milhões de homens para a guerra, “seriam necessários trinta milhões de homens na indústria. [...]. Mas o país tinha apenas 1,25 milhão de trabalhadores industriais. Uma vez que cerca de 80% da população do país vivia no campo, seria do interior a contribuição de braços para a indústria”.²³¹ Grande parte da população camponesa do Brasil estava ligada ao trabalho na agricultura, este quadro já vinha se modificando devido ao êxodo rural, e nos anos seguintes iria mudar completamente, a população vivendo nas cidades superaria a do campo. O incremento do trabalho urbano deu-se também, em grande parte, graças à migração dos trabalhadores nordestinos para os centros urbano-industriais do país, eles compunham também o exército da produção. E não somente este. Outro grande embate travado em terras brasileiras ocorrera no território da Amazônia, nos seringais do norte do país, e é chamada de “*Batalha da Borracha*”.

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra em 1941 e com os acordos comerciais travados no ano anterior com o Brasil, os norte-americanos irão requisitar do país o fornecimento exclusivo do látex produzido no país pelos cinco anos que se sucedem ao acordo. Assim sendo, o Brasil venderia aos EUA todo o excedente de sua extração de borracha natural, em troca receberia mais do que o mercado mundial estava pagando pelo produto. A necessidade da borracha para a indústria bélica estadunidense tornava o negócio atrativo para o Brasil. Então o governo Vargas inicia, no biênio 1941/1942, um gigantesco esforço de guerra para o alistamento de “soldados”, e eles eram assim chamados, para

²³⁰ FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis/Itajaí: Ed. da UFSC/Ed. da Univali, 2005.

²³¹ CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 199.

trabalhar nos campos amazônicos extraindo o látex das seringueiras. Deste modo, o seringueiro estaria contribuindo para o esforço de guerra nacional, e deveria ser encarado como um soldado defendendo a sua pátria, do mesmo modo daqueles que pegavam em armas para defender o litoral ou para guerrear na Europa.²³²

A Amazônia, inicialmente, aparecia como a salvação dos aliados para o problema da borracha, porém faltava-lhe a infraestrutura necessária para a exploração de centenas de toneladas. O governo estadunidense providenciara já no início de 1941, um estudo sobre a capacidade de extração da Amazônia, e “de acordo com os cálculos otimistas do estudo, uma produção de 100.000 toneladas implicava 100.000 seringueiros, a serem trazidos, muito provavelmente do árido e empobrecido Nordeste, como nos dias do *boom*”²³³ da borracha no início do século XX. Coincidentemente, o biênio 1941/1942 fora de grande seca para a região Nordeste.

Portanto, o governo Vargas teria uma grande oportunidade de utilizar-se de uma problemática para sanar outra. A expectativa de migrantes levados para o Norte foi de mais de 48 mil pessoas, a maioria de homens adultos, mas estão computados neste número tanto mulheres quanto crianças, que, inicialmente, não preencheriam a vaga de “soldados”. Levados aos seringais do norte do país principalmente por via terrestre, nos anos anteriores quando a seca atingia a região, os retirantes eram levados por via marítima, porém, neste 1942, tal ação temerária havia de ser evitada principalmente pelo medo provocado pelos submarinos alemães, que navegavam pelo Atlântico e já haviam feito muitas vítimas.²³⁴

A seca e a guerra fizeram muitas vítimas brasileiras, na primeira metade dos anos 1940, contudo, o maior número de óbitos não se deu na seca do nordeste, ou nas batalhas travadas na Itália pela FEB ou FAB. O altíssimo número de mortos deu-se na região norte, nos seringais, principalmente pelo despreparo dos trabalhadores e pelas péssimas condições de trabalho a que eram submetidos os soldados da borracha.

Já não havia chovido no ano de 1941, e quando não houve precipitações naquele 1942 a situação agravou-se. Novamente, as cidades viram acorrer às suas portas milhares de retirantes, possivelmente um número atenuado, uma vez que a rota de migração para São Paulo e Rio de Janeiro já havia sido estabelecida nos anos anteriores. A necessidade de

²³² DEAN, Waren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel. 1989, p. 138.

²³³ DEAN, op. cit., p. 138.

²³⁴ O historiador Marco Antonio Villa apresenta 48.785 nordestinos computados por órgãos governamentais, porém insinua a possibilidade de haver uma migração autônoma para a região, podendo elevar consideravelmente este número. VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática. 2000, p.164.

trabalhadores para a indústria em tempos de guerra somente se igualou à necessidade de soldados, seja para a borracha ou para as frentes de batalha.

Os que permaneceram no nordeste tiveram de recorrer às cidades litorâneas. E aos governos locais restou reclamar ajuda ao governo federal, que, inicialmente, implementou a prática de controle de preços, da qual desgostavam os comerciantes, pois em momentos assim lucravam muito com os compradores. “A população retirante, aos cuidados do governo, formava um mercado tentador de dezenas, às vezes, centenas de milhares de “consumidores” – na verdade, só um consumidor: o Estado”²³⁵, que deveria suprir a necessidade alimentícia desses milhares de flagelados. Porém, com o controle de preços os comerciantes pouco lucravam, ou melhor, viam a possibilidade de lucros exorbitantes ser podada.

Os trabalhadores continuavam a procura de empregos nas cidades, o governo, por iniciativa própria do IFOCS tratou de reeditar as frentes de trabalho, empregando o máximo possível de pessoas para que desempenhassem as mais simples funções, e, se fosse possível, o uso das máquinas havia de ser suspenso para que a multidão pudesse se ocupar.

As correntes de migração e movimentação dos retirantes, como já era sabido, acompanhavam as obras estabelecidas pelo DNOCS [IFOCS], e os técnicos, intelectuais e políticos pareciam unânimes em afirmar que “somente os serviços públicos poderiam concorrer ponderavelmente para minorar a situação, que se agravava progressivamente”. No entanto, apesar dos créditos abertos pelo governo federal “para atender ao custeio de diversos serviços a cargo do 1º Distrito da Inspetoria de Sêcas”, chegou-se à conclusão de que “a crise não podia ser tão facilmente superada, como se julgava anteriormente, embora o flagelo fôsse realmente parcial”.²³⁶

As ações do IFOCS não conseguiram dar cabo do altíssimo número de retirantes, e as obras executadas no período entre secas (1932-1942) não foram capazes de armazenar água suficiente para todas as pessoas. Por mais que os acampamentos de trabalho fossem localizados próximos aos açudes, nem todos possuíam emprego ou acesso à água potável. A situação fora constatada como anormal, ou como uma seca de grandes proporções, a ponto de se instalarem na região campos de concentração, que na sequência foram reunidos no campo do Alagadiço, transformado em albergue de passagem para o embarque nos vapores direcionados para o norte.²³⁷ Outras inúmeras ações foram empreendidas pelas prefeituras e

²³⁵ NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH. v. 21, n. 40, jan-jun, 2001. p. 126.

²³⁶ NEVES (2001), op. cit., p. 118.

²³⁷ NEVES (2001), op. cit., p. 119. Conjuntamente à existência de campos de concentração no Nordeste durante a seca de 1942, houve também, na região sul do Brasil, principalmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, campos de concentração para aprisionar suspeitos de cooperação com países membros do Eixo. Cf.: FÁVERI, op. cit.

interventorias, entre elas a construção de estradas de ligação estaduais até interestaduais, como a rodovia transnordestina. Estas ações possibilitaram, em um primeiro momento, o auxílio imediato dos retirantes que acorriam ao litoral, e, em determinados lugares, resolveria o problema, visto que a estiagem era grande, mas não atingira todas as localidades. Contudo, nos pontos mais críticos, milhares de retirantes esperavam uma solução governamental.

A migração mais uma vez tornava-se válvula de escape à calamitosa situação pela qual passava a região. A rota migratória estabelecida pelos primeiros que se aventuraram nos anos 1930 serviu de alternativa, durante o ano de 1942, e, em grande medida, já quando apareceram os primeiros sinais da estiagem em 1941.

Enquanto o Centro-Sul oferecia grandes oportunidades de emprego na indústria e na agricultura (café, e depois algodão), o Norte de Minas, grande parte da Bahia e dos Estados nordestinos, continuavam com uma agricultura arcaica pressionada por elevadas taxas de reprodução demográfica geradoras de desemprego. Não obstante as dificuldades de transporte do Nordeste para o Centro-Sul, a divulgação dos sucessos dos primeiros migrantes nordestinos deu origem ao que Costa Pinto chamou de “ideologia da emigração”, sintetizada na ideia de que “sair é melhorar”.²³⁸

As pressões ocasionadas pela seca e pelas dificuldades financeiras, aliada às notícias de sucesso de outros migrantes, influenciariam, em grande medida, a migração no país, seja de modo a aumentá-la, como no caso dos nordestinos para as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, ou para minorá-la, como ocorreu com a migração destinada à Amazônia. Aonde na sequência da euforia das primeiras levadas voltavam notícias sobre as dificuldades enfrentadas pelos migrantes desassistidos pelo Estado. Dificuldades já conhecidas pelo governo, que não diferiam das encaradas em 1932, desta vez, já em maio de 1940, em uma tentativa de antecipação ao flagelo, o governo federal liberavam quatro mil passagens para a região seringueira. Um grande número de nordestinos rumou para o norte no ano de 1941, logo no início da estiagem, contudo não eram somente agricultores, como desejavam as autoridades, não havendo qualquer tipo de seleção, todos que quisessem empreender tal campanha estariam liberados para isto. Por fim, com a entrada do país na grande guerra e a urgência da produção de borracha, o governo encontrava-se sem alternativas, senão interferir no processo migratório direcionado aos seringais.

O que de fato torna-se interessante no socorro às vítimas da seca de 1942, fora a centralização do comando das ações em um órgão criado no fim da década de 1930, chamado de Conselho de Imigração e Colonização, CIC, vinculado ao Ministério das Relações

²³⁸ SOUZA, Itamar. *Migrações internas no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980, p. 67.

Exteriores. Sobrepujando o IFOCS e o próprio Ministério de Viação e Obras Públicas, que durante as secas anteriores haviam coordenado as atuações paliativas. Este conselho inseria-se no padrão corporativista do Estado Novo que tinha como modelo a inclusão um grande número de pessoas a tentar participar das decisões governamentais, suas disposições eram restritas aos setores que lhes cabia e do qual faziam parte. No decorrer do governo Vargas surgiram,

ainda vários órgãos, de caráter consultivo, normativo ou deliberativo, responsáveis por políticas referentes a grandes áreas da atividade econômica ou a esferas mais abrangentes da ação estatal [como o CIC]. Eram comissões ou conselhos de caráter inter ou superministerial, dos quais alguns se constituíram em fóruns de especial importância no debate econômico, ou mesmo lograram aglutinar, ainda que temporariamente, instrumentos de controle velhos e novos, ainda dispersos pela máquina estatal.²³⁹

A este conselho competia todos os assuntos que permeassem a colonização e a imigração no país, conseqüentemente mantém o conselho tratando também de assuntos relativos à migração interna, zelando pela ordem dos migrantes e imigrantes no Brasil. Um órgão interministerial que deveria manter os imigrantes indesejados fora do país e estimular a migração dos desejosos, pois “a intervenção dos Estados é cada vez mais decisiva nos movimentos migratórios, planejando, selecionando e dirigindo as correntes humanas, de acordo com o interesse dos países de emigração e imigração”.²⁴⁰ As palavras de seu primeiro presidente, João Carlos Muniz, somam-se as definições da secretaria do conselho, “para os países novos como o Brasil, a política imigratória que mais convém é a que tem em vista evitar os elementos indesejáveis e os de difícil assimilação, e promover a entrada de boas correntes imigratórias em harmonia com a expansão econômica do país”.²⁴¹

Estas palavras encontram-se na *Revista de Imigração e Colonização*, editada em 1940, dois anos após o início das atividades do conselho. Nela, seriam difundidas as ações e intenções do conselho e de intelectuais que pensassem a imigração e a colonização, “o

²³⁹ A título de exemplo, Departamento Nacional do Café (1933), Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool (1933), Instituto Nacional do Mate (1938), Instituto Nacional do Pinho (1941), Instituto Nacional do Sal (1941), Instituto do Cacaú da Bahia (1931), Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (1934), Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939), Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1940), Plano Siderúrgico Nacional (1940), Comissão Executiva Têxtil (1942), Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941), Comissão Nacional de Ferrovias (1941), Comissão do Vale do Rio Doce (1942), Comissão da Indústria do Material Elétrico (1944), Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), entre diversos outros. Cf: DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 90.

²⁴⁰ MUNIZ, João Carlos. Apresentação. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano 1, n. 1, p. 3, Jan. de 1940.

²⁴¹ SECRETARIA do Conselho, Primeiro ano de trabalhos do Conselho de Imigração e Colonização. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano 1, n° 1, p. 7, Jan. de 1940.

conteúdo da revista centrava-se em assuntos diretamente relacionados à imigração, reproduzindo artigos publicados pela grande imprensa, a legislação em vigor, relatórios, estudos e pareceres”.²⁴² Devido à situação de guerra enfrentada pelos países europeus e à dificuldade de cruzar o Oceano Atlântico, as imigrações para o Brasil decaíram consideravelmente, chegando quase a desaparecer. Como o CIC dispunha de pessoal e de verbas, coube a ele as ações de combate à seca de 1942. Tratando-se também de um assunto voltado à colonização que envolvia interesses internacionais, competiu ao CIC a coordenação do projeto de redirecionamento de migrantes para a Amazônia.

As notícias que chegavam à capital federal não eram muito animadoras, por esta razão o CIC enviou seu conselheiro Dulphe Pinheiro Machado para iniciar as ações de combate à seca e de transferência dos flagelados. Os encaminhados deveriam ser prioritariamente agricultores, e foram direcionados para a região oeste da floresta amazônica, privilegiando o estado do Acre. É importante ressaltar a presença do Diretor do Departamento Nacional de Imigração, Henrique Dória de Vasconcellos, que viria a desempenhar respeitável papel na constatação da amplitude desta situação na qual se encontravam os nordestinos. Sua viagem realizou-se no mês de abril de 1942, quando a possibilidade de chuva não fora totalmente descartada. As suas informações motivaram a presença do conselheiro do CIC na região.

Tanto Machado quanto Vasconcellos percorreram a região nordeste nos pontos mais críticos da seca, nos locais onde a estiagem permaneceu por mais tempo. Comprovaram a necessidade de ações extremas, pois aquilo que as intendências estaduais providenciaram, ainda que amenizassem a situação, estava longe de saná-las. Constataram que o estado do Piauí não necessitava de maior ajuda, pois o IFOCS daquela região estava suprindo a procura de trabalho, possuindo grande demanda de água e alimentos.²⁴³

Todavia, as outras regiões estavam precisadas de grande auxílio do governo federal, os prefeitos destas localidades comumente escreviam telegramas endereçados ao presidente Getúlio Vargas. Em tais correspondências reclamavam a necessidade de verba e de pessoal especializado para determinados trabalhos, como médicos, agentes de polícia, escreventes, mas, principalmente, requeriam a rápida solução dos problemas causados pelo flagelo. Naquele ano de 1942, a seca atingiu os estados de Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, e mais intensamente o estado do Ceará. O conselheiro Dulphe Machado tratou

²⁴² PERES, Elena Pájaro, “Proverbial Hospitalidade”? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). *Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do RJ, v. 10, n° 2, p. 55-70, jul/dez 1997.

²⁴³ MACHADO, Dulphe Pinheiro. Relatório de uma viagem através do Nordeste, em maio de 1942. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano III, n° 2, p. 50, Ago. de 1942.

de amenizar a situação caótica que encontrara, organizando os serviços prestados aos retirantes, e providenciando alojamento e comida para aqueles que trabalhassem ou que estivessem à espera do vapor para a Amazônia.

Outras ações emergenciais, como distribuição de rações, ficaram a cargo dos interventores estaduais. Entre as medidas implementadas pelo conselheiro, pode-se citar: melhoria nas condições de alimentação, controle dos preços dos alimentos, prosseguimento na construção de rodovias, construção de abrigos. Enumerando outras possibilidades para amenizar os problemas futuros provenientes da ocorrência de novas secas, como a formação de novas colônias de povoamento, eliminação de latifúndios improdutivos, autonomia para o IFOCS, aumento do orçamento para a região, e “instituir uma legislação adequada ao nordeste, regulando as condições de trabalho e os contratos de locação de serviços, entre trabalhadores e proprietários de terras”.²⁴⁴

Todavia, o que de fato é interessante nos escritos de Dulphe Machado e Henrique Vasconcellos são as referências à migração para o sul do país. Principalmente pela ausência de políticas públicas que subsidiassem em grande escala esta migração, e que, muitas vezes, tentavam até mesmo impedi-la. A grande ênfase dada para a migração interna neste período fora para a migração direcionada à Amazônia, uma vez que se encontrava nos planos do governo federal o povoamento da região, a expansão para o oeste. Em tal período, fim da década de 1930 e início dos anos 1940, a migração para o sul do país fora uma grande saída para os trabalhadores rurais desiludidos com as dificuldades da vida no campo, os agenciadores particulares facilitavam esta mudança oferecendo muitos benefícios que sequer existiam.

O sucesso de alguns migrantes contribuía para o estabelecimento de uma rota migratória que duraria por todo o século XX, em momentos, mais intensa e em outros com menores fluxos. As chamadas redes sociais agiam como uma confluência de interesses, unindo a vontade do migrante de mudar de vida e a possibilidade para que ele trocasse o campo pela cidade, principalmente por ter conhecidos no local de destino.²⁴⁵

As relações entre a migração para a Amazônia e para o sul do país apresentam-se díspares, nos locais onde uma está presente, a outra se ausenta. Como se a migração

²⁴⁴ MACHADO, op. cit., p. 90-92.

²⁴⁵ “O imigrante que chega sozinho, ou que conta apenas com amigos e parentes distantes, vem por pouco tempo ou com a intenção já estabelecida de chamar a família logo que seja possível. Desse modo, ele assegura a participação nos grupos primários que são fontes de segurança pessoal e de vivência social. Por isso, o imigrante [migrante] está em geral sempre pronto a ajudar, inclusive hospedando, parentes e conterrâneos que procuram se estabelecer perto dele. O imigrante bem sucedido é um canal de mobilidade para todo o grupo de origem”. DURHAM, Eunice R.. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984, p. 139.

subsidiada para os seringais extinguisse a migração para a região da indústria, contudo os acontecimentos não são coordenados, muito pelo contrário, eles podem ser sincrônicos, visto que os interesses dos trabalhadores é que definiam se migrariam e, neste caso, para qual localidade. Alguns elementos eram facilitadores destas ações, como, por exemplo, a presença dos meios de transporte. É possível inferir pelas palavras de Henrique Vasconcellos e de Dulphe Machado esta relação: os retirantes que se agrupavam nas margens do rio São Francisco, nos portos ao longo do seu leito, estavam mais propícios a dirigir-se para o sul, pois por aquele caminho conseguiriam chegar até São Paulo, de uma maneira mais rápida e barata.

Como é notório, o rio São Francisco é uma das vias principais das migrações internas do país e por ela, desde muito tempo, trabalhadores do sertão da Baía, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí encaminham-se, principalmente, em demanda dos pontos terminais da Estrada de Ferro Central do Brasil no Estado de Minas, isto é: Pirapora e Montes Claros. Nessas cidades é-lhes fácil obter transporte gratuito para o Estado de São Paulo, onde encontrarão uma colocação satisfatoriamente remunerada na agricultura.²⁴⁶

Esta rota era conhecida dos migrantes principalmente pela facilidade, muito usada pelos retirantes nordestinos, como pôde ser constatado pelo CIC, já no ano de 1939. Na data citada houve uma proposição por parte do conselho à Presidência da República de duas ações práticas para o auxílio a grupos de migrantes, “uma destinada ao socorro imediato e de emergência aos flagelados concentrados nas cidades de Montes Claros e Pirapórá, em Minas Gerais, a caminho do Estado de São Paulo”. Esta ação fora aprovada pela presidência e executada por um dos “membros do conselho, o qual organizou hospedarias provisórias e serviço médico em Montes Claros e Pirapórá e providenciou para o transporte dos refugiados”. A outra proposta endereçada ao gabinete do presidente da elaboração de um projeto visando a soluções permanentes “destinadas a evitar a repetição das migrações periódicas determinadas pelo flagelo da seca”, porém as ações permanentes nunca saíram do papel.²⁴⁷

A constatação da importância da migração para a região sul durante os anos de guerra dá-se também na urgência de trabalhadores para a indústria e para a agricultura. Os retirantes que partiriam para as localidades que auxiliariam no esforço de guerra tinham privilégios, “as despesas de alimentação aos nordestinos relacionados pela Delegacia

²⁴⁶ VASCONCELOS, Henrique Dória de. Relatório de uma viagem de inspeção, apresentado ao Conselho de Imigração e Colonização. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano III, nº 2, p. 98, Ago. de 1942.

²⁴⁷ SECRETARIA op. cit., p. 17.

Regional, e destinados aos seringais ou às lavouras do sul do país, corriam por conta do Conselho de Imigração e Colonização”. Deveriam ser tratados com dignidade, para que não fossem confinados nos navios, como ocorrera nos anos anteriores, “a representação do médico da Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo alude às condições precárias, em que viajaram os trabalhadores nacionais, transportados pelo vapor Lloyd Brasileiro, ‘Santarem’, chegado a 2 de novembro do ano próximo passado [1935]”. Ações que, no julgamento do CIC, não deveriam ocorrer mais, principalmente devido ao controle desempenhado pelo conselho.²⁴⁸

Se as ocorrências sobre as precárias condições de viagem dos destinados ao sul do país chegavam ao conhecimento do conselho nos anos que antecederam a seca de 1942, o mesmo não ocorrera com as viagens à Amazônia. As péssimas condições de transporte só foram contornadas quando da viagem do conselheiro Machado para a região, ou seja, mais de um ano após a liberação das passagens. “Os trabalhadores que, anteriormente à ação coordenadora do Conselho de Imigração e Colonização, seguiam para a Amazônia e Território do Acre, embarcavam como verdadeiros escravos dos aliciadores e dos seringalistas”²⁴⁹, onde

a migração interna de trabalhadores para a Amazônia se processou de forma irregular e inconstante, sem qualquer organização sistemática, sem qualquer atenção à localização dos migrantes, à sua assistência em trânsito e às condições de trabalho nos seringais – e todos esses vícios profundos da migração, acentuados com o decurso de lustros e lustros de encaminhamento desordenado, impediram que aquelas providencias pudessem executar-se de formas proveitosas. Urge que todo o sistema fosse derrubado e que uma nova organização de encaminhamentos, assistência, localização e trabalho fosse traçada e tornada efetiva. Essa necessidade imperiosa fez-se sentir cada vez mais e foi então que o Senhor Presidente da República houve por bem confiar no Conselho de Imigração e Colonização – órgão competente para o estudo dos problemas ligados às migrações internas e para a organização do plano de exploração econômica do vale do Amazonas e sua colonização – o encargo de examinar, em termos de atualidade prática, a questão da locação da mão de obra nordestina nos seringais do Amazonas.²⁵⁰

Contudo, mesmo contando com as inúmeras modificações implementadas pelo CIC, o flagelo dos ex-retirantes, que se transfiguraram em soldados da borracha, não melhoraria tanto quanto gostaria o conselheiro. Mesmo com todos os benefícios, como a regulação dos contratos de trabalho, a extensão dos direitos trabalhistas e sociais aos soldados da borracha, o atendimento médico, o retorno em um prazo de dois anos, o auxílio às famílias que ficariam

²⁴⁸ MACHADO, op. cit., p. 36/80.

²⁴⁹ MACHADO, op. cit., p. 79.

²⁵⁰ ENCAMINHAMENTOS de trabalhadores nordestinos para a Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano III, n 2, p. 9-10, Ago. de 1942.

no nordeste, entre diversas outras promessas firmadas entre o seringalista e o seringueiro, não foram cumpridas. A fiscalização dos direitos trabalhistas não era realizada, quando os trabalhadores desembarcavam nos seringais, deveriam seguir a lei dos seringalistas, donos das terras onde trabalhariam. O auxílio às famílias desapareceu dentro de pouco tempo, não durou os dois anos nos quais deveriam retornar os trabalhadores. Se o Brasil perdeu “465 soldados mortos no *front* europeu da guerra: entre quinze e vinte mil trabalhadores teriam morrido no mais completo abandono na floresta”.²⁵¹ Se os números de retirantes recrutados pode ser maior, assim também existe a possibilidade de que o número de mortos ultrapasse a casa das vinte mil pessoas.

O desaparecimento de trabalhadores recrutados para a extração da borracha era uma questão levantada no Congresso Constituinte federal, convocado após a queda da ditadura de Vargas. Estimou-se que 17 000 a 20 000 trabalhadores não retornaram – perda maior do que a sofrida pela Força Expedicionária Brasileira na Itália. Lamentavelmente poucos jornais americanos comentaram o inquérito brasileiro ou sugeriram que os Estados Unidos tinham a responsabilidade de ajudar a salvar os sobreviventes da “batalha da borracha”.²⁵²

Retornando ao assunto das migrações espontâneas, se “a migração natural dos trabalhadores procedentes das regiões assoladas pela seca, no interior, tem-se dirigido, pela navegação fluvial do rio São Francisco, para o Sul do país”²⁵³, os que situavam-se no litoral eram mais propensos pelo caminho à Amazônia. Na realidade, a migração para o sul do país não cessa, como fazem parecer os órgãos oficiais, até mesmo a revista do CIC frisa a grande migração para a região amazônica como única alternativa para o nordestino, se não a melhor. “A emigração para a Amazônia constitui, em regra, a ânsia do sertanejo cearense e lá ele encontra um ambiente propício ao nordestino”²⁵⁴, sendo a região do Ceará a mais atingida pela seca e não banhada pelo Rio São Francisco, ali fora o foco da propaganda de alistamento de soldados da borracha,

funcionários do governo percorreram o sertão cearense alistando os flagelados. Tiveram a companhia do padre Helder Câmara – futuro bispo de Olinda e Recife – considerado um bom orador e que conseguia sensibilizar as platéias sertanejas, convencendo-as da tarefa patriótica e das possibilidades de uma vida melhor na Amazônia.²⁵⁵

²⁵¹ CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 219.

²⁵² DEAN, op. cit., p. 151.

²⁵³ VASCONCELOS, op. cit., p. 99.

²⁵⁴ MACHADO, op. cit., p. 78.

²⁵⁵ VILLA (2000), op. cit., p. 165.

Tais ações de arregimentação foram embasadas em uma forte propaganda, reunindo diversos métodos, desde cartazes até propaganda no rádio, passando pelos agenciadores, que buscavam agricultores dispostos a trocar o momento difícil por uma grande lista de promessas, começando pelo salário, quase seis vezes maior que média dos 7\$0 milrêis diários que recebiam os trabalhadores da região, em Fortaleza eram pagos 4\$0 milrêis. “Na nossa estadia na capital do Estado [de Pernambuco], fomos procurados por muitos trabalhadores urbanos, que desejavam emigrar para o Amazonas, por espírito de aventura, ou seduzidos pelo salário de 30\$0 diário, como foi divulgado pela imprensa local”.²⁵⁶

Há de se convir que apontar o sertanejo como desejoso de constituir a migração para a Amazônia é dar pelo habitante do sertão uma declaração que difere das ações empreendidas por este grupo social. Pelo contrário, quando perguntado se havia interesse de remeter seus conterrâneos para outra região, o interventor federal da Paraíba, Dr. Rui Carneiro, deu dois motivos, “em primeiro lugar o seu deslocamento provoca uma grande crise de braços na lavoura. Depois a experiência, [...] revelou a inadaptação do nordestino ao clima da Amazônia onde muitos deles não resistiram à malária, sem falar na escassez [...] de assistência sanitária”, nos locais onde eram assentados os trabalhadores.²⁵⁷

A propaganda apresentada nos diferentes lugares por onde passavam os agenciadores era por vezes muito “enganosa, com promessas de enriquecimento e imagens de seringais com instalações que nunca foram instaladas. Dizia-se até que a seringueira dava frutos grandes com a borracha pronta e que o trabalho resumia-se a colhê-los”²⁵⁸, os meios de comunicação utilizados variavam conforme o ambiente, ora nacional, ora local. “Na dimensão nacional, a batalha pela borracha se encaixava no programa de ocupação e colonização dos ‘espaços vazios’ e nos esforços de guerra do Brasil”, em outras palavras, os trabalhadores estavam auxiliando o esforço de guerra e ocupando as regiões que possuíam poucos habitantes. “Na esfera local, a emigração de nordestinos para a Amazônia era uma questão que contava com uma longa tradição”, nas muitas secas que ocorreram na região nordeste a migração para o Norte sempre fora encarada como uma válvula de escape.²⁵⁹

O regime também utilizou-se de outros conceitos [...] tais como: a simplicidade e a autenticidade da população sertaneja; o seu destino de desbravadora do Norte e a sua predisposição ao sacrifício; a ocupação efetiva do território brasileiro como ações de

²⁵⁶ VASCONCELOS, op. cit., p. 99.

²⁵⁷ VASCONCELOS, op. cit., p. 101.

²⁵⁸ CYTRYNOWICZ, op. cit., p. 222.

²⁵⁹ SECRETO, María Verónica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV. v. 2, n. 40, p. 125. Jul.-Dez. de 2007.

patriotismo; a seca como situação extrema e desumanizante. E, como contraponto a esse último aspecto, a Amazônia era então apresentada como terra de possibilidades para aqueles que não tinham opção alguma.²⁶⁰

Estes conceitos muito bem trabalhados no imaginário popular nordestino transformava a migração em uma ideia positiva, até mesmo aventureira, desbravadora. O poder de persuasão da propaganda está diretamente relacionado ao sentimento de pertença do trabalhador nordestino nos rumos do país, é claro, aliada a sua situação precária imposta pela ocorrência da seca. Os cartazes produzidos pelo DIP, ou DEIP, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, deveriam tocar o trabalhador, e fazê-lo assumir para si esta ação proposta. Seja demonstrando a facilidade do serviço, ou então as possibilidades de melhoria de vida.

As rádios tiveram um grande papel em uma sociedade semianalfabeta, assim como os cartazes, ouvir propostas com ganhos altíssimos de salários, ou ver nos cartazes cenas belas que demonstrem a possibilidade de uma vida melhor, tendem a influenciar a moral dos trabalhadores. Em geral, grande parte das ações de caráter populista do governo Vargas são reapropriações de desejos da população. O governo os reformula e devolve ao povo como algo garantido pelo presidente, como um presente.²⁶¹ É neste sentido que a maior propaganda do governo visando à ocupação da Amazônia possui um caráter histórico,

pelo resgate do passado bandeirante-caboclo, podemos perceber como esse programa de “inclusão” dos habitantes do campo recolhia alguma coisa que estava muito internalizada no mundo das representações populares. Há uma re-apropriação de signos e significados. O discurso oficial do Estado Novo apropriou-se de um conjunto de idéias que faziam parte do “senso comum” e as reelaborou na forma de um projeto político que cristalizava também uma reivindicação tão secular quanto as entradas e bandeiras, o “destino” amazônico do nordestino: a do direito à terra, à ocupação dos “espaços vazios”.²⁶²

O discurso da necessidade da contribuição dos trabalhadores para o país se configura também na ocorrência deste mesmo aspecto no espaço urbano, principalmente naquilo que diz respeito às fábricas. Quando da redução dos direitos trabalhistas e sociais como consequência da batalha da produção, o Ministério do Trabalho vai até os trabalhadores através do rádio e

²⁶⁰ SECRETO, op. cit., p. 125.

²⁶¹ Assim ocorrera no início dos anos 1930 com o advento dos direitos trabalhistas e sociais. “A ideologia do trabalhismo é a resultante da confluência de distintas influências e perspectivas de classe. E não o produto do mero cálculo interesseiro, plenamente intencional, dos agentes do Estado ou da burguesia brasileira. É possível identificar nela as impressões congênicas deixadas pelas lutas das classes trabalhadoras. Nem por isso podemos desconsiderar que, em última análise ela é uma fala roubada aos trabalhadores, reformulada e a eles devolvida como mito”. Cf. PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala*. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 23.

²⁶² SECRETO, op. cit., p. 122.

do jornal pedir o auxílio dos operários para o presidente Vargas neste momento de luta.²⁶³ Da mesma forma, o governo vai aos retirantes da seca, pedir ajuda no conflito que o Brasil travava em defesa da democracia. Seja na cidade, no sertão ou na floresta, o dever de cidadão do povo brasileiro era acudir em defesa da nação contribuindo para o esforço de guerra, de modo a insuflar o nacionalismo e a atender às demandas do país através dos pedidos do líder da nação o presidente Getúlio Vargas.

A sensação de pertencimento despertada exacerbadamente pela propaganda veiculada pelo DIP surtiu, muitas vezes, o efeito desejado. Dezenas de milhares acorreram à batalha da borracha, e outros muitos tomaram seus postos juntamente às máquinas na batalha da produção. Contudo, a aceitação de um sentimento despertado pela propaganda não configura subordinação total ao ideário governamental. Os trabalhadores não cumpriam cegamente as ações por aceitar sumariamente as ordens do governo, esta submissão pode e deve ser compreendida dentro do panorama geral que é a da evocação de um sentimento pré-existente na sociedade, que é trazido à tona e direcionado para uma ação comum a toda sociedade.

Muitas vezes os trabalhadores, e suas famílias, utilizavam-se deste ideário governamental de cooperação para reclamar com o presidente sobre inúmeros assuntos, na maioria das vezes, relacionados às promessas feitas pelos aliciadores, ou mesmo, pela propaganda governamental. Em outras eram pautadas nos direitos assegurados pelos contratos firmados entre seringueiros e seringalistas, desrespeitados pelos últimos, demonstrando que a mobilização estava ocorrendo, porém nem sempre do modo como o governo esperava ou queria.

Aceitar os dizeres dos cartazes que impeliam o trabalhador nordestino a uma aventura heroica na floresta não significa dizer que ele estava indo somente por estes motivos, sem um bom salário que o sustentasse, ou sem uma promessa de uma colocação que o fizesse elevar o seu padrão de vida, é pouco provável que o efeito desejado pelo governo surtisse tantos resultados. O artista que desenhara os emblemáticos cartazes da campanha da batalha da borracha era Jean-Pierre Chabloz, imigrante suíço aportado no Brasil em 1940. O traço dos trabalhadores que compunham os cartazes chegava muitas vezes a se assemelhar com o estilo

²⁶³ “Por isso, cada trabalhador estava sendo convocado pessoalmente para a manutenção da ordem, transformando-se num observador atento de seu ambiente de trabalho nas palavras de Marcondes [Filho Ministro do Trabalho], o presidente Vargas honrava o trabalhador brasileiro conferindo-lhe ‘a carta de vigilante da ordem, do ritmo acelerado das nossas atividades e da crescente riqueza do país’. Durante 12 anos, Vargas tudo dera aos trabalhadores pela força de sua vontade. Agora cabia a eles retribuir o bem que lhes fora outorgado, mostrando que estavam à altura dos benefícios recebidos. Daí o lema lançado no segundo semestre de 1942: ‘Trabalho e Vigilância’, como forma de exercício da cidadania, como forma de participar do governo da nação”. GOMES, Angela M. de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 225.

utilizado por Portinari na composição dos painéis do Ministério da Educação e Saúde, ou dos retirantes retratados durante a década de 1930. Traços que funcionavam de modo a evocar a memória àquelas figuras conhecidas por uma representação já clássica de trabalho e de trabalhadores no Brasil.²⁶⁴

A ideia de que todos os retirantes aceitavam e desejavam a migração para o norte não condiz com a realidade encarada por eles, muitas vezes o migrante destinado aos seringais não precisava nem chegar ao seu destino para desgostar de sua escolha. O professor-economista Samuel Benchimol, em um artigo publicado na *Revista de Imigração e Colonização*, artigo escrito para o X Congresso Brasileiro de Geografia, intitulado *O cearense na Amazônia. Inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante*, traduz o sentimento de seus entrevistados quanto a realização da migração para a floresta. O anseio da viagem vai se transformando em desgosto, em desmotivação. Os migrantes saíam confiantes do projeto governamental, e no caminho nas muitas paradas para repor o estoque de lenha dos vapores, iam se desestimulando com aquilo que encontravam e com aquilo que escutavam. A principal reclamação era a da imensidão de água, a troca do lugar seco pelo lugar encharcado.

As barracas mergulhadas, a canoa andando de um lado para o outro como se fôsse um cavalo, o silêncio da atividade humana no meio da Mara, a paisagem só, contribuem para a formação de uma atitude especial [...]. Daí o terror pânico à água, o medo do rio que se agrava à medida que êle toma contato definitivo com a várzea. O sertão ainda está perto dêle, vivem em sua memória, faz parte de sua conversa a todo momento, as suas esperanças quando as traz, “vou ser um homem feliz se Deus me ajudar”, “vou enricar na seringa” – ou as suas desilusões, “não gosto nada desta terra feia enxarcada”, os conflitos provocados pelo choque resultante da passagem brusca para o contraste – “gosto do enxuto, eu não posso me amansar numa água dessas” – aparecem freqüentemente.²⁶⁵

A paradoxal diferença entre a terra que habitava, seca, dura, e a terra que habita após a migração, úmida, molhada, dificulta ainda mais a ambientação, e faz com que o pensamento quase único seja o de enriquecer e voltar no prazo de dois anos. Das dezenas de milhares que foram para os seringais, poucos voltaram. Muitos ficaram pelas terras úmidas, seja impedidos de voltar ou mortos por não resistirem às doenças da floresta. Emblemático nas entrevistas de Benchimol é a soma dos seus entrevistados, 12 deles foram para a Amazônia, enxotados pela seca, 11 foram atraídos pelos seringais, e 22 deles foram arrebatados pela influência das propagandas governamentais.

²⁶⁴ SECRETO, op. cit., p. 128.

²⁶⁵ BENCHIMOL, Samuel. O cearense na Amazônia. Inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano VI, n. 4, p. 341-342. Dez. de 1945.

4.3 A BATALHA DA PRODUÇÃO E OS SOLDADOS DO CARVÃO

Como a intenção do governo federal era a de enviar os retirantes da seca para as áreas de produção de borracha, este fato estava comumente representado nos jornais do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Este interesse do governo unia-se ao fato dos jornais estarem sobre a censura do Estado Novo, e as notícias apresentadas passavam pelo aprovação do DIP. Ainda assim, o governo patrocinava muitas matérias sobre a guerra, e mantinha a imprensa brasileira sob rígido controle. Os fatos que apareciam nos jornais não eram direcionados a questionar as ações governamentais, estavam mais para demonstrar as ações do governo naquilo que tange ao saneamento das duas problemáticas apresentadas, a seca e a urgência de borracha para a guerra. A sociedade tomava conhecimento do desenrolar destes processos através de notícias e entrevistas com os membros dos órgãos governamentais – a exemplo do Conselho de Imigração e Colonização – através dos programas radiofônicos e dos artigos publicados em jornais e revistas, outras vezes os próprios ministros escreviam, como Marcondes Filho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

As ações relativas ao esforço de guerra eram evidenciadas nas páginas dos folhetins brasileiros. E fora através destas páginas que o Sr. Emygdio Ferreira da Silva Junior teve conhecimento da abertura de um crédito de 3.000 contos para o Conselho de Imigração e Colonização transportar os flagelados da seca nordestina para a região dos seringais amazônicos, “fato que lhe despertou a idéia de propor ao [...] Governo a transferência desses flagelados para o sul do país, onde talvez pudessem encontrar trabalho nas minas de carvão”.²⁶⁶ O Sr. Emygdio Ferreira da Silva Junior é conselheiro membro do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, CNMM. Órgão do Ministério de Viação e Obras Públicas, criado em 1940, que tinha a função de regular no país as ações relativas às explorações de carvão e beneficiamento deste tipo de combustível no país. O Sr. Emygdio Junior também fora professor na Escola de Minas de Ouro Preto.

A proposição do conselheiro Emygdio Junior fora aceita e aprovada pelos outros membros do Conselho de Minas e Metalurgia, e ficara decidida, inicialmente, que se envie ofícios “às companhias de mineração, indagando se há como empregá-los naquele mister e, no caso de resposta afirmativa, solicitar providencias do Conselho de Imigração e Colonização

²⁶⁶ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO de 11 de maio de 1942. Ata da 76ª Sessão ordinária do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. p. 7724 Disponível em: Acesso em: 12 ago. 2011.

para o transporte dos mencionados nordestinos”.²⁶⁷ A resposta viria somente na 84ª sessão, ocorrida em 8 de junho de 1942, algumas das companhias carboníferas responderam afirmativamente ao ofício endereçado a elas pelo CNMM, o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração “Cadem” do Rio Grande do Sul e a Companhia Nacional de Carvão do Barro Branco, a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, a Companhia Carbonífera de Urussanga, a Companhia Carbonífera Metropolitana e a Montanha Carbonífera S.A., todas de Santa Catarina. Entretanto, ao que tudo indica, somente as companhias catarinenses aceitaram receber os migrantes, sobre o número de “300 operários do nordeste”, porém juntamente com estes, e pode-se inferir que em contrapartida a eles, as carboníferas de Santa Catarina requisitaram “200 operários escolhidos dentre os imigrantes que aportassem ao Rio”.²⁶⁸

O ofício enviado ao Conselho de Imigração e Colonização é datado de 14 de maio de 1942, e segundo a *Revista de Imigração e Colonização*,

O conselho de Imigração e Colonização forneceu ainda, em 1942, ao Conselho Nacional de Minas e Metalurgia um plano minucioso para o transporte e a localização, no sul do país, na região da mineração de carvão, de mil famílias de trabalhadores precedentes dos estados do Nordeste.²⁶⁹

A resposta do CIC fora lida na 90ª sessão do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia realizado no dia 14 de Julho de 1942. E na reunião do conselho do dia 21 de julho de 1942, ficou definido que o presidente do conselho, Sr. Ernesto Lopes da Fonseca Costa, entraria em contato com o Departamento Nacional de Imigração averiguando a possibilidade de execução da proposta relativa à remessa dos trabalhadores nordestinos para a região carbonífera catarinense. Na sessão seguinte, 93ª, do dia 29 de julho de 1942, ficou definido, após a conversa com o Departamento Nacional de Imigração, a abertura de crédito junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para alocação dos trabalhadores no sul catarinense.²⁷⁰

Os acontecimentos posteriores são uma incógnita, não foi possível mapear tais migrantes, não se sabe ao certo se estes trabalhadores partiram de sua região em direção ao sul

²⁶⁷ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO de 11 de maio de 1942. Ata da 76ª Sessão ordinária do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. p. 7724 Disponível em: Acesso em: 12 ago. 2011

²⁶⁸ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO de 18 de julho de 1942. Ata da 76ª Sessão ordinária do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. p. 11350 Disponível em: Acesso em: 12 ago. 2011.

²⁶⁹ O CONSELHO de Imigração e Colonização em 1942. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano IV, nº 1, p. 35. Mar. de 1943.

²⁷⁰ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO de 24 de agosto de 1942. Ata da 93ª Sessão ordinária do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. p. 13066 Disponível em: Acesso em: 12 out. 2011.

do país. A vontade por parte da CNMM existia, as carboníferas aceitaram receber estes trabalhadores, e não só por uma questão de auxílio aos flagelados. O próprio conselheiro Sr. Emygdio Junior contata que os três principais problemas da mineração do carvão concentravam-se nas dificuldades de “transporte, operariado e financiamento”.²⁷¹ Assim os migrantes faziam-se necessários e poderiam auxiliar no desafogamento da produção de carvão mineral que havia crescido muito durante a segunda grande guerra.

4.4 A MIGRAÇÃO COMO ALTERNATIVA

As dificuldades enfrentadas pelos retirantes durante o ano de 1942 não foram novas, as medidas paliativas são recorrentes na ausência de políticas públicas que possuam ações concretas para amenizar os problemas causados pelas estiagens. Tais medidas permanentes nunca foram encaradas por nenhum governo anterior à revolução de 1930, e Getúlio Vargas também não fizera muito para minorar as mazelas das estiagens. E sempre, como alternativa para atenuar a situação do nordestino quando da aparição das secas, recorria-se à migração incentivada.

Ora, se a migração era estimulada nas ocasiões de secas, porque então era combatida enquanto um problema quando a situação das chuvas normalizava-se? O inchaço das cidades somente foi encarado como uma dificuldade nos momentos após a segunda guerra, assim a migração anterior a esta época era vista com maus olhos, principalmente por razões higienistas. A primeira edição da *Revista de Imigração e Colonização* apresenta o imigrante branco europeu como modelo de cidadão que era bem-visto pelo país, assim qualquer tipo étnico diferente era encarado com desconfiança.

O nordestino sofreu com o preconceito relativo a sua formação social, desacostumado a rotinas de trabalho extensas como as exigidas nas fábricas, o tipo nordestino somente era bem-visto pelo governo em tempos de seca, e possuía a “missão” de povoar uma região de baixa densidade demográfica, como o Norte. Porém, para a cidade existiam outros modelos étnicos considerados mais aptos ao trabalho. Até mesmo para as minas de carvão do sul do país, que, mesmo aceitando os nordestinos, em contrapartida requisitava também a remessa de imigrantes europeus para a região. Assim, a migração possuiu através dos tempos diferentes definições.

²⁷¹ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO de 16 de outubro de 1942. Ata da 93ª Sessão ordinária do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. p. 15460 Disponível em: Acesso em: 12 out. 2011.

Anualmente milhares de baianos e nordestinos vêm a pé pelo sertão para empregar-se nas lavouras sulinas, especialmente paulistas. Estas migrações são motivadas por causas econômicas. Periodicamente, quando o nordeste se debate na angústia da seca, há migrações de flagelados para vários pontos do país. A causa aí é climática. Êste ano, o Governo dirigiu para o extremo norte na batalha da borracha, levas e levas de nordestinos; a causa em ação era político-econômica. De qualquer forma, porém, estas migrações internas confirmam integralmente o que [...] foi dito no tocante a falta de braços no Brasil.²⁷²

Em suma, toda migração é política, econômica e cultural, a sociedade trabalha estas relações ao mesmo tempo. Uma retirada nunca é somente devido à ação climática, ela é permeada pela falta de políticas públicas de prevenção às ações da seca; é econômica, pois a destruição da lavoura ou a morte do gado impedem o sertanejo de ficar na sua terra; e ela é também cultural, pois configura-se na emergência da possibilidade de melhoria de vida em um outro lugar. As probabilidades de melhora de vida em ambientes diferentes nem sempre se confirmam, porém devido à grande propaganda de massa dos moldes da vida capitalista – permeada por um conforto tecnológico inexistente no campo – enfatizando o viés político/econômico/cultural da migração de nordestinos para os centros urbanos do país.

Também aqui, as condições de conforto encontradas nos centros urbanos e desconhecidas no campo, que se traduzem no desnível entre as cidades da orla marítima e o interior; o desejo de uma vida mais fácil e sem os percalços do meio rural; o desenvolvimento das indústrias, proporcionando melhores salários nas fábricas que os obtidos nas fainas agrícolas; e a proteção social dispensada ao operário industrial tem sido motivos de atração das população do interior para a *urbs*.²⁷³

Grande parte dos estudos datados da década de 1940 dão seleta importância aos direitos trabalhistas e sociais como motivação para a vinda à cidade, e em muitos casos o são verdadeiramente, porém existiam poucas ações do Estado que visassem a estender este direito ao trabalhador rural. Todavia, isto não acontecera, e nas tentativas ocorridas, como na batalha da borracha as intenções foram frustradas. Os trabalhadores não viram seus direitos trabalhistas ou sociais, e ainda por cima tiveram de aceitar a lei dos seringalistas, já que em muitos casos, a fiscalização passava longe dos seringais mesmo com uma embarcação para tal tarefa.

A medida número 10 apresentada pelo conselheiro Dulphe Pinheiro Machado para amenizar os problemas das secas tem por iniciativa “instituir uma legislação adequada ao

²⁷² NEIVA, Artur Hehl. O problema imigratório brasileiro. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano V, n. 3, p. 178. Set. de 1944.

²⁷³ CARVALHO, Fernando Mibielli de. O Exôdo Rural. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano III, n. 3-4, p. 18. Dez. de 1942.

nordeste, regulando as condições de trabalho e os contratos de locação de serviços, entre trabalhadores e proprietários de terras”. Estas e outras muitas ações, propostas pelo Conselho de Imigração e Colonização, foram desconsideradas na ampla maioria das vezes. Diversos estudos foram feitos por CIC, IFOCS, DNI, Ministério de Viação e Obras Públicas, entidades não vinculadas ao governo, nenhuma foi posta em prática com um plano organizado de ações. Ora uma proposta ou outra era viabilizada, mas sempre a título de aliviar os problemas e nunca atacá-los diretamente.²⁷⁴

Mesmo quando em época de produção de borracha, durante a segunda guerra, o conselheiro Henrique Vasconcellos sugeriu uma saída melhor e mais rentável ao governo federal, optou-se por uma via menos proveitosa. Segundo o conselheiro, o vale do rio São Francisco “poderá tornar-se uma importante região produtora de látex, a ser extraído da mangabeira e da maniçoba, cuja produção poderia atingir 2.000 toneladas anuais, se para ela fosse encaminhada mão de obra necessária”.²⁷⁵ E para confirmar sua tese, apresenta um relatório sobre a borracha no rio São Francisco, e sua viabilidade caso haja incentivo estatal. Contudo, o governo preferira retirar os trabalhadores de sua região e povoar a Amazônia, com a desculpa da borracha, sendo que poderia produzir o látex na região nordeste, sem ter de gastar com transporte e sem retirar os braços necessários para manter o status da região como produtiva.

Alijar uma região em detrimento de outra demonstra a preocupação que o governo possuía com a colonização do oeste do país. As campanhas para a ocupação do interior do Brasil e a propaganda auxiliaram para o encaminhamento de trabalhadores para aquela região, mesmo à custa de outras localidades. Sem a propaganda oficial, “a migração dos trabalhadores procedentes das regiões assoladas pela seca, no interior, tem-se dirigido, pela navegação fluvial do São Francisco, para o Sul do país”.²⁷⁶ E mesmo com a existência de incentivo para o Norte, muitas vezes, com os percalços enfrentados pelo projeto, a navegação para o Sul apresentava-se como uma alternativa viável.

Assim, atraídas por salários mais remuneradores, pela proteção social que se começava a dispensar ao trabalhador industrial, procurando gozar o benefício das conquistas da civilização moderna, que não chegavam até o campo, as populações do interior vinham afluindo em número cada vez maior para os grandes centros

²⁷⁴ MACHADO, Dulpe Pinheiro. Relatório de uma viagem através do Nordeste, em maio de 1942. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano III, n. 2, p. 91, Ago. de 1942.

²⁷⁵ VASCONCELOS, Henrique Dória de. Relatório de uma viagem de inspeção, apresentado ao Conselho de Imigração e Colonização. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano III, n. 2, p. 98, Ago. de 1942.

²⁷⁶ VASCONCELOS, op. cit., p. 99.

urbanos. Infelizmente, após a guerra e a crise mundial que acarretou, o seu número passou a exceder as necessidades dos centros fabris da maioria das nações e a oferta de braços para o trabalho nas cidades tornou-se maior do que a sua procura.²⁷⁷

O crescimento desordenado das grandes cidades em um ritmo muito acelerado ocasiona desigualdades sociais, todavia o desemprego crescente gera ações de subemprego, muitas vezes impossibilitando o migrante de atingir a tão esperada melhoria na qualidade de vida. Consequentemente a precariedade nas condições relativas à sua remuneração ocorre o aglutinamento de trabalhadores em cortiços e a construção de moradias em locais não registrados, surgindo a partir daí um desdobramento do número de favelas nos grandes centros urbanos:

a passagem do universo rural para o urbano não se dá sem dificuldades e conflitos. [...] É preciso não esquecer que a concentração crescente da população nas zonas urbanas é, em grande parte, o resultado de um movimento consciente e voluntário de pessoas que encontram, na cidade, condições mais satisfatórias de vida. E são mais satisfatórias não porque seja dada ao migrante a possibilidade de participar de modo ativo e consciente no processo de transformação da sociedade, mas porque, na cidade, ele encontra maiores facilidades de acesso aos “benefícios” do processo de desenvolvimento.²⁷⁸

Se não houve grandes incentivos partindo do governo federal para o estabelecimento de uma corrente migratória ordenada proveniente da região Nordeste e destinada a região Sul, principalmente aos grandes centros urbanos, ocorreu aquilo que podemos chamar de uma propaganda indireta dos benefícios de viver nas cidades mais desenvolvidas. Se os direitos trabalhistas não alcançavam o campo, notícias deles chegavam pelo rádio, pelas experiências migratórias anteriores, ou mesmo pelos jornais aonde os poucos que sabiam ler repassavam estas informações adiante. Se a migração para o Sul não fora planejada pela presidência como fora a da Amazônia, ela se configurou nas relações dos trabalhadores nordestinos com seu ambiente, a seca não funciona como alavanca que atira os retirantes para outras regiões.

Se a retirada acontecia por causa da seca ela somente tinha motivações para continuar além das primeiras chuvas, incentivada pelas dificuldades econômicas da região na qual viviam os sertanejos, não se pode deixar de mencionar as pressões sociais que ali existiam. A migração funcionava como uma válvula de escape às repressões que os latifundiários nordestinos impunham aos moradores do sertão. Por fim, a migração transformava-se em visões de esperança para um futuro melhor às gerações do por vir.

²⁷⁷ CARVALHO (1942), op. cit., p. 14.

²⁷⁸ DURHAM, op. cit., p. 139.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*É que quando eu cheguei por aqui eu nada entendi
 Da dura poesia concreta de tuas esquinas
 Da deselegância discreta de tuas meninas
 Ainda não havia para mim Rita Lee
 A tua mais completa tradução
 Alguma coisa acontece no meu coração
 Que só quando cruza a Ipiranga e a avenida São João
 Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto
 Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto
 É que Narciso acha feio o que não é espelho
 E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho
 Nada do que não era antes quando não somos mutantes
 E foste um difícil começo
 Afasto o que não conheço
 E quem vende outro sonho feliz de cidade
 Aprende depressa a chamar-te de realidade
 Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso
 Do povo oprimido nas filas, nas vilas, favelas
 Da força da grana que ergue e destrói coisas belas
 Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas
 Eu vejo surgir teus poetas de campos, espaços
 Tuas oficinas de florestas, teus deuses da chuva
 Sampa – Caetano Veloso*

A migração impulsionada pelo flagelo da seca e pelas condições sociais desanimadoras colocou em xeque o ajustamento da sociedade que deveria provir dos governantes do país centrada na figura de Getúlio Vargas. O pouco que o Estado fez, não foi suficiente para amenizar a situação que o clima impôs aos sertanejos, e que as relações sociais desiguais tornaram insustentáveis. Falou-se neste trabalho das migrações como esperança de uma nova vida, de uma vivência digna, à qual tinham direito os flagelados, seja na sua região de origem, ou em outra qualquer que tenham decidido viver. Não obstante, o caminho e a esperança transformam-se em novos sentimentos, quando a caminhada finda.

A chegada do migrante na cidade não é o final de sua trajetória, antes mesmo de achar emprego, ele se vê desolado e desorientado pela imensidão do local em que se encontra. A cidade grande, o gigantesco espaço urbano para o qual se dirigiu, não o recebe de portas abertas. O controle dos canais de migração tentava impedi-lo de entrar na região sudeste. Viesse ele pelo rio São Francisco, até o norte de Minas Gerais e de lá por trem até São Paulo, ou a pé pelo sertão até o Rio de Janeiro, havia também a possibilidade da compra de passagens de embarcações marítimas e a aportagem na capital federal. Enfim, quando da chegada o caminho é o menos importante, o sucesso da vida na cidade independe dos

caminhos percorridos, e o que irá definir se o migrante conseguiu o que queria é a sua colocação no mercado de trabalho.

Os números apresentados, ano após ano, pelo IBGE demonstram que o país continua em marcha, as trocas de ambiente de vida são apresentadas pelas oportunidades de trabalho. Assim, mesmo com as muitas crises do sistema capitalista, que diminuem a oferta de colocações no mercado formal, as levadas migratórias mantêm-se em marcha. O destino pode ser modificado, como foi durante os anos 1940, mas a migração existiu por toda a história do país. Nos anos 1950-1960, o eldorado para os migrantes foi a construção de Brasília, e as grandes possibilidades por lá encontradas. Contudo o lugar de São Paulo e Rio de Janeiro como centro financeiro do país não fora retirado, e, assim, mesmo com as sucessivas crises econômicas, com oportunidades em outras localidades, as correntes migratórias não deixaram de se direcionar para a região sudeste.

E quando da chegada nestes espaços urbanos, seja nas capitais ou nas grandes cidades interioranas, outra problemática surgia para o migrante: o que fazer? Para aqueles que conseguiam a instalação nas hospedarias de imigrantes a situação tornava-se mais fácil, porém não tanto, pois a permanência nestas instituições possuía limites. Encontrando ou não lugar para ficar, o retirante em grande parte das vezes recorreria a um conhecido ou então aos cortiços. Também por pouco tempo, pois a sua colocação final dar-se-ia em grande parte das vezes nos subúrbios das grandes cidades, e quando isto não era possível, se uniria àqueles que não possuíam condições para adquirir uma habitação licenciada, nas ocupações irregulares das favelas paulistas e cariocas.

A primeira menção às favelas de que se tem notícia na história do país deu-se na conjuntura da Primeira República, quando as tropas que derrotaram a cidade de Canudos vieram reclamar sua premiação: moradia para todos os combatentes.

O primeiro registro referente a uma favela no Rio deu-se no recenseamento de 1920, que documentou uma aglomeração de 839 casas no Morro da Providência organizado por veteranos da guerra de Canudos. A primeira leva importante de migrantes rurais no Brasil, nos primeiros anos da década de 1930, provocou o rápido crescimento da população favelada.²⁷⁹

Há de se constatar através do mencionado censo e do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, no ano de 1940, um grande acréscimo da população habitante nas cidades, e destes muitos eram migrantes. “Das autoridades

²⁷⁹ PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 41.

responsáveis pelo censo é ainda a informação de que foi muito avultado o número de casas vazias que os recenseadores encontraram em vários municípios baianos, pernambucanos, alagoanos e mineiros”. O grande número de habitações abandonadas foi interpretado pelos recenseadores como decorrência da migração para a região sul do Brasil, principalmente às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Relacionando estes dados com os fornecidos pelo “Serviço de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo”, é possível encontrar a soma de trabalhadores ingressantes naquele estado, entre as décadas de 1920 e 1940, de “701.302 trabalhadores nacionais.[...]. De acordo com a mesma fonte, o ano de 1939 registra a maior cifra de imigrantes nacionais entrados em São Paulo, ou seja, exatamente, 100.139”.²⁸⁰

A música *Recenseamento*, cantada por Carmen Miranda, com a letra de Assis Valente, conta a história do censo de 1940, e da visita a uma casa de uma das favelas cariocas. O recenseador entra na casa e inicia as indagações sobre estado civil, profissão, a senhora responde, “obediente eu sou a tudo que é da lei/fiquei logo sossegada e falei então:/O meu moreno é brasileiro, é fuzileiro,/e é quem sai com a bandeira do seu batalhão!/A nossa casa não tem nada de grandeza/nós vivemos na pobreza, sem dever tostão”. Indignada, prossegue na descrição dos seus bens:

Fiquei pensando e comecei a descrever
tudo, tudo de valor
que meu Brasil me deu
Um céu azul, um Pão de Açúcar sem farelo
um pano verde-amarelo
Tudo isso é meu!
Tem feriado que pra mim vale fortuna
a Retirada de Laguna vale um cabedal!
Tem Pernambuco, tem São Paulo, tem Bahia
um conjunto de harmonia que não tem rival
Tem Pernambuco, tem São Paulo, tem Bahia
um conjunto de harmonia que não tem rival.²⁸¹

Além das considerações a respeito da ironia presente na música, aprovada pela censura do Departamento de Imprensa e Propaganda, “parecendo reproduzir o discurso do ‘Brasil grande e trabalhador’, desmonta com sutileza os argumentos oficiais, salpicando de ironia a fala da mulher que responde ao funcionário público que a interpela”.²⁸² Há de se constatar também que a importância dada aos estados do nordeste, Pernambuco e Bahia,

²⁸⁰ CARVALHO, Fernando Mibielli de. O Exôdo Rural. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano III, n° 3-4, p. 11. Dez. de 1942.

²⁸¹ VALENTE, Assis. *Recenseamento*. [gravada por Carmem Miranda] 1940.

²⁸² PARANHOS, Adalberto. A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social. *História*, Franca, v. 22, n. 1, 2003. p. 108. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742003000100004&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 13 jan. 2012.

remete à presença de uma migrante na cidade do Rio de Janeiro. Além do mais, mesmo o recenseamento sendo prática comum no Brasil já há algumas décadas, é interessante o fato de pesquisar o morro carioca, local de moradia de famílias carentes muitas vezes sem condições de habitar os bairros próximos ao centro.

A moradia se tornou escassa e cara. Os serviços urbanos, inclusive o transporte desde os subúrbios, eram precários. Aos novos migrantes à procura de casas vinham a somar-se os moradores da cidade que não mais podiam pagar os aluguéis nem mesmo de cortiços, avenidas ou cabeças de porco. As favelas nas colinas ao redor do centro da cidade ofereciam a dupla vantagem de não cobrarem aluguel e de serem bem localizadas, e para muitos constituíram a melhor solução.²⁸³

A moradora dos morros cariocas, migrante, traduz a aspereza com que é tratada pelo funcionário recenseador no seu canto, redentor e revelador da sua origem. “A atração exercida pelos ‘confortos urbanos’, pelos empregos melhor remunerados que no campo, acaba aparecendo como o principal fator condicionante da saída do lugar de origem”.²⁸⁴ Contudo, é reducionista afirmar que somente estes confortos urbanos façam com que o migrante largue a sua vida e busque novas formulações, Eunice Durham, em uma de suas entrevistas, localiza um migrante em situação emblemática, encontrado “na Favela do Vergueiro, então inundada. Vivendo num barraco miserável e desempregado, quase sem ter o que comer afirmava sem hesitação que em São Paulo ‘era muito melhor’ do que na Bahia, de onde vinha”. Mais do que demonstrar o seu sucesso na cidade grande, esta fala demonstra “a falência de uma sociedade rural em desintegração”.²⁸⁵

Uma sociedade que não consegue mais suprir as necessidades de seus habitantes, que por sua vez, tal qual os retirantes esqueléticos de Candido Portinari, ou Fabiano, Sinhá Vitória, o menino mais velho e o menino mais novo, de Graciliano Ramos, devem empreender a migração como solução final para seus problemas. Pode-se observar que a situação não se configura desta maneira, e como decorrência de uma maciça migração nacional, as cidades incham, decorrendo daí outros problemas sociais.

Em grande parte das favelas brasileiras, “a maioria dos moradores são migrantes rurais, não porque vieram diretamente da roça, mas porque, apesar de estarem habitando a cidade, mantêm, através das atividades exercidas no campo, padrões e valores ‘tradicionais’, com os quais enfrentam as novas condições de vida”.²⁸⁶ Estas relações pessoais travadas entre

²⁸³ PERLMAN, op. cit., p. 41.

²⁸⁴ TAUBE, op. cit., p.58.

²⁸⁵ DURHAM, Eunice R.. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984, p. 222.

²⁸⁶ TAUBE, op. cit., p.125.

os habitantes das favelas e a sociedade urbana demonstram, em grande medida, que a marginalização não pode ser apresentada como decorrência direta da migração, “os moradores da favela não são economicamente nem politicamente marginais, mas são explorados e reprimidos; que não social e culturalmente marginais, mas são estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado”. Os moradores das favelas estão sendo, na sua relação com o espaço urbano e com a sociedade encerrada ao seu redor, “ativamente marginalizados pelo sistema e pela política oficial”.²⁸⁷

Os cidadãos nordestinos despatriados de sua terra sustentam a sua identidade, a manifestação das suas raízes, mesmo em um ambiente hostil à sua sabedoria, contornando novas relações de poder e de sociabilidade encerradas neste universo recém descoberto. Seja ele o da floresta amazônica, ou das selvas de pedra nos grandes centros urbanos, seja a sua nova casa rodeada pelas árvores e pelos animais silvestres, ou nos morros e nas periferias das cidades centrais do país. Em princípio, a migração predispõe à mudança de uma condição social, não necessariamente à mudança de uma vida. Migrar significa aventurar-se no novo, contudo é também manter-se apegado às experiências passadas, é buscar novas possibilidades, novos horizontes, sem se desapegar da sua trajetória.

Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior. É impermeável a algo tão “mundano”, secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência. A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – os legados do Império em toda parte – podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor.²⁸⁸

A retirada predispõe o retorno, mas um retorno triunfal. Não há a necessidade de um retorno definitivo, todavia o ato de migrar significa deixar uma vida para trás, e, por si só, é abandonar sonhos, pessoas, lugares, acontecimentos, migrar é conviver com o sentimento tão brasileiro da saudade. Os migrantes que saíram de sua terra, com suas próprias forças ou levados por estratégias governamentais, reconfiguraram sua vida baseados nos problemas enfrentados durante a sua existência. Há de se considerar seriamente o problema das secas na região nordeste como possibilitadoras de uma grande leva migratória, contudo somente a seca não expulsaria os habitantes de seu território. Ela é, em suma, um problema climático agravado pela mão humana.

²⁸⁷ PERLMAN, op. cit., p. 235.

²⁸⁸ HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 28.

Os latifúndios, durante a colonização do Brasil, tomaram as melhores terras, expulsando o homem simples para o interior, que já sofria com as estiagens, e tem suas consequências pioradas pela ação dos habitantes através das técnicas rudimentares de plantio e do uso desmedido das terras. Então a seca tem um agravante social, além do mais, a corrupção e as ações governamentais, que deveriam auxiliar os trabalhadores do campo, ficaram restritas aos grandes latifundiários, que enriqueceram e prosperaram à custa de ações governamentais.

A migração tem por essência a busca por melhores condições de vida, e gesta a esperança de encontrá-la em novos horizontes. O retirante do nordeste, mais do que fugir da seca, ele tenta escapar das difíceis condições de vida encontradas no seu ambiente. E tem como prática particular a migração. O local para onde ele caminhará depende do momento histórico vivido. Durante o governo Vargas, ele dirigir-se-á para os grandes centros urbanos, pois é de lá que advém a propaganda de melhores condições de vida, seja pela disponibilidade dos direitos trabalhistas e de assistência social, seja pela alta empregabilidade nas lavouras carentes de braços de trabalho, ou para as indústrias que necessitam de mão de obra para a produção. A migração é uma alternativa, mas nem sempre a única, em grande parte das vezes, ela é a mais viável, pois projeta novas possibilidades, ou ao menos possibilidades reais de mudança.

Outra forma de compreender a migração se dá através da observação das ações públicas de auxílio aos cidadãos necessitados. É uma maneira de aliviar as tensões sociais. É fato na história da sociedade brasileira que a migração foi, muitas vezes, utilizada como válvula de escape para evitar maiores problemas para as classes mais favorecidas. A falta de água e de comida despertou, muitas vezes, o lado menos humano dos homens e das mulheres sertanejos/as. E para que não houvesse maiores proporções econômicas, políticas e sociais, a migração forçada ou incentivada agiu como amenizador destas tensões. Retirar braços da região é também um problema para os grandes latifundiários, que utilizavam deste grande contingente para pagar pouco aos seus empregados. Porém, deixá-los à míngua, sem auxílio governamental, como ocorrera muitas vezes, poderia desembocar em uma catástrofe. O governo auxilia os trabalhadores para evitar consequências mais sérias, como levantes sociais.

A migração é mais que um problema isolado, assim como a seca, ela traduz-se em grande parte nas relações da população do país integrada pelos meios de comunicação como rádios, revistas e jornais, e, também, a partir da década de 1930, com as grandes obras de ligação rodoviária, aeroviária e portuária. Conectando brasileiros de grandes distâncias, não somente naquilo que tange à possibilidade de viajar até outras paragens, mas também através

das relações culturais. Com as políticas de implementação da brasilidade, os habitantes do país receberam uma grande influência que visava a identificá-los com a noção de Estado-nação, que se estava tentando criar. Assim, os brasileiros das mais distintas regiões poderiam ter identificações com aquilo que designava o ser brasileiro, e esta política foi realizada através dos programas radiofônicos e das músicas, das pinturas, da literatura. Deste modo, a criação de obras artísticas que implicassem no sentimento de nacionalidade foi incentivada, levando aos mais longínquos recantos aquilo que era considerado ser brasileiro.

De todo modo, juntamente à noção de brasilidade, esta política nacionalista veio acompanhada de muitas críticas sociais. A denúncia realizada pela literatura de Graciliano Ramos e pela pintura de Candido Portinari chegava até o público através dos meios de comunicação. Levavam através das obras de arte uma concepção de mundo diferente daquela que o governo buscava passar. Contudo, em muitos casos, foram usados para justificar as mais diferentes políticas assistencialistas, a título de auxílio aos migrantes da seca. Para “salvar” os retirantes, os levaram até a mata amazônica, e lá os deixaram, sem as condições necessárias para desempenhar a função para qual foram encaminhados. As produções culturais desempenharam o papel de representações para levar até a população uma temática não muito distante da realidade, e que, muitas vezes era esquecida. Sendo rememorada quando o momento era propício, ou seja, quando era tarde demais para ações preventivas, sobrando tempo e dinheiro somente para ações paliativas.

Para Graciliano e Portinari, a arte é antes de tudo um ato de consciência crítica, a arma da qual dispõem e se servem para que o homem possa ter uma existência mais digna, [...]. Portinari e Graciliano perseguem o engajamento na arte, mas livre da ambigüidade que poderia acompanhá-los pelo fato de ambos terem trabalhado nas esferas governamentais.²⁸⁹

O sentimento de arte expresso por Graciliano Ramos em carta a Candido Portinari pode ser encarado nesta frase: “Arte é sangue, é carne. Além disso, não há nada. As nossas personagens são pedaços de nós mesmos, só podemos expor o que somos”.²⁹⁰ Os migrantes de ambos agarram-se às esperanças, assim como muitos daqueles que anonimamente fizeram os trajetos da retirada, seja em direção ao litoral de seu estado, seja para a Amazônia, seja para o Sul, enfim, utilizaram-se de todas as possibilidades disponíveis para caminhar até uma vida melhor.

²⁸⁹ FABRIS, Annateresa; FABRIS, Mariarosaria. A função social da arte: Candido Portinari e Graciliano Ramos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 38. p. 16-19, 1995.

²⁹⁰ RAMOS, Graciliano Apud FABRIS; FABRIS (1995), op. cit., p. 19.

REFERÊNCIAS

Gerais:

ALBUQUERQUE Jr., Durval M. “Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 15, n 28, p. 111-120, 1995.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Paraíbas e bahianos: órfão do campo, filhos legítimos da cidade. *Travessia*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios. São Paulo, n. 8, set./dez. de 1990.

_____. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.

ALMEIDA, José Américo. *As secas do Nordeste*. [s/l]: Fundação Casa de José Américo e Fundação Guimarães Duque, 1981.

ALVES, Joaquim. *História das secas (século XVII a XIX)*. Acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em: <http://www.colecaomossoroense.org.br/pics/Historia_das_secas.pdf>. Acesso em: 04 maio 2011.

ÂNCORA DA LUZ, Ângela Azevedo Silva Balloussier. *A Fabulação Trágica de Portinari na fase dos Retirantes*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1985.

AQUINO, Flávio. *Depoimento sobre Candido Portinari* [01 nov. 1983]. Entrevistador: Maria Christina Guido; Rose Ingrid Goldschimidt. Rio de Janeiro: Projeto Portinari.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ARTIGO 1º do Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931; Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/116727/decreto-19770-31>>

BENCHIMOL, Samuel. O cearense na Amazônia. Inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano VI, n. 4. Dez. de 1945.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BETTO, Frei. O Natal de Dom Cappio. *Eco Debate*. 17 de dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2007/12/17/natal-de-dom-cappio-artigo-frei-betto/>> Acesso em: 26 abr. 2011.

BIOGRAFIA de Francisco Everardo Oliveira Silva (Tiririca). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=189219> Acesso em: 26 abr. 2011.

BOFF, Leonardo. *O semi-árido: o mais chuvoso do planeta*. 19 de Out. de 2007. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/vista/2007/out19.htm>> Acesso em: 26 abr. 2011.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru: EDUSC. 2004.

CAPPIO, Dom Flávio. A transposição do Rio São Francisco. Entrevista. *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Ano XIX n. 36. Jan./jun. de 2011.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Editores J. Leite e Cia, 1925.

CARMO, Paulo Sérgio do. *História e ética do trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Moderna. 1998.

CARVALHO, Cleide. ‘Lula não faz mais jus ser chamado de nordestino’, diz Dom Cappio no 14º dia de jejum contra a transposição do rio São Francisco. *Extra*. 10 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/lula-nao-faz-mais-jus-ser-chamado-de-nordestino-diz-dom-cappio-no-14-dia-de-jejum-contr-transposicao-do-rio-sao-francisco-641757.html>> Acesso em: 30 abr. 2011.

CARVALHO, E. K. Antropofagia e canibalismo: do consumo à sociabilidade. In: *Anais - XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e exclusão*, 2008, São Paulo: Anpuh/SP, 2008.

CARVALHO, Fernando Mibielli de. O Exôdo Rural. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano III, n 3-4. Dez. de 1942.

CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares: Aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

CARVALHO, Luciana dos Santos. *Graciliano Ramos: a dor e a náusea*. 2009. 190 f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras/Literatura Brasileira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CHARTIER, Roger. Literatura e História. *Topoi*. Rio de Janeiro. v. 1, p. 212. Jan-Dez de 2000.

CORTÊS, Geraldo Menezes. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EdUSP/Geração Editorial, 2002.

DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DEAN, Waren. *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel. 1989.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEPARTAMENTO de Imprensa e Propaganda – DIP. In.: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>> Acesso em: 17 ago. 2011.

DIÁRIO Oficial da União. 11 de maio de 1942. Ata da 76ª Sessão ordinária do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. Disponível em: Acesso em: 12 ago. 2011

DIÁRIO Oficial da União. 16 de outubro de 1942. Ata da 93ª Sessão ordinária do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. Disponível em: Acesso em: 12 out. 2011.

DIÁRIO Oficial da União. 18 de julho de 1942. Ata da 76ª Sessão ordinária do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. Disponível em: Acesso em: 12 ago. 2011.

DIÁRIO Oficial da União. 24 de agosto de 1942. Ata da 93ª Sessão ordinária do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. Disponível em: Acesso em: 12 out. 2011.

DIONÍSIO, Mário. Portinari, pintor de camponeses. *Vértice*, Coimbra, maio 1946.
DO Rio para o Sertão. *Revista Nossa História*. Abril de 2005 ano 2, n. 18.

DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva. 1984.

EAGLETON, Jerry. *Crítica literária marxista*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ENCAMINHAMENTOS de trabalhadores nordestinos para a Amazônia. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano III, n 2. Ago. de 1942.

FABRIS, Annateresa. *Portinari, pintor social*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990.

_____ ; FABRIS, Mariarosaria. A função social da arte: Candido Portinari e Graciliano Ramos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 38. 1995.

FARIA, Daniel. Realidade e consciência nacional. O sentido político do Modernismo. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007.

FARTHING, Stephen. *Tudo sobre arte*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis/Itajaí: Ed. da UFSC/Ed. da Univali, 2005.

FERRARI, Monia de Melo. *A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951-1954) - Seca e desigualdades regionais*. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

FERRAZ, Francisco César Alves. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a Coleção de Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. 2006. 220 f. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FREIRE, Sílvia. Pronta, transposição do rio São Francisco em Alagoas não funciona. *Folha.com*. 25 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/906904-pronta-transposicao-do-sao-francisco-em-alagoas-nao-funciona.shtml>> Acesso em: 30 abr. 2011.

GARRAMUÑO, Florencia. Candido Portinari y Graciliano Ramos. La modernidad disfórica de sus emigrantes. In.: GIUNTA, Andrea (Org.) *Candido Portinari y el sentido social del arte*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das letras. 2006.

GIUNTA, Andrea. *Candido Portinari y el sentido social del arte*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

GLASS, Verena. Bispo faz greve de fome para protestar contra a transposição. *Carta Maior*. 27 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3845> Acesso em: 26 abr. 2011.

GOMES, Angela M. de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Sueli de Castro. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. *Imaginário*. v. 12, n 13, 2006.

GRAHAM, Douglas H., HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de. *Migrações internas no Brasil: 1872 -1970*. São Paulo: IPE/USP/CNPQ, 1984.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2009. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2010/tabelas/aspectosdemo.zip> Acesso em: 30 abr. 2011.

IBGE, *Resultados do Censo – 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm> Acesso em: 26 abr. 2011.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: Arte e Cultura Visual. *ArtCultura*. v. 8, n 12, Uberlândia: EDUFU. Jan.-Jun. 2006.

MACHADO, Dulphe Pinheiro. Relatório de uma viagem através do Nordeste, em maio de 1942. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano III, n 2, ago. de 1942.

MALARD, Leticia. *Ideologia e realidade em Graciliano Ramos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MICELI, Sérgio. *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1940)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MUNIZ, João Carlos. Apresentação. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano 1, n 1. jan. de 1940.

MUSEU de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand. *Cem Obras Primas de Portinari*. [Exposição] São Paulo, nov.-dez. 1970.

NEIVA, Artur Hehl. O problema imigratório brasileiro. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano V, n 3. set. de 1944.

NEVES, Frederico de Castro. A seca e o homem: Políticas anti-migratórias no Ceará. *Travessia*. São Paulo: CEM. Ano IX, n. 25, Maio-Agosto. 1996.

_____. Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH. v. 15, n. 29, 1995.

_____. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH. v. 21, n. 40, jan-jun, 2001.

NÚMEROS do Rio. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/pt/numeros-do-rio>> Acesso em: 30 abr. 2011.

O CONSELHO de Imigração e Colonização em 1942. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano IV, n 1. Mar. de 1943.

PARANHOS, Adalberto. A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social. *História*, Franca, v. 22, n. 1, 2003. p. 108. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742003000100004&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 13 jan. 2012.

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala*. São Paulo: Boitempo. 2007.

PAULET, Antonio José Silva; VIEIRA Jr., Antonio Otaviano. Descrição geográfica da capitania do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1898, tomo XII.

PEDROSA, Israel. *Depoimento sobre Candido Portinari* [06 dez. 1983]. Entrevistador: Maria Christina Guido; Rose Ingrid Goldschmidt. Rio de Janeiro: Projeto Portinari.

PERES, Elena Pájaro, “Proverbial Hospitalidade”? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). *Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do RJ, v. 10, n 2. jul/dez 1997.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma *velha-nova* história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>> Acesso em: 5 maio 2011.

PORTINARI, Maria. *Depoimento sobre Candido Portinari* [19 nov. 1982]. Entrevistador: Maria Christina Guido; Rose Ingrid Goldschmidt. Rio de Janeiro: Projeto Portinari.

RAMOS, Graciliano. [Carta] 18 fev. 1946. Rio de Janeiro: [para] Candido Portinari. 2f. Reflexões sobre as obras da série Retirantes. Disponível em: <<http://www.graciliano.com.br/manuscritos/cartaCP.html>> Acesso em: 02 nov. 2011.

RAMOS, Graciliano. *Auto-Retrato*. Disponível em: <<http://www.graciliano.com.br/grporelemesmo.html>> Acesso em: 19 out. 2011.

RAMOS, Graciliano. *Carta a Getúlio Vargas*. 29 de Agosto de 1938. Disponível em: <<http://www.graciliano.com.br/manuscritos/cartaGV.html>> Acesso em: 20 out. 2011.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 110ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

RIOS, Kênia Sousa. A cidade cercada: festa e isolamento na seca de 1932. In: NEVES, Frederico de Castro; SOUZA, Simone (Org.) *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política*. 2010. 720 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SARMENTO, Walney Moraes. *Nordeste: a urbanização do subdesenvolvimento*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1984.

SECRETARIA do Conselho, Primeiro ano de trabalhos do Conselho de Imigração e Colonização. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano 1, n 1, p. 7, Jan. de 1940.

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV. v. 2, n. 40. Jul.-Dez. de 2007.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 2002.

SOBRINHO Thomaz Pompeu. *História das secas (Século XX)*. Acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria. p. 44. Disponível em: <http://www.colecaomossoroense.org.br/acervo/historia_das_secas_xx.pdf> Acesso em: 04 maio 2011.

SOUZA, Itamar. *Migrações internas no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

TROTSKY, Leon. *Literatura e revolução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

VALENTE, Assis. Recenseamento. Interprete: Carmem Miranda. In: *Carmen Miranda e grupo Odeon*. Rio de Janeiro. Lado “b”, faixa 10. 1940.

VASCONCELOS, Henrique Dória de. Relatório de uma viagem de inspeção, apresentado ao Conselho de Imigração e Colonização. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano III, n 2. Ago. de 1942.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1990.

VIEIRA Jr., Antonio Otaviano Vieira. O Açoite da Seca: Família e Migração no Ceará (1780-1850). Trabalho apresentado no *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

VILLA, Marco Antonio. Que braseiro, que fornalha. *Nossa História*. Rio de Janeiro: Vera Cruz, v. 18, p. 15, abril de 2005.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática. 2000.

YOSHIKAWA Daniella Parra Pedroso. O que se entende por polígono das secas. *JusBrasil*. Disponível em: <<http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1013964/o-que-se-entende-por-poligono-das-secas>> Acesso em: 20 abr. 2012.

ZILIO, Carlos. *A querela do Brasil*. A questão da identidade na arte brasileira: a obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari/1922-1945. Rio de Janeiro: Funarte, 1982.

Iconográficas:

PORTINARI, Candido. *Criança Morta*. Petrópolis: único Exemplar. Painel a óleo sobre tela. 180 x 190 cm, 1944. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_2735.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

_____ *Criança Morta*. Rio de Janeiro: único Exemplar. Painel a óleo sobre tela. 179 x 150 cm, 1945. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_4175.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

_____ *Enterro na Rede*. Petrópolis: único Exemplar. Painel a óleo sobre tela. 180 x 220 cm, 1944. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_2734.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

_____ *Grupo*. Rio de Janeiro: único Exemplar. Pannel a óleo sobre tela. 56 x 46 cm, 1945. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_3382.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

_____ *Mulher do Pilão*. Rio de Janeiro: único Exemplar. Pannel a óleo sobre tela. 100 x 81 cm, 1945. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_0905.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

_____ *Os Despejados*. Rio de Janeiro: único Exemplar. Pannel a óleo sobre tela. 37 x 65 cm, 1934. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_3677.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

_____ *Retirantes*. Petrópolis: único Exemplar. Pannel a óleo sobre tela. 190 x 180 cm, 1944. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_2733.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

_____ *Retirantes*. Rio de Janeiro: único Exemplar. Pannel a óleo sobre tela. 180 x 150 cm, 1945. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_5186.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

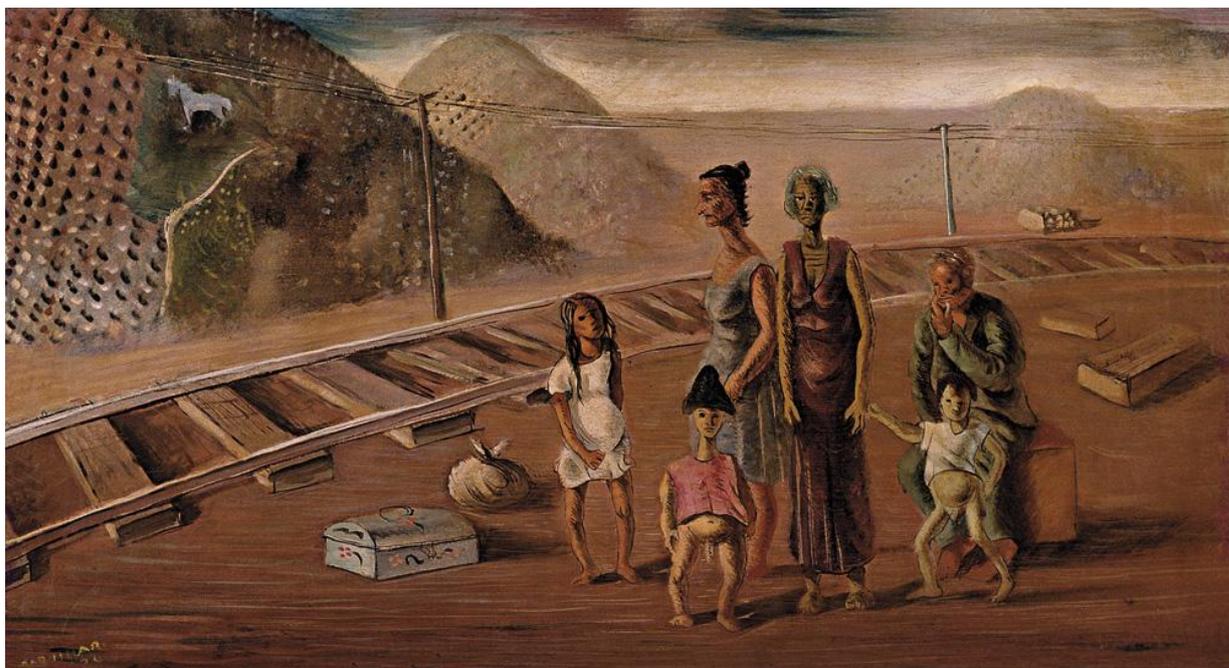
_____ *Retirantes*. Rio de Janeiro: único Exemplar. Pannel a óleo sobre tela. 38 x 46 cm, 1945. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_1501.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

_____ *Retirantes*. Rio de Janeiro: único Exemplar. Pannel a óleo sobre tela. 73 x 60 cm, 1936. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_3206.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

_____ *Retirantes*. Rio de Janeiro: único Exemplar. Pannel a óleo sobre tela. 60 x 73 cm, 1936. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_2292.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

_____ *Retrato de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: único Exemplar. Desenho a carvão e crayon sobre papel. 32,5 x 27,5 cm, 1937. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/IMGS/jpgobras/OAa_3061.JPG> Acesso em: 14 dez. 2011.

ANEXOS

ANEXO A – Tela *Os despejados*

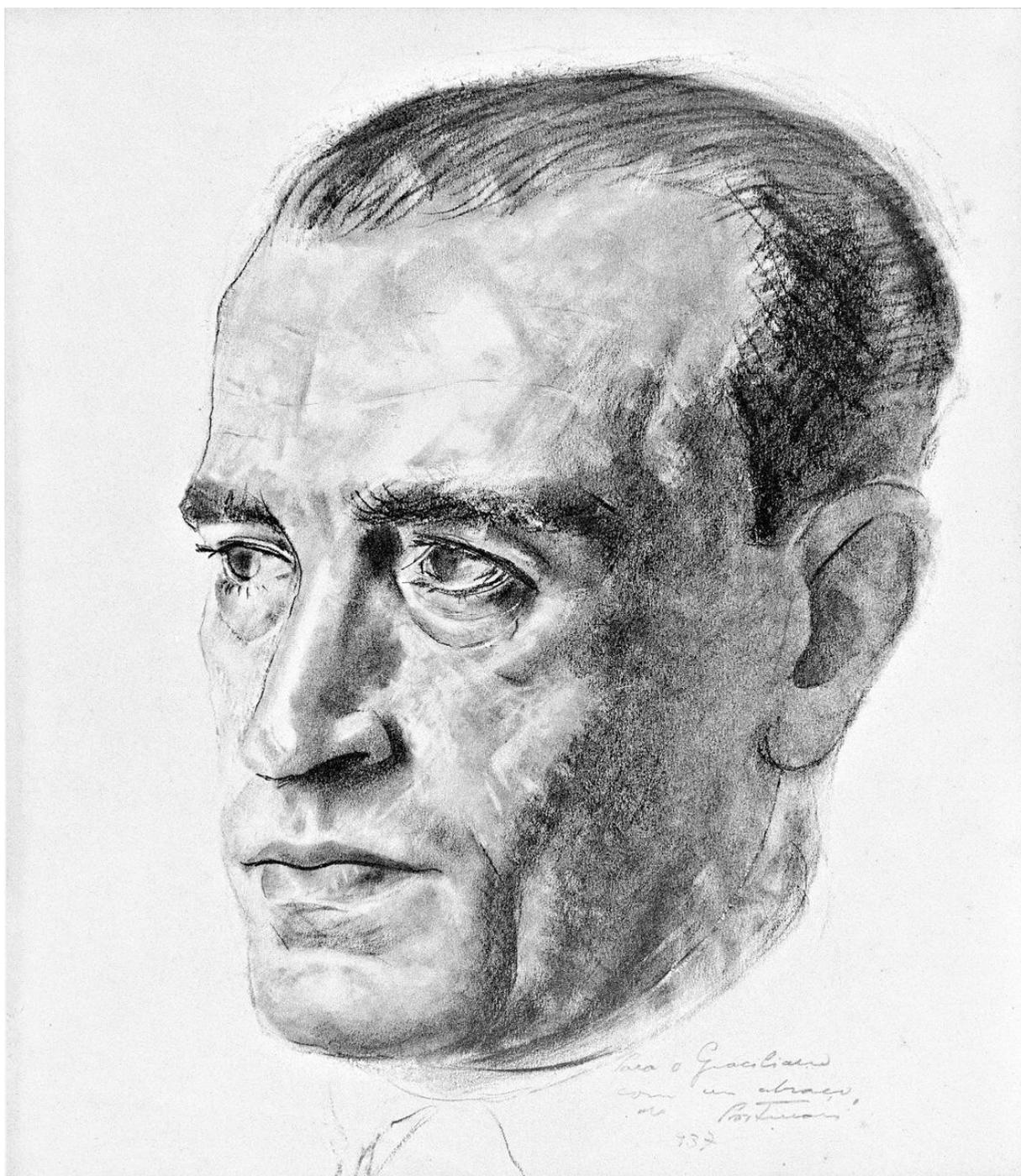
Os Despejados
Painel a óleo sobre tela. 37 x 65 cm.
1934

ANEXO B – Tela *Retirantes*

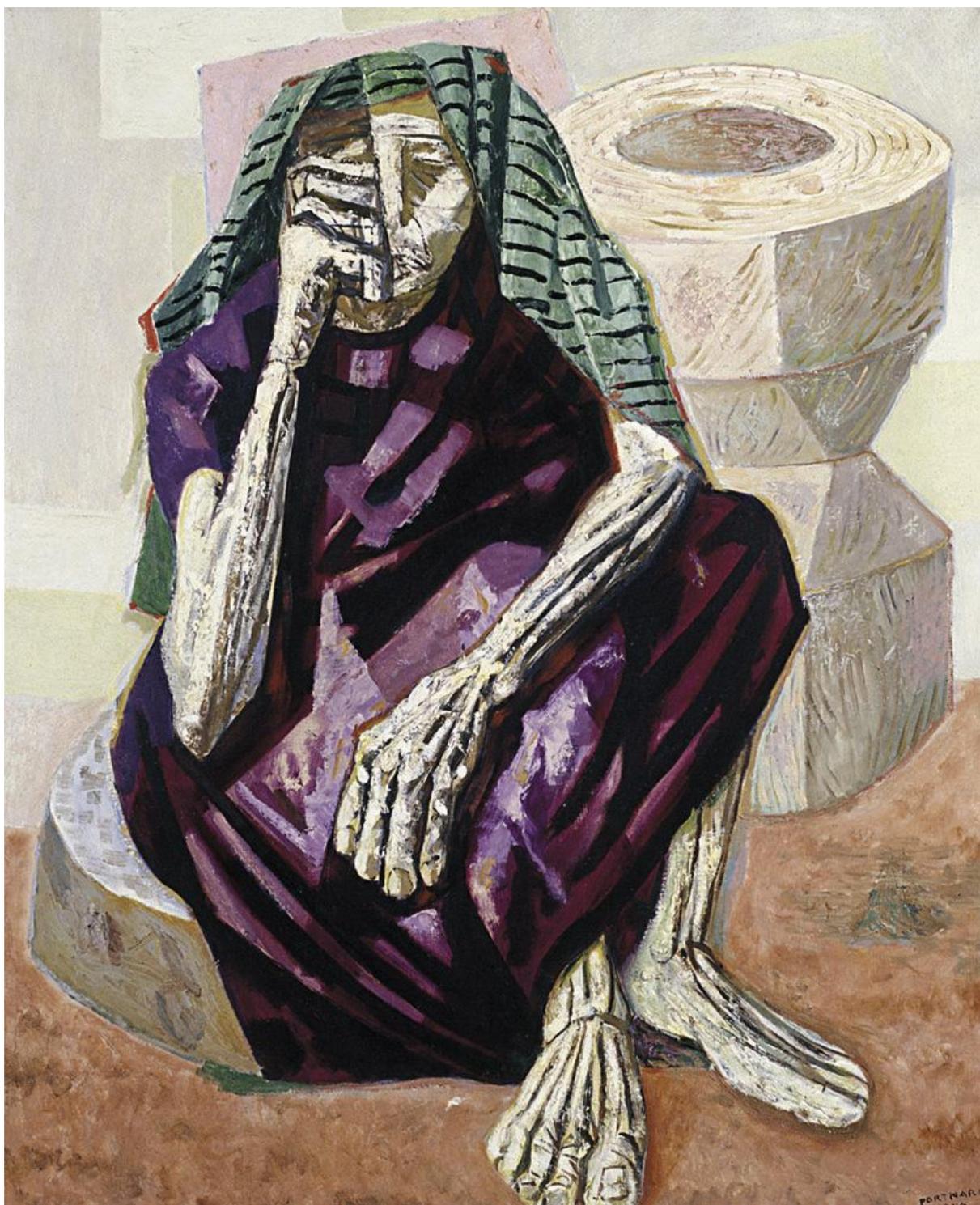
Retirantes
Painel a óleo sobre tela. 73 x 60 cm.
1936

ANEXO C – Tela *Retirantes*

Retirantes
Painel a óleo sobre tela. 60 x 73 cm.
1936

ANEXO D – Desenho *Retrato de Graciliano Ramos*

Retrato de Graciliano Ramos
Desenho a carvão e crayon sobre papel. 32,5 x 27,5 cm.
1937

ANEXO E – Tela *Mulher do pilão*

Mulher do Pilão
Painel a óleo sobre tela. 100 x 81 cm.
1945

ANEXO F – Tela *Retirantes*

Retirantes
Painel a óleo sobre tela. 38 x 46 cm.
1945

ANEXO G – Tela *Grupo*

Grupo
Painel a óleo sobre tela. 56 x 46 cm.
1945